

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**MARGENS ESCRITAS:
VERSÕES DA CAPITAL ANTES DE BRASÍLIA**

Andréa Borghi Moreira Jacinto
Tese de Doutorado

Orientadora: Mireya Suárez

Brasília, 2003

Dedico esse trabalho a meus avós,
Luzia e Virginio Borghi
Maria e Adelino Jacinto

E a meus padrinhos
Eurydice e José Antônio

RESUMO

Entre discursos hegemônicos sobre Brasília e o Distrito Federal, encontra-se a imagem de Brasília como lugar do moderno e civilizado, inscrita como ilha em espaços vazios de cultura, civilização ou progresso. Partindo dessa imagem, pergunta-se: o que diriam os que são classificados por tais discursos como situados no vazio? Em busca de outros discursos e de diálogos com perspectivas locais, a tese privilegia um grupo em particular: escritores cujas produções literárias tematizam municípios e localidades existentes antes da construção de Brasília. Explorando tensões, tenta-se efetuar deslocamentos entre discursos e idiomas formulados localmente, narrados pela perspectiva de localidades, e também discursos enunciados a partir da centralidade do Estado-Nação. As temáticas observadas nesses discursos referem-se principalmente ao campo das relações entre os municípios e a capital federal, entre poder central e poderes locais, e a representação do espaço regional.

Ao longo da tese, trabalha-se com três perspectivas. Primeiro, considerando-se um discurso enunciado da perspectiva do Estado-Nação, analisa-se o espaço nomeado Entorno do Distrito Federal, e imagens recorrentes em suas representações. Um segundo momento da análise volta-se ao discurso que enuncia o ponto de vista das localidades e municípios, acompanhando textos e narrativas de autores locais. A terceira perspectiva analisa o espaço social do qual participam os escritores, considerando práticas e instituições literárias. Finalmente, apresenta-se uma articulação entre os temas desenvolvidos ao longo do trabalho, procurando iluminar trânsitos simbólicos dos quais participam livros, autores e textos, na construção social do espaço no Distrito Federal.

Palavras-chave: construção social do espaço; literatura local; academias de letras; discursos; municípios; capital federal; poder local; poder central; Entorno do Distrito Federal; Planalto Central; Noroeste de Minas.

ABSTRACT

Among several discourses on Brasília and the Federal District, there are images of Brasília as a space of modernity and civilization, as an island in empty spaces. The thesis takes those images and asks: what would say social actors classified, according to those discourses, as situated in such empty spaces? Searching for different perspectives, specially local ones, the work regards local writers, which literary texts focus on the municipalities in the region that surrounds the capital, writing about local memory and traditions. Exploring tensions, the analyses tries to move between discourses enunciated from local perspectives and discourses produced from the centrality of Nation-State. The theme observed in such discourses concerns the relations between municipalities and the federal capital, between local powers and central power, and the representation of regional space.

Three perspectives are developed along the work. First, taking into account a discourse produced from the Nation-State perspective, the space named *Entorno do Distrito Federal* is analysed, specially the most common images in its representation. A second moment turns to the discourse produced from the municipalities and localities perspective, considering texts and narratives of local writers. A third point of view analyses the social space where writers are located, regarding literary practices and institutions. Finally, the work tries to articulate some specific questions pointed along the thesis, stressing the symbolic exchanges crossing books, authors and texts, in the social construction of spaces in the Federal District.

Key-Words: social construction of space; local literature; discourses; municipalities; federal capital; local power; central power; Entorno do Distrito Federal; Planalto Central; Noroeste de Minas.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pela bolsa de doutorado concedida, suporte fundamental para a realização desse trabalho.

A professora Mireya Suárez, pelo estímulo intelectual e por sua orientação presente e comprometida. Agradeço a oportunidade dessa experiência conjunta.

Pela gentileza e generosidade com que me receberam, agradeço a Antonio Pimentel, Arnaldo Setti, José Adjuto Filho, Maria Torres Gonçalves, Mário Castro, Olinda da Rocha Lobo, Paulo Bertram, Xiko Mendes, Valquiria Mariano Nunes e Marcela Pereira de Souza.

Aos membros da Academia de Letras e Artes do Planalto, da Academia de Letras do Noroeste de Minas e da Academia Planaltinense de Letras, pela contribuição de seus livros e pela solicitude com que responderam à pesquisa. Agradeço também ao apoio institucional que recebi das Academias.

Aos professores e funcionários do DAN, pelo aprendizado e apoio durante o período em que fui aluna deste Departamento. Aos professores com quem tive a oportunidade de estudar; e a Rosa Venina, pela ajuda de tantas vezes.

Aos professores Carlos Rodrigues Brandão e Ana Vicentini, por suas leituras e sugestões valiosas durante a defesa do projeto de pesquisa.

Pelas importantes contribuições que recebi durante a defesa da tese, agradeço às professoras Suely Kofes, Eurípedes da Cunha Dias, Selma Sena e Elisabeth Cancelli.

Aos participantes do *Grupo Fronteiras: Espaços Imaginados, Lugares Concretos*, pelo espaço de troca e reflexão, também nas oportunidades que tive de discutir o projeto: Renata Rosa, Frans, Claudia, professora Euripedes, Marcos Vinícios, Gabriel e João Batista.

Aos participantes do Fórum de Pesquisa “Cultura Escrita e Práticas de Leitura”, realizado em Curitiba, Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM) – 2002, pelo rico diálogo.

Aos bons amigos que descobri na Katakumba ao longo desses quatro anos: João, Antonádia, Luis Ferreira, Isabela, Carmen e Nívio, belo encontro de 99. Aos dois últimos, agradeço também a cumplicidade carinhosa na reta final do trabalho. Pelas adoráveis reuniões e conversas: Silvia, Helder, Adolfo, José Pimenta, Maxim, Marquinhos, Maria Inês, Ney, João Aníbal, Cloude, Beatriz, Christian, Edna, Salatiel, Maria Luiza, Patricia, Dionísio, Alice. Ao Beto, que me ensinou a não desistir de uma montanha. Agradeço também a experiência conjunta da *Revista Pós*, por aquilo que me ensinou sobre a ordem dos livros, e à convivência nos escritórios da Comissão Editorial.

A Isabella Fagundes, Nilma Rodrigues e Ernesto Cerveira, por um domingo em que me abriram os olhos para a história. Agradeço também a Antonio Liberac Pires, e a oportunidade de discutir meu projeto no *I Simpósio de História Social Brasileira*, na Universidade do Tocantins, em outubro de 2001.

A Carolina Pareschi, Walkyria de Campos, Roberto Lima e Antonádia Borges pela contribuição preciosa de suas leituras. A Rodolfo Carlos da Silva pela grande ajuda com as imagens dos livros.

A Juliana e Roberto, porque foi com o *Sertão Ponteadado* que tudo começou. A Juliana, pela amizade de sempre e pelas boas conversas. Aos queridos amigos que estiveram presentes nesses anos: Eduardo, Eneida, Lilian, Carlão, Leslye, Cristiane, Paulo Marcelo (Chapa), Dácia, Marcelo, Fabiana, Abdala e Lygia.

À minha família em São Paulo, e à nova família em Brasília, pela torcida por um final feliz.

A minha mãe, Marilene, e a Fabíola, irmã, pelo amor, compreensão e apoio incondicional que recebi durante a realização desse trabalho. Obrigada por suas presenças. E ao Maurício, Gisele, Américo, Helen e as três lindas, Isadora, Maria e Bruna, que alegraram os dias.

LISTA DE ABREVIATURAS

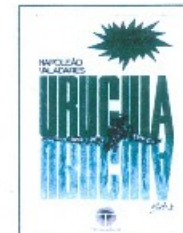
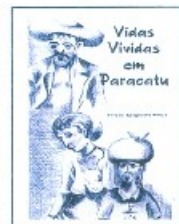
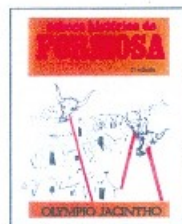
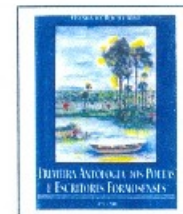
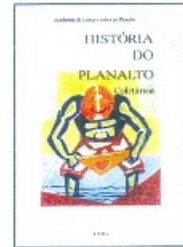
ALAP – Academia de Letras e Artes do Planalto
ALNM – Academia de Letras do Noroeste de Minas
APL – Academia Planaltinense de Letras
AMAB – Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília
CODEPLAN – Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

ÍNDICE DE QUADROS, MAPAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	36
Mapa 01	37
Quadro 02	46
Imagens de Livros (01)	73
Imagens de Livros (02)	89
Imagens de Livros (03)	97
Casas das Letras	119
Imagens de Livros (04)	131

SUMÁRIO

Capítulo I	
ENTRE MUNICÍPIO E ESTADO-NAÇÃO	09
Uma introdução ao tema	
Práticas de espaço e práticas de leitura	14
Relato sobre a pesquisa	22
Capítulo II	
ENTORNEANDO: SOBRE OS ESPAÇOS DO ENTORNO	29
A região do Entorno	31
Sobre Imagens predominantes	38
Margens do Entorno	48
Torneando perspectivas: fronteiras	55
Capítulo III	
PERCORRENDO TEXTOS, NARRANDO ESPAÇOS	64
Um olhar panorâmico: Boas Famílias, Tipos populares e Eruditos	65
Município: sobre a centralidade das relações	76
Rios, parentescos e emancipação	79
Planalto Central e Noroeste de Minas	85
Municípios, Capital, Brasília	91
Sacrifício e o Burity Perdido	99
Capítulo IV	
ESPAÇOS E LETRAS: REDES, CASAS E MEMÓRIA	104
Rede de Autores, Rede de Livros	104
Academias de Letras e a relação literária	110
Casas das Letras	117
Algumas Cerimônias de Letras	126
Rede de Instituições	136
Escrita, narração e memória	140
Capítulo V	
O LUGAR DO SACRIFÍCIO	147
BIBLIOGRAFIA	174
ANEXOS	187



Capítulo I

ENTRE MUNICÍPIO E ESTADO-NAÇÃO uma introdução ao tema

Em discursos hegemônicos sobre Brasília e o Distrito Federal, encontra-se a imagem do lugar moderno, do civilizado e do poder, inscrito como ilha em espaços vazios de cultura, de civilização, de progresso. A presente tese partiu dessa imagem e da pergunta: o que diriam os que são classificados por tais discursos como situados no vazio? O interesse inicial deste trabalho foi, portanto, o de estabelecer diálogos com pessoas e grupos locais que, segundo os termos daquela imagem, estariam situados em um espaço marcado por ausências. Em busca desses outros discursos, enfocou-se um grupo particular: o de escritores locais que, em suas produções literárias, tematizam municípios e localidades cuja existência é anterior à transferência e à construção da capital federal. Ao longo da pesquisa, a indagação foi sendo reformulada, voltando-se enfim para o lugar de encontro entre o discurso hegemônico e os discursos locais, lugar onde se tocam, se negam, se relacionam. Por meio desse exercício, foi possível reconhecer um caminho para a *capital antes de Brasília*.

Para realizar essa reflexão, a tese tenta efetuar um deslocamento entre discursos e idiomas formulados localmente, narrados pela perspectiva de localidades, e também discursos cuja enunciação se formula a partir da centralidade do Estado-Nação, como estrutura de poder político-administrativo, soberana sobre um território limitado e uma comunidade imaginada (Anderson, 1989).

De um modo mais amplo, a reflexão desenvolvida considera relações e tensões entre a ordem do Estado-Nação brasileiro e as localidades nele compreendidas e organizadas como municípios. O município, menor divisão administrativa e política do sistema

federativo brasileiro, é também uma unidade social que, historicamente, desfrutou por muito tempo de relativa autonomia política, produzindo sentimentos de pertença e solidariedade particulares (Suárez, 1990) e, nesse sentido, podendo ser analisado também como ‘pessoa moral’ (Chaves, 1996). De fato, a primeira forma de organização político-administrativa de caráter local instituída no Brasil colonial foi o município, sendo São Vicente o primeiro a ser fundado em 1532, por Martins Afonso de Souza. Durante o período colonial e o império, numerosos municípios foram criados por meio da ocupação de novos territórios que, distantes do poder central, desenvolveram autonomia política, bem como culturas próprias e diferenciadas. Como mostra Queiroz (1976), a história da constituição do Estado Brasileiro liga-se ao longo processo de transferência desses poderes localmente instaurados para a constituição de um poder central da União.

O fato de a atualidade ser marcada como um período de grande afirmação do Estado-Nação não anulou tensões entre essa ordem e as localidades municipais. A especificidade cultural das localidades, em contraste com a norma civilizatória do Estado, e a perda da autonomia local são alguns dos elementos que produzem diferenças e alimentam tensões. Um dos desafios a que se propõe o trabalho é o de percorrer as distâncias e entrelaçamentos entre essas perspectivas, explorando as dimensões da localidade municipal e a do Estado-Nação, sobretudo, como *locus* de enunciação de discursos e de visões de mundo particulares.

Ao se considerar historicidades, dizer da *capital antes de Brasília* é falar de eventos, tempos e espaços da idealização e construção de uma inédita ‘cidade-capital’ no Planalto Central, antes da inauguração de Brasília em 1960 (Freire, 2002; Vesentini, 2001). Detentora de um nome que é o feminino do nome da nação, seu ineditismo está também no fato de ser uma cidade imaginada e criada com a finalidade de ser a capital do Estado-Nação, diferentemente do Rio de Janeiro, cuja existência precedeu a sua transformação em sede do Distrito Federal da República Brasileira. A *capital antes de Brasília* é igualmente

um lugar para quem viveu de modo particular o evento de sua idealização e construção, lugar descrito em imagens formuladas por textos de autores ligados a municípios como os de Paracatu, Unaí, Luziânia, Formosa nos estados Minas Gerais e Goiás. Esses autores e seus textos ligam-se a redes institucionais que, contemporaneamente, em contextos rituais como as cerimônias de Academias de Letras e lançamentos de livros, participam da construção e atualização de uma memória coletiva, em quadros sociais do presente. Nesse sentido, a tese acompanha também um fazer que articula a *capital antes de Brasília* ao lugar que se tornou definitivamente, a partir de 1960, o Distrito Federal ou, segundo Freire (2002), um ‘enclave’ do poder central no conjunto do sistema federativo brasileiro. A construção de Brasília como *evento crítico*, instaurador de uma nova modalidade de ação histórica (Das, 1998), criou uma ‘vizinhança’ peculiar para alguns dos municípios e localidades existentes em parte do Estado de Goiás e de Minas Gerais, um local que representa algo único e singular na estrutura político-administrativa do país: o *locus* do governo da União, do Estado-Nação brasileiro.

Os discursos estudados, seja os que evocam o município ou os que privilegiam o Estado-Nação e a capital de seu governo, partilham um objeto comum: a representação do espaço regional formado por municípios mineiros e goianos integrantes do que vem sendo chamado, desde a década de 80, de *Entorno do Distrito Federal* ou *Entorno de Brasília*. Ou seja, são discursos que, de modos diferenciados, refletem sobre e representam o espaço das relações entre municípios e Brasília, em seu caráter de capital federal. No caso da presente tese, os municípios especialmente enfocados são Luziânia e Formosa (Estado de Goiás); Buritis, Unaí e Paracatu (Estado de Minas Gerais); além de duas regiões administrativas do Distrito Federal que poderiam ser classificadas como áreas do entorno de Brasília, no uso cotidiano da palavra, referente a uma área circunvizinha: Planaltina e Brazlândia.

Tomando-se as duas perspectivas sobre o espaço regional, evidenciam-se distâncias e diferenças entre as representações construídas segundo cada um desses discursos. É o

caso dos espaços narrados a partir das localidades, descritos nos livros que contam a história do município e, por outro lado, o discurso enunciado por segmentos representativos do Estado-Nação, como órgãos de planejamento regional, ligados a estrutura político-administrativa do poder central (capítulos II e III).

Por meio desses discursos pode-se também ter acesso a espaços políticos e sociais imaginados, por exemplo, no sentido que Anderson (1989) explora em relação ao conceito de nação, descrevendo-a como *comunidade imaginada, imaginada como limitada e soberana*. São espaços que podem ou não ter uma referencialidade, como no caso do caráter ficcional sublinhado pelo *orientalismo* (Said, 2001) ou na concretude dos Balcãs como espaço vivido, segundo a visão de Todorova (1997). Esse último trabalho, segundo a leitura de Rosa (2001), teria a relevância de mostrar que a “ida do nome ao valor e da geografia ao político são não somente rápidas, como imperceptíveis” (Rosa, 2001: 235). É justamente entre esse trânsito arriscado que o presente trabalho se situa.

Do ponto de vista dos discursos formulados a partir das localidades, acompanham-se principalmente os textos que enfocam a história e a memória dos municípios, permitindo uma reflexão sobre modos como se representa a proximidade com a capital federal, se reflete sobre ela e sobre articulações/distanciamentos entre identidades local, regional e nacional. Junto à análise textual, considera-se também a inserção desses autores no espaço social, buscando-se a interlocução entre obras pesquisadas e redes sociais ligadas a esse tipo de produção intelectual, como as manifestas por meio das Academias de Letras (capítulo IV). Nesse sentido, trata-se de uma abordagem que considera a articulação entre linguagem e ação social, apoiando-se na idéia de que o discurso molda e é moldado por fatores socioculturais e dinâmicas de poder (Ahearn, 2001).

Portanto, fala-se de lugares que integram geografias imaginativas, de territórios sobrepostos e histórias entrelaçadas, vividos pelos sujeitos de modos diferenciados, mas

interdependentes (Said, 1995). Fala-se, também, da construção do espaço social e de práticas discursivas associadas a esses lugares. O modo como o ponto de vista e de enunciação afeta a imaginação sobre o espaço revela-se na produção de alteridades, identidades ou na expressão de afetos, podendo ser percebido nas diferenças entre as representações do *Entorno do DF*, *Planalto Central* ou *Noroeste de Minas*. Os três são nomes usados na designação de espaços regionais que, eventualmente, referem-se às mesmas localizações físicas. No entanto, o nome *entorno* presente, sobretudo, em discursos enunciados a partir da centralidade política de Brasília e de órgãos governamentais (capítulo II), aciona uma série de conotações depreciativas sobre o espaço social designado e, raramente, encontra-se presente em discursos identitários como os expressos pelos textos históricos e memorialistas locais. Nesses casos, quando um ‘nós’ é construído e apresentado por meio da escrita, os termos acionados são principalmente *Planalto* e *Noroeste de Minas* (capítulo III).

A tese propõe-se a mostrar que os livros estudados, como textos de produção simbólica e objetos que evidenciam redes sociais e ritos dos quais participam os escritores, fazem ver diversos lugares e práticas entre municípios e Brasília. Mesmo as noções de ‘local’ e ‘nacional’, como esse material e outros trabalhados pela tese sugerem, deslocam-se e são apropriadas e atualizadas de modos diferentes nos discursos emitidos desde o município ou desde a capital federal, sede do Estado-Nação. Revelam também que a idéia do *nada* e do *vazio* ao redor de Brasília, a negatividade inscrita na imagem do Entorno, dos lugares ao redor do centro exemplar, é ela mesma um significante móvel que se amolda a vários usos e retóricas.

Notar as distâncias e tensões entre essas perspectivas discursivas permite ainda uma compreensão sobre as relações entre elites locais comprometidas com a criação da capital, além do impacto da inserção da lógica do Estado-nação, do código da modernidade política e do valor do indivíduo sobre outro código político, mais próximo de uma lógica da

reciprocidade e do valor da pessoa política (Chaves, 1996). Nesse sentido, a tese apresenta uma interpretação sobre eventos do quadro contemporâneo do Distrito Federal, como as preferências de um eleitorado que tem mantido no governo do Distrito Federal um personagem político associado, em alguma medida, a imagens da *capital antes de Brasília*; e sobre as discussões relativas ao projeto de criação do Estado do Planalto Central (capítulo V).

A imagem das *Margens Escritas*, segundo o viés desenvolvido ao longo do trabalho, quer apontar menos para uma localização fixa de sujeitos e práticas sociais, e mais para a dinâmica que, nos termos de Deleuze & Guattari (1995), teria qualidades rizomáticas. A expressão *entre as coisas* “(...) não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio” (: 37)”. Não há nesta tese, portanto, um objeto no sentido clássico do método, mas diversas aproximações que atravessam transversalmente uma temática.

Práticas de Espaço e Práticas de Leitura

À medida que se buscaram representações espaciais das relações entre municípios e Brasília, houve uma analogia a oferecer um ponto de partida teórico-metodológico para o trabalho: a analogia entre práticas de espaço e práticas de leitura.

Nesse sentido, partiu-se da articulação entre as noções de *espaço* e *práticas*, conforme formulada por Michel de Certeau (1994). Esse autor trabalha uma noção dinâmica de espaço, que remete a movimentos e a *práticas enunciadoras*, na qual significados são construídos por meio de *ações ambulatórias*. Certeau cria uma distinção entre as noções de espaço e lugar tendo como referência a língua, em sua versão estruturada e em sua versão vivida, enunciada. A partir dessa referência, constrói sua delimitação das

noções de espaço e lugar de modo relacional, sendo ambas significativas socialmente. O espaço e o lugar são definidos, não tanto pelo que podem significar positiva ou negativamente, mas pela relação ativa que um sujeito mantém com eles. Em relação a um sujeito e suas práticas, o *espaço* remete ao deslocamento, ao movimento e ao tempo; enquanto *lugar* aponta para uma ordem, configuração de posições e estabilidade: “o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação (...) O espaço é um lugar praticado” (Certeau, 1994: 202).

Em relação à reflexão formulada pela tese, a analogia aproxima dois campos distintos. Há, primeiro, um questionamento sobre a construção social do espaço. Considerando-se lugares como Brasília, Distrito Federal, municípios e localidades, pergunta-se como sujeitos particulares (os escritores), por meio de determinadas práticas, participam da construção social do espaço *entre* tais lugares. Essas práticas, reforçando a relação entre linguagem e dinâmicas socioculturais, entrelaçam a ordem da representação inscrita em seus textos, e também outras, ligadas à inserção desses sujeitos no espaço social. Isso leva ao outro campo, a literatura. Como apontado acima, as práticas enfocadas pela tese são, sobretudo, práticas literárias, ligadas à produção de sentido por meio da escrita, e à participação dos escritores em redes sociais e instituições, como as academias de letras. Pergunta-se, assim, sobre espaços representados e construídos pelos livros, lidos em seus textos, e também sobre aqueles percebidos a partir das posições e práticas dos escritores como atores sociais.

Considerar práticas de espaço pela perspectiva da enunciação, como exposto acima, permite também que se pense na prática do leitor como semelhante à de viajantes que ‘circulam sobre a terra de outrem, caçam, furtivamente, como nômades através de campos que não escreveram’ (Chartier: 1998: 18). Nessa circulação, efetua-se um texto através de práticas concretas e procedimentos de interpretação. Do mesmo modo, pode-se pensar no viajante como um sujeito que, por meio de ‘ações ambulatórias’, atualiza uma ordem

espacial, seleciona significantes espaciais e efetua atos de comunicação entre um ‘cá’ e um ‘lá’, apropriando-se do espaço pelo do deslocamento (Clifford, 2000). Como o faz Benjamim (2000), ao reconhecer livros em sua *flanerie* por Paris, ‘cidade no espelho’: “Paris é um grande salão de biblioteca atravessado pelo Sena” (:195). São perspectivas que podem ser vistas também em trabalhos como os de Costa (2003), que transforma a *flanerie* em metodologia textual para conduzir seu leitor pelo território mineiro entre Belo Horizonte, Mariana e Matias Cardoso; em Jacinto (1998), no registro de narrativas acionadas por itinerários em um parque nacional no Noroeste Mineiro; ou na metodologia de Silva (2000) para produzir uma história dos bairros de Goiânia.

Uma decorrência metodológica dessa perspectiva, relativa à prática de pesquisa desenvolvida, foi a de tentar correlacionar o exercício da leitura de textos e a percepção de espaços representados em discursos e narrativas, com o exercício de percorrer espaços físicos e sociais explorados pela pesquisa de campo: visitas aos municípios, às instituições literárias e encontros com escritores e outros atores sociais enfatizados na tese.

A analogia entre práticas de espaço e práticas de leitura, em certo sentido, é recorrente em reflexões sobre as relações entre espaço, deslocamento e linguagem. Como diz Laplantine (1999), ao refletir sobre antropologia e literatura: “inumeráveis são os escritores para os quais o próprio ato de escrever implica em uma situação de deslocamento” (:174). Nesse caso, não só o leitor percorre a terra de outrem por meio de palavras, mas também o escritor, em seus registros de encontros com a diferença, como no caso da literatura de viagem. Desdobra-se, desse modo, a reflexão não só em direção à prática literária da leitura, mas também à da escrita e seus produtos.

Em algumas das discussões centrais da antropologia contemporânea, apontam-se possibilidades, limites e implicações dessa analogia para a produção do conhecimento antropológico e sua escrita particular, a etnografia. Por exemplo, a analogia

poderia ser enriquecida com as reflexões sobre práticas espaciais da antropologia ligadas à pesquisa etnográfica, ao ‘campo’ e a construção do objeto do conhecimento, como em Clifford (2000) e as “culturas viajantes”. Neste trabalho, discute-se a constituição da análise cultural “em termos espaciais e mediante práticas espaciais específicas de pesquisa”. A noção de ‘campo’ e da prática de pesquisa em sentido localizado, que se efetua em um lugar concreto e delimitado é contraposta a outras noções: “se pensarmos a cultura e sua ciência, a antropologia, em termos de viagem, estaremos questionando o viés naturalizador, orgânico do termo cultura – visto como um corpo enraizado que cresce, vive, morre, etc. Adquirem maior nitidez as historicidades construídas e discutidas, os locais de deslocamento, interferência e interação” (Clifford, 2000: 58).

São igualmente relevantes para a presente discussão trabalhos que consideram as práticas de representação e de produção de conhecimento antropológico pela via escrita, como o diário e a etnografia. Essa via reflexiva aproxima-se do tema das relações entre antropologia e literatura. Geertz (1988) traz a questão refletindo sobre a etnografia e a atividade da escrita antropológica, centrando-se na questão do “antropólogo com autor”, da ‘autoridade’ construída em torno do “being there”, e da capacidade persuasiva de suas produções. Outros trabalhos analisam as proximidades entre a escrita etnográfica e a literatura ficcional, ou as parcialidades da verdade etnográfica (Clifford & Marcus: 1986; Clifford: 1998). Rapport (1994), tomando, sobretudo, as premissas do trabalho de Geertz, concentra seus esforços em demonstrar as correspondências entre antropologia e literatura, cruzando sua produção etnográfica com a obra do romancista inglês E.M. Foster em torno da vila inglesa de Wanet. É por ele formulado outro campo de correspondências e distanciamentos, a partir de uma perspectiva histórica da constituição da antropologia na Inglaterra e do romance inglês, particularmente do gênero ligado ao realismo social¹.

¹ A perspectiva histórica dessas relações é particularmente explorada por Lepenis (1996) . Sua referência não é tanto à antropologia, mas às ciências sociais, particularmente a sociologia. O autor pretende descrever o

Especificamente, sobre a relação entre literatura e antropologia há, no caso brasileiro, um corpo de trabalhos voltados às produções literárias de diferentes campos, tanto à literatura ficcional propriamente dita, quanto a textos ensaísticos e folclóricos. DaMatta (1993) reflete sobre a obra literária como etnografia. Criticamente, estabelece a comparação entre etnografia e narrativa de viagem, aprofundando a análise que aproxima o texto literário de narrativas míticas. Há, ainda, trabalhos que destacam o papel da literatura e do ensaísmo na constituição do pensamento social e das ciências sociais brasileiras (Veloso & Madeira, 1999; Vidal e Souza, 1997; Sena, 2000), e outros como os de Vilhena (1997) e Rapchan (2000), que refletem sobre as relações entre os estudos do folclore e a produção antropológica. Tais trabalhos, trazem abordagens que não constroem distâncias absolutas com essas produções textuais, como nativos exóticos, mas desenvolvem com elas um diálogo rico, considerando-as em sua legitimidade como produtoras de reflexão social. É esta, também, a perspectiva de inspiração para a presente tese, à medida que se busca compreender princípios e elementos característicos dos textos estudados, além da configuração de um pensamento particular, propondo-se um diálogo com esse pensamento acerca de algumas questões significativas, como as discussões sobre as relações entre localidades e Estado-Nação, e a construção social do espaço.

Entre tais trabalhos, são particularmente significativos para a tese os que articulam a reflexão sobre produções textuais, como os textos do pensamento social brasileiro, a formação da nação brasileira e a produção de categorias espaciais como sertão, litoral, região. Eles dialogam, direta ou indiretamente, com a noção de “geografias imaginativas” de Said (2001), analisando representações espaciais e geográficas construtoras da identidade nacional e da própria idéia de Brasil; por exemplo, os de Magnoli (1997), Vidal

debate entre literatos e sociólogos, a partir do século XIX, tendo como uma de suas questões o dilema que estaria posto à sociologia em hesitar “entre uma orientação cientificista, pronta a imitar as ciências naturais e uma atitude hermenêutica, que aproxima a disciplina da literatura” (:11).

e Souza (1997), Lima (1998) e Sena (2000). A presente tese se aproxima desses trabalhos, no sentido de pretender retomar, pela literatura, a questão das geografias imaginadas. Entretanto, uma diferença significativa é o ponto de partida temático da literatura aqui enfocada – não são a nação ou o país tematizados no primeiro plano, mas as localidades, as pequenas cidades e municípios ao redor da capital do Brasil. Ao invés da enunciação construtora da nação no pensamento social brasileiro, busca-se uma enunciação existencial que constrói, primeiramente, o particular, e a voz de diferentes sobre a diferença. É também, como coloca Suárez (2002), um olhar que percebe na literatura não só um fonte de informação etnográfica, mas fonte de uma história não contada oficialmente (:04).

Considera-se, assim, que o lugar de onde falam obras e autores, e as comunicações que articulam, importam e qualificam o que é dito. Por isso, o trabalho tenta apreender tanto o que essa literatura revela a respeito de si mesma, da prática da escrita que se dá a ver, quanto o que revela sobre o contexto cultural de onde se origina, e das posições que marca. Isso significa, portanto, tomar a literatura também como forma de conhecimento, um acesso a vozes, testemunhos, olhares que permitem construir novas impressões ou desconstruir imagens naturalizadas dos espaços que margeiam um centro de poder político e simbólico como Brasília. Conhecimentos que sugerem irradiações e influências dessas margens sobre o centro, e possibilitam a visão desse espaço a partir de outras referências. Tal perspectiva integra-se conceitualmente ao uso do termo *discurso* ao longo da tese, como um sistema de afirmações e de conhecimento social, no interior do qual o mundo pode ser conhecido. O discurso articula poder e conhecimento, como modo de conhecer, definir e controlar o que pode ser dito ou não. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar não só o que se diz e de que modo, mas o lugar de onde se enuncia (Foucault 1996; Ashcroft, Griffiths & Tiffin, 1998).

Além dos livros, a base informativa desta tese compreende outros textos (notícias de jornais e documentos de órgãos governamentais) e, principalmente, vozes dos escritores e

de e outros sujeitos relacionados ao mundo dos livros, bem como observações de espaços e cerimônias ligados às atividades dos escritores.

A perspectiva dialógica da linguagem como ação social, que informa a tese, associou-se às circunstâncias que concorreram para articular o estudo das narrativas textuais com observações sobre realidades vividas ou memoriais dos autores. Uma delas relacionava-se à necessidade sentida de estranhar o Entorno, um local que me era familiar e ao mesmo tempo desconhecido, justamente por se tratar de um espaço fronteiro ou lugar entre Brasília, o da estabilidade do próprio, e o outro lugar, o da diferença não reconhecida. A segunda razão foi de ordem metódica e diz respeito ao recorte temático que se impunha perante o fato de os livros, como reflexão letrada, escritura sobre o tempo ou criação poética, serem obras abertas, com muitos horizontes a oferecer². Para situar um contexto ao qual as reflexões se remetem, optei pela construção de Brasília, considerando ter sido um evento marcante para os municípios vizinhos por envolver mudanças de toda ordem.

Entre as decorrências conceituais dessa escolha, está o uso da noção de narrativa em dois sentidos diferentes. Guarda-se, de um lado, a perspectiva do caráter estrutural da narrativa, inspirado na leitura de Vidal e Souza (1997) dos textos do pensamento social brasileiro, que chama de ‘sociografias’. Assim, ao tratar algumas vezes de a *narrativa do município* ou a *narrativa da nação*, por exemplo, refiro-me não à narrativa de um texto em

² Outra razão que estimulou a perspectiva dialógica sobre a linguagem talvez seja de ordem existencial, remetendo ao ‘sertão’. Embora não haja na tese uma análise categórica do ‘sertão’, particularmente pelo viés da dicotomia litoral-sertão, algumas de suas questões são desdobramentos de reflexões nascidas em diferentes grupos de pesquisa voltados à temática do sertão. Iniciei-me no tema ao participar do projeto “O Sentimento do Mundo: Memória, Destino e Cenário da vida entre errantes mineiros”, coordenado pelo professor Carlos Rodrigues Brandão, na Universidade Estadual de Campinas. Foi a partir dessa experiência que cheguei ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, onde foi realizada pesquisa para o mestrado. Posteriormente, no âmbito do doutorado na UnB, integrei-me às discussões e reflexões de um grupo de pesquisa que propiciou a elaboração de estudos como os de Vidal e Souza (1997) e Costa (2000), *Fronteiras: Espaços imaginados, Lugares concretos*, coordenado pela professora Mireya Suárez. Inspirada pelos encontros e reflexões nesses diferentes contextos, a presente tese também participa do interesse em considerar aspectos estruturais de narrativas sobre o sertão, a polissemia dessa categoria, e uma abordagem sobre realidades vividas por sujeitos particulares.

particular, mas à estrutura narrativa apreendida na leitura de um conjunto de textos. Como na enunciação mítica, a narração de acontecimentos passados, nas repetições ao longo dos textos, torna visível uma estrutura na qual fatos, personagens e qualidades referidos aos municípios, localidades, unidades da federação e Brasília são organizados e interpretados, conformando-se, de certo modo, um sistema de significação e de classificação particular.

No entanto, ao abrir-se a pesquisa para a dimensão empírica, por meio de experiências etnográficas e de coleta de dados remetidos à prática e à ação, foi necessário também considerar temporalidades que criam e são criadas por narrativas, como modalidade de discurso que molda o tempo, fornecendo a ele forma e conteúdo. De fato, em algumas análises, o uso do termo ‘narrativa’ aparece não em relação a uma estrutura mais ampla de significação, mas à elaboração temporal particular que determinado texto cria. Também em consideração às temporalidades, a partir do encontro e da conversa com alguns escritores, tornou-se inevitável tomar a narrativa do ponto de vista da memória, como também o próprio papel de alguns escritores como narradores, no sentido de Benjamin (1994).

Ao final da tese, faz-se uma tentativa de aproximação entre as duas perspectivas, com inspiração na abordagem de Sahlins (1985). Considerando-se o evento da construção de Brasília, busca-se a compreensão desse acontecimento a partir dos textos estudados e de sua interpretação, segundo a teoria nativa sugerida pelos textos. Dessa perspectiva, que vê a *capital antes de Brasília*, é possível construir também uma interpretação particular sobre fatos contemporâneos da política do Distrito Federal.

Relato sobre a pesquisa

O início do trabalho adveio de duas experiências de pesquisa. Uma delas, ligada ao trabalho realizado no Noroeste de Minas Gerais, do qual resultou minha dissertação de mestrado (Jacinto, 1998), buscava compreender o contexto do Parque Nacional Grande Sertão Veredas pela perspectiva de diferentes grupos envolvidos por ocasião de seu processo de implantação, no caso, moradores locais, representantes do Estado (Ibama) e de uma organização não-governamental, co-responsável pela administração do Parque. A experiência ensinou sobre as relações estreitas e de intensos fluxos – migratórios, econômicos, sócio-culturais - entre aquela região e o Distrito Federal. Foi quando os significados do signo *Brasília* começaram a se ampliar para mim, indicando outros pontos de vista. Se era comum ouvir de muitas pessoas que viviam no Noroeste de Minas, que tinham parentes ou amigos em Brasília, que iam até lá para cuidar da saúde ou arrumar trabalho, esse nome do destino foi apontando lugares que não coincidiam com os limites administrativos e políticos da cidade³. No discurso dos que viviam na região da pesquisa, Brasília podia significar lugares como Gama, Taguatinga, Sobradinho, Agrovila ou Corumbá de Goiás, áreas do Distrito Federal e Goiás, transbordando a delimitação formal e administrativa de Brasília.

Na mesma época, nos anos de 1997 e 1998, acompanhei informalmente o trabalho de pesquisa musical desenvolvido por Roberto Correa e Juliana Saenger, que resultou no CD *Sertão Ponteador – Memórias Musicais do Entorno do DF*. O trabalho foi patrocinado pela Fundação Cultural do DF, com apoio da Subsecretaria de Articulação para Desenvolvimento do Entorno, e da Escola de Música de Brasília. Seu objetivo, seguindo

³ Brasília, sede do governo federal, geralmente corresponde, em termos administrativos e políticos, à área do Plano Piloto. É uma das regiões administrativas do Distrito Federal, formado também pelas chamadas cidades-satélites, ou regiões administrativas como: Taguatinga, Guará, Núcleo Bandeirante, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia, Santa Maria, Gama, Ceilândia, Brazlândia, Cruzeiro, Paranoá, Sobradinho, Planaltina e outras, compondo ao todo 19 regiões administrativas.

tradições musicais de grupos de folias, cantos de trabalho e rezas, na diversão e devoção, era o de realizar o levantamento, registro e divulgação de manifestações musicais presentes na região do que tem sido chamado de Entorno. Em um documento de apresentação do CD, os pesquisadores diziam: “A história da região brasileira onde o Distrito Federal foi implantado é anterior à construção da Capital Federal. A região do Entorno do DF mantém vivas antigas tradições populares, típicas do Brasil Central, pouco reconhecidas pela população da Capital em geral. Uma rica realidade cultural à qual o brasiliense está sujeito, e que constrói, juntamente com outras referências, o seu contexto sócio-cultural.”

Foi, portanto, a partir dessas duas experiências de pesquisa e aprendizado, que o objeto da presente tese começou a ser formulado. Por meio daquele trabalho musical, comecei a me atentar também para o nome ‘entorno’, e relacionar a ele parte dos processos percebidos em relação ao Noroeste de Minas. Ainda nesse período, às vezes no contexto de pesquisas ou em visitas de passeio a municípios mineiros e goianos próximos a Brasília, comecei também a recolher livros.

Algum tempo depois, tendo reunido um certo número de livros e precisando definir um tema de pesquisa para o doutorado, veio a idéia de tecer um paralelo com o mapeamento musical realizado pelo *Sertão Ponteadado*. Concentrando-me na produção literária, também elegi o Entorno como um recorte espacial para o trabalho com livros. Porém, ao direcionar o foco de investigação para a representação de categorias espaciais, uma das primeiras decorrências do recorte foi a pergunta: mas o que é o Entorno? Qual sua definição? Em que ocasiões o termo é utilizado? Por quem? Quais seus limites? As respostas a essas perguntas, apresentadas no capítulo II, permitiram também um primeiro exercício de estranhamento e distanciamento, ainda mais necessário pelo fato de que, por ser moradora de Brasília, de certo modo, estar suscetível a naturalizar determinadas relações e representações. Também por isso, a experiência de percorrer o espaço e as estradas entre municípios, localidades e Brasília foi tão importante.

Após um primeiro levantamento, em que se utilizou acervos de bibliotecas, sebos de livros e de redes estabelecidas por leitores e autores, foram selecionados livros e autores dos seguintes municípios e localidades: 1) Goiás: Luziânia, Corumbá de Goiás e Pirenópolis; 2) Minas Gerais: Buritis, Arinos, Paracatu e Unaí; 3) Distrito Federal: Brazlândia e Planaltina. Tal seleção funcionou como ponto de partida, alterando-se ao longo da pesquisa o conjunto de fato analisado: alguns autores/ obras/ municípios foram incluídos, outros infelizmente não se utilizaram na análise final. Justificou essas escolhas a própria interlocução entre o tema definido pela pesquisa e obras e autores, interlocução construída à medida que se percorriam textos, municípios e as ‘redes literárias’ reveladas ao longo da pesquisa.

Em relação ao conjunto de obras selecionadas, reuniram-se textos de diferentes gêneros. Entre eles, pode-se citar textos de caráter memorialista, histórico, ficcional, e também crônicas. Apesar de ser significativa a publicação de poesias, optou-se por concentrar a pesquisa nos textos em prosa. Em comum entre as obras selecionadas, há a motivação de registrarem-se relatos sobre o local, geralmente lugar de origem ou de habitação desses escritores. O termo ‘escritor’ é usado na acepção nativa, ou seja, é escritor quem tem escritos tornados públicos, por meio da publicação, e quem se define enquanto tal. Ao longo da tese, o termo pode aparecer também associado aos membros das academias de letras. Nesse caso, mesmo quando não há a existência de obras publicadas, considera-se a ‘relação literária’ ritualmente construída no âmbito dessas instituições.

A qualificação ‘escritores locais’ também guarda um caráter relativo e heurístico na presente tese. De um modo geral, ela indica a preocupação ou ligação de seus textos com os municípios e localidades. No entanto, entre textos e autores relacionados ao termo, há vários deles cuja produção não se limita ao recorte ou vínculo com o local e suas instituições. Nesses casos, a aproximação refere-se ao diálogo e à intertextualidade que tais

textos exercitam em relação à tradição histórico-memorialista considerada, tratando-se de textos e autores também reconhecidos por ela.

Para diferenciar os textos pesquisados como obras referenciais, da bibliografia analítica utilizada na elaboração da tese, foram usados dois sistemas diferentes de notação bibliográfica. Trata-se de uma distinção de caráter metodológico, criada para facilitar a organização e a apresentação do material textual privilegiado pela pesquisa. A ‘bibliografia analítica’ é indicada pelo sobrenome do autor e a data da publicação entre parênteses. No caso de autores e obras que participam do campo discursivo estudado⁴, classificados como ‘obras referenciais’, são apresentados, ao longo da tese, com nomes completos dos autores, título e ano de publicação dos textos. Ao final da tese, na ‘bibliografia’, além das indicações das ‘obras referenciais’ e da ‘bibliografia analítica’, há também a referência da ‘documentação consultada’, reunindo material oficial sobre o ‘Entorno’ (documentos de órgãos do Governo Federal ou do Governo do Distrito Federal), e finalmente material publicado em ‘jornais’ e ‘outra fontes’.

Como mencionado anteriormente, tomou-se a construção de Brasília como marco temporal para a escolha dos textos, ou seja, foram selecionadas obras publicadas posteriormente à transferência da Capital. No entanto, algumas dessas obras indicaram diálogos relevantes com outros textos, anteriores a esse período, e relacionados à *capital antes de Brasília*. Seguindo a intertextualidade, há também referência a alguns textos paradigmáticos, anteriores àquela data.

Nas visitas aos municípios, a pesquisa visou informações não só sobre os escritores, mas também sobre outros atores sociais envolvidos, de diferentes modos, nos processos de produção, comunicação e recepção das obras. Por esse ponto de vista, foi fundamental a

⁴ “campos discursivos, espaços onde um conjunto de formações discursivas estão em relação de concorrência no sentido amplo, delimitam-se reciprocamente: assim as diferentes escolas filosóficas ou as concorrentes políticas que se afrontam, explicitamente ou não, numa certa conjuntura (Maingueneau, 1984:27).

pesquisa junto às Academias de Letras, sobretudo a Academia de Letras e Artes do Planalto, em Luziânia (GO), a Academia de Letras do Noroeste de Minas, em Paracatu (MG), e a Academia Planaltinense de Letras, em Planaltina (DF).

* * *

Em consideração às perspectivas acima mencionadas, os três capítulos seguintes tentam construir, cada um, uma abordagem diferente sobre o espaço das relações entre os municípios e localidades selecionados e Brasília, sede do Distrito Federal e ‘enclave’ do poder central (Freire, 2002). O capítulo II toma a perspectiva do nome ‘entorno’, e analisa o discurso que cria esse nome e, junto com ele, um espaço. O Capítulo III considera o mesmo espaço topológico, porém enfatiza outros discurso e lugar de enunciação. É o capítulo que apresenta e analisa os textos dos escritores locais, tentando visualizar espaços e lugares representados nessa perspectiva. O capítulo IV busca compreender o espaço social do qual participam os escritores, considerando-se, particularmente, as práticas institucionais, como as das Academias de Letras. O capítulo V e final oferece uma articulação entre temas desenvolvidos previamente, procurando iluminar alguns dos trânsitos simbólicos e existenciais dos quais participam os livros, autores e textos, inclusive na criação de espaços morais e políticos.

A análise inicial sobre o nome ‘entorno’, no capítulo II, passa analiticamente pelas categorias de região, margem e fronteira. Com a primeira, há referências ao discurso do planejamento regional e à menção de problemas de ordem econômica e demográfica. O *locus* de enunciação criador do nome ‘entorno’ configura-se como o Estado-Nação. Acompanhando imagens relativas a esse nome, em documentos técnicos e na imprensa, percebe-se a predominância de imagens negativas ligadas ao nome. No segundo momento da análise, fazendo-se uso das noções de centro e de margens e, apoiada, sobretudo, na leitura de Mary Douglas (1976), faz-se uma re-leitura daquele discurso. Nessa

interpretação, a questão do centro e das margens aproxima-se das noções de estrutura e desarticulação da estrutura, poder das margens e do centro, e o perigo nas zonas de proximidades ou comunicação entre esses pólos. O terceiro momento da análise confronta essas idéias com a pergunta sobre o referente espacial dos pólos: onde está o centro, onde estão as margens? Ao serem considerados diferentes *locus* de enunciação de discursos sobre o Entorno, as respostas indicaram um campo de reflexão relativo não aos limites ou à localização geográfica precisa, mas à fronteira como *entre-lugar*, encontro entre diferenças sociais e culturais.

Os capítulos seguintes procuraram se aproximar de um *locus* de enunciação particular: aquele formulado considerando-se os municípios. O capítulo III concentra a análise de textos relacionados aos municípios e às localidades de Unaí, Buritis, Planaltina, Paracatu, Formosa, Luziânia, Formoso. Com a inspiração da analogia entre práticas de espaço e práticas de leitura, percorre-se o espaço narrativo construído por meio dos textos lidos, tentando-se apontar personagens, lugares e movimentos recorrentes. Entre boas famílias, tipos populares e o valor na ‘boa pessoa’, a centralidade do município, como personagem e eixo narrativo, torna-se visível. Como espaços mais amplos, articuladores dessas relações, dois deles indicaram relevância: Noroeste de Minas e Planalto. A capital federal, Brasília, é narrada nos textos como projeto do qual municípios e seus representantes participaram ativamente. Um dos modos de participação indicado, de modo recorrente, traz a imagem do ‘sacrifício’, e daquilo que os municípios teriam oferecido para a capital do país, como terras, costumes e passado.

O capítulo IV explora o espaço social remetido à ordem dos livros, espaço formado em redes, pelas quais circulam os livros como signos e objetos de práticas. Articulada a instituições culturais e literárias, a ordem dos livros expressa-se particularmente pelas Academias de Letras. No contexto de suas cerimônias, de casarões que as abrigam ou representam, a construção da memória coletiva e de suas práticas mostra-se um aspecto

fundamental dessa produção literária. Os escritores, tanto quanto autores, são atores e narradores da história que escrevem.

O capítulo final retoma algumas das imagens analisadas ao longo da tese. Particularmente, as referidas ao sacrifício e às margens, para ensaiar uma reflexão sobre as ligações entre a construção do Entorno, as imagens sacrificiais dos municípios, e a luta pelo reconhecimento na atualidade.

Capítulo II

ENTORNEANDO⁵

Sobre os espaços do Entorno

Entorno. (ô), s.m. – de um número real (Mat.): qualquer intervalo aberto que contenha esse número; - de um ponto da reta; conjunto de todos os pontos de qualquer segmento da reta que contenha esse ponto (PI: entornos (ô). C.f. entorno, do v. entornar.)

Entornar, v.t. Emborcar, despejando; voltar, inclinar (um vaso) para despejá-lo; derramar; espalhar; difundir; p. derramar-se; transtornar-se; espalhar-se; propagar-se; (pop.) dar-se ao vício do álcool. (Pres. Ind.entorno, etc.cf. entorno (ô).

Tornear, v.t. Afeiçoar ao torno; dar forma roliça a, arredondar./ Fig. Polir, aprimorar: *tornear a frase.*⁶

No clássico estudo sobre representações coletivas e a função classificadora, “Algumas Formas Primitivas de Classificação”, Durkheim & Mauss (2001) ensinam que classificar remete não só ao ato de constituir grupos, diferenciar e particularizar seres. Trata-se também de dispor esses seres e grupos segundo relações específicas, ordená-los hierarquicamente. São iluminados os laços entre a classificação das coisas e a dos homens, entre o sistema lógico e o sistema social. No esforço para revelar os vínculos entre a noção que a sociedade tem de si mesma e a representação que faz do mundo, o caso Zuñi é exemplar. Entre eles, o modo como o mundo é repartido e organizado espacialmente corresponde exatamente ao modo como a sociedade se organiza e se representa.

A busca de correspondências entre representação do espaço e organização social tornou-se marca de muitos trabalhos na antropologia, sobretudo em estudos sobre povos

⁵ Agradeço à professora Ana Vicentini a sugestão de um jogo de palavras com a idéia do ‘torno’ e do exercício de se tornar o objeto de estudo, durante a defesa do projeto que resultou nessa tese.

⁶ Os dois primeiros verbetes foram retirados do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* Ilustrado (1971); o verbete ‘tornear’ consta da *Enciclopédia e Dicionário Ilustrado Koogan/Houaiss* (1994).

tradicionais e indígenas. Dessa perspectiva, criticada e revista ao longo do desenvolvimento da disciplina (ver Silvano, 2002), permanece um ensinamento: perguntar antropológicamente sobre o espaço e sua construção é também perguntar sobre como as sociedades se representam e se organizam.

Inspirado nessa premissa, esse capítulo procura observar a constituição do espaço nomeado ‘Entorno’, a partir do discurso específico do planejamento regional e de seus argumentos técnicos e políticos. Cunhado nos anos 80, pode-se acompanhar nas décadas seguintes como o *Entorno* vai se configurando como um *modo de pensar as relações* entre Brasília, o Distrito Federal, os Estados de Goiás, de Minas Gerais, e seus municípios, modo incorporado e recriado por outros discursos, como os da mídia. Como se define *Entorno*? Quais são os valores e as imagens que têm acompanhado essa categoria? Quais elementos, de ordem qualitativa ou valorativa, podem ser percebidos nos vários modos de se usar o termo ‘entorno’? Em que ocasiões o termo é utilizado? Por quem?

As respostas a essas perguntas permitem uma reflexão que explora, em diferentes níveis, as categorias espaciais de *região*, *margem* e *fronteira*. O primeiro enfoque traz o discurso do planejamento regional, evidenciando-se a perspectiva do Estado-nação como lugar de enunciação. Acompanha-se, nesse discurso, a produção de imagens associadas ao uso do nome ‘entorno’, percurso que constrói principalmente a representação do Entorno como ‘região problema’. No decorrer desse exercício, evidencia-se que, em textos oficiais e na imprensa, a construção do ‘entorno’ como modo de pensar e classificar o espaço passa inevitavelmente pelas dimensões política e sócio-econômica. Em um segundo momento, a leitura antropológica desse discurso apóia-se particularmente em Mary Douglas (1976), e sua reflexão sobre centro, margens e as idéias de estrutura, ordem, desarticulação e desordem. O Entorno é redimensionado como fonte de perigo e poder. Um último momento da análise começa a se abrir a discursos de diferentes origens, que se embaralham, confundindo-se as posições de centro e margem. A resposta analítica

formulada é construída a partir da noção de *fronteira*, entendida não como limite ou localização geográfica, mas como entre-lugar plural de encontro de diferenças.

A região do Entorno

Recuperar parte da formação da categoria ‘entorno’ é também tentar reconstruir um *modo particular de pensar o espaço, recortá-lo e organizá-lo*. O levantamento bibliográfico a partir do termo ‘entorno’ levou, sobretudo, a estudos técnicos e à documentação oficial, textos que permitiram uma recuperação de como a categoria foi sendo formada⁷.

O primeiro ponto a se destacar, com essas leituras, é o lugar de onde se enuncia o discurso criador do nome ‘entorno’ e do espaço Entorno. Esse *locus* de enunciação é constituído por segmentos representativos do Estado-Nação, ligando o Entorno à construção de Brasília, uma das ações mais decisivas do processo de consolidação efetiva da soberania em todo o território da nação. A mudança da capital representa, desse ponto de vista, um marco de afirmação do poder federal em seu processo de ocupação de regiões que, situadas no âmbito do território brasileiro, permaneceram largamente fora da esfera de controle da ordem jurídica e política do Estado, tendo desenvolvido tradições próprias. A mudança da capital, portanto, tornou oportuna a produção de um discurso nacional e geopolítico (Magnoli, 1997) cujo ideário é remetido à Inconfidência Mineira, registrado nas Constituições de 1891 e 1946, impulsionado pela ‘Marcha para Oeste’ e reinventado como meta-síntese do governo Juscelino Kubitschek (Bertran, 1988; Couto, 2001; Ribeiro, 1999).

⁷ Por exemplo, Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN (1922). *Entorno do Distrito Federal: Programa Estratégico de Desenvolvimento*; FERNANDES, Duval e CORDEIRO, Lucilene Dias (s.d.) *Notas sobre o Entorno do Distrito Federal.*; Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretária Especial de Políticas Regionais. (1998) *Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE*; Câmara Legislativa do Distrito Federal (1999). *A Força do Entorno*.

Observação: os documentos produzidos pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central serão doravante referidos pela sigla do órgão, CODEPLAN.

Desse lugar de enunciação, a mudança da capital também oferece contornos concretos a um componente da imaginação da nação brasileira, visível no discurso do pensamento social brasileiro: a da representação do Brasil como ‘pátria geográfica’, lugar onde há sertão e litoral, vazio e civilização, “movendo-se pelo espaço vasto”, em “expansão contínua por seu sertão à procura da unificação nacional” (Vidal e Souza, 1997: 153). Pátria no espaço, também imaginada como Ilha-Brasil, associada à identidade territorial fundada na configuração da natureza (Magnoli, 1997). A construção de Brasília anuncia, em relação àquele ideário e aos discursos que o representam, a inserção do ‘agente da integração nacional’, anunciador de uma nova cultura e civilização, “meio de povoar, desenvolver e assegurar a posse do vasto sertão Brasileiro” (Holston, 1993: 24). E, seguindo essas referências, meio de criar novos espaços.

Em consonância com essa perspectiva, um dos documentos referenciados sobre o Entorno (CODEPLAN, 1992), inicia-se com o tema da “Ocupação territorial do Distrito Federal e sua Região”, apresentando seus antecedentes históricos. O início dessa ocupação é associado às primeiras tentativas de penetração no ‘Centro-Oeste’ do século XVI. A partir daí discorre-se sobre a penetração dos portugueses por meio da expansão militar, sobre a colonização missionária, os bandeirantes paulistas, chegando-se às primeiras manifestações sobre a mudança da capital, referidas ao Marques de Pombal (1761) e a José Bonifácio, em 1823, “que voltou a proclamar a necessidade de se interiorizar a capital do Império, sugerindo inclusive, o nome Brasília” (:15). Os antecedentes históricos da ocupação territorial referentes ao Entorno, continua o texto, se relacionam também à Comissão Cruls em 1892, à Guerra do Paraguai, aos caminhos das ferrovias e rodovias, à criação de Goiânia e, finalmente, as ações concretas que conduziram a escolha do sítio da nova capital. Discutidos esses antecedentes, o documento volta-se então à discussão sobre a ‘evolução e marcos legais’ da ocupação territorial do espaço a partir de Brasília, do novo Distrito Federal, e o que se chamará de ‘Entorno’.

A leitura desse e de outros documentos consultados, mostrou que a palavra ‘entorno’ surgiu referida a um espaço de planejamento regional, em um processo iniciado em 1975, com a criação do *Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília* (PERGEB). O objetivo desse programa era possibilitar uma intervenção mais sistemática e organizada na que foi considerada *área de influência* do Distrito Federal. O PERGEB foi implementado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), e inicialmente definiu ‘áreas de influência’ a partir de eixos rodoviários e centros urbanos, procurando não estabelecer limites muito precisos para essas áreas, onde seria desenvolvida sua estratégia de atuação (CODEPLAN, 1992: 37). Com efeito, a delimitação da área foi redefinida posteriormente, chegando a reunir 94 municípios em três níveis de atuação:

“a) Escala local – a área do Distrito Federal, definida como ‘área de contenção’, onde as ações deveriam buscar a contenção do seu crescimento, face à preocupação com o crescimento explosivo de Brasília e com a tendência de repetir o modelo de urbanização das grandes metrópoles brasileiras, comprometendo suas funções originais em benefício de outras como a geração de empregos, renda e a produção.

b) Escala de Transição – abrangendo os municípios goianos e mineiros limítrofes ao DF; tida como ‘área de *transição*’ entre o local contido e o regional incentivado, onde se pretendia conter e controlar o crescimento populacional, evitando os danos da especulação imobiliária nas fronteiras do DF.

c) Escala Regional – formada pelos demais municípios da região (em Minas Gerais e Goiás), definida como ‘área de dinamização’ com vistas à formação de infra-estrutura física de apoio aos setores produtivos e de estruturação do sistema de cidades, estimulando-se, num primeiro momento, os centros com potenciais econômicos de natureza polarizadora, estendendo-se às demais aplicações nos setores de infra-estrutura social” (CODEPLAN, 1992: 38) (grifo meu)

Em 1981, reformulou-se a estratégia espacial em escalas, e apresentou-se uma nova abordagem, voltada aos municípios da ‘escala de transição’, *entre o local contido e o regional incentivado*, no documento “O Entorno do DF – Problemas e Propostas de Solução”.⁸ Ocorreu, à época, a assinatura de um protocolo de intenções entre os governos

⁸ Essa reformulação e o documento foram produzidos pela SUDECO e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ver CODEPLAN (1992) e Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretária Especial de Políticas Regionais (1998).

do Distrito Federal, de Goiás e de Minas Gerais, com a criação formal do *Entorno do Distrito Federal*, cuja área de atuação reduziu-se a doze municípios⁹.

Tal delimitação, no entanto, continuou se alterando e voltou a se ampliar. O desmembramento e a criação de novos municípios¹⁰, e pressões políticas figuraram como suas razões. Um dos atores relevantes nesse processo, entre outros, foi a Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB), cujas atuação e pressão teriam levado à inclusão de outros municípios no Entorno, chegando a reunir 42 municípios na área¹¹.

Em 1998, outra regionalização (e categoria) foi criada, a *RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno*¹² – delimitando um espaço de atuação governamental direcionado a 23 municípios. Iniciou-se, por conseguinte, o *Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal*. O objetivo de criação da área seria o de “estabelecer um mecanismo institucional que permitisse ao poder público tratar de forma mais adequada os problemas da região”. Os aspectos formalmente apontados como referenciais para seus programas e projetos foram o desenvolvimento regional e a organização de espaço metropolitano¹³.

⁹ Planaltina de Goiás, Padre Bernardo, Alexânia, Cristalina, Pirenópolis, Abadiânia, Corumbá de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Formosa, Luziânia e Cabeceiras de Goiás; e Unaí em Minas Gerais. Cf. CODEPLAN (1992)

¹⁰ Como Mimoso e Água Fria de Goiás, desmembrados de Padre Bernardo e Planaltina de Goiás (em 1989); Cocalzinho, desmembrado de Corumbá de Goiás, Cidade Ocidental, emancipada de Luziânia, e Vila Boa, desmembrada de Formosa (em 1992).

¹¹ Dados da Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, em 1996. Citado em FERNANDES, Duval e CORDEIRO, Lucilene Dias (s.d.).

¹² Criada pela Lei Complementar no. 94, de 19 de fevereiro de 1998 e regulamentada pelo decreto no. 2.710, de 04 de agosto de 1999. Em 21 de janeiro de 1999, pela Lei no. 2.297, foi criada a Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno – SEAD, órgão vinculado ao Governo do Distrito Federal, e responsável pelas implantação e manutenção de políticas, programas e ações públicas voltados à promoção do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Ver também Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretária Especial de Políticas Regionais (1998)..

¹³ BRASIL, Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais (1998: 03).

Os vários documentos consultados apontaram a existência de três delimitações de Entorno aceitas com alguma referência legal¹⁴. Há a delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que estabeleceu a Microregião 12 do Estado de Goiás, composta de *12 municípios*. Há a delimitação da Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília (AMAB), que reúne *29 municípios goianos e 13 mineiros* (é o recorte com o maior número de municípios). E a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), abrangendo 19 municípios goianos e 3 mineiros. É importante mencionar também que a RIDE tem sido considerada em alguns documentos como ‘região metropolitana do DF’ (ver Quadro 01).

A coexistência das diferentes delimitações é reconhecida oficialmente e acionada de diferentes modos segundo os critérios e interesses oportunos. Por exemplo, o *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, após apresentar as três delimitações, opta por aquela da AMAB, justamente “por constituir-se na delimitação mais abrangente”.

Em consonância com as várias delimitações formais, há que se lembrar também de outros recortes que multiplicam critérios e imagens da noção de ‘entorno’. Não seria incomum, em um discurso produzido *a partir* de Brasília, a referência como Entorno às cidades de Brazlândia ou Planaltina, antigas localidades goianas que, atualmente, são regiões administrativas do DF. Ou Sobradinho, criada em 1960, a época da construção de Brasília e formalmente integrante do Distrito Federal. Nessas últimas acepções, os critérios para a classificação talvez sejam a distância física em relação ao centro, ou nos casos de Brazlândia e Planaltina, a anterioridade histórica dos lugares em relação a Brasília.

Considerando o surgimento da categoria ‘entorno’, suas diferentes definições e relações com processos de planejamento regional, o próximo tópico pretende discutir algumas das imagens vinculadas à categoria.

¹⁴ FERNANDES, Duval e CORDEIRO, Lucilene Dias (s.d.); e Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Habitação. (2000) *Anuário Estatístico do Distrito Federal – 2000*.

Quadro 01
Municípios Integrantes do Entorno conforme IBGE, AMAB e RIDE

IBGE	AMAB		RIDE*
Abadiânia Alexânia Cabeceiras de Goiás Corumbá de Goiás Cristalina Formosa Luziânia Mimoso de Goiás Padre Bernardo Pirenópolis Planaltina de Goiás Santo Antônio do Descoberto	Goiás Abadiânia Água Fria de Goiás Águas Lindas de Goiás Alexânia Alto Paraíso de Goiás Alvorada do Norte Buritinópolis Cabeceiras Cidade Ocidental. Cocalzinho de Goiás Corumbá de Goiás Cristalina Damianópolis Flores de Goiás Formosa Luziânia Mambaí Mimoso de Goiás Novo Gama Padre Bernardo Pirenópolis	Planaltina. Santo Antônio do Descoberto São João D'Aliança Simolândia Sítio D'Abadia Valparaíso de Goiás Vila Boa Vila Propício Minas Gerais Arinos Bonfinópolis de Minas Buritis Cabeceira Grande Dom Bosco Formoso Natalândia Paracatu Pintópolis Riachinho Unai Uruana de Minas Urucuia	Goiás Abadiânia Água Fria de Goiás Águas Lindas de Goiás Alexânia Cabeceiras Cidade Ocidental Colcalzinho de Goiás Corumbá de Goiás Cristalina Formosa Luziânia Mimoso de Goiás Novo Gama Padre Bernardo Pirenópolis Planaltina de Goiás Santo Antônio do Descoberto Valparaíso de Goiás Vila Boa Minas Gerais Buritis Cabeceira Grande Unai

Fonte: Governo do Distrito Federal. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Habitação (2000). *Anuário Estatístico do Distrito Federal – 2000*. Brasília.

* obs. O município de Cabeceira Grande (MG) não consta da listagem do Anuário 2000 referente à RIDE, sendo incluído a partir de outras fontes.

Sobre Imagens Predominantes

Como mencionado, a principal bibliografia levantada sobre o termo ‘entorno’ refere-se à documentação oficial e aos estudos técnicos. Em geral, os textos iniciam-se de um mesmo modo: a referência à criação de Brasília, seu processo de ocupação espacial, fluxos migratórios e a decorrente pressão demográfica sobre a infra-estrutura do *DF*. Em “Notas sobre o Entorno do Distrito Federal”, por exemplo, Fernandes e Cordeiro (s.d.) introduzem seu trabalho remetendo-se ao planejamento de Brasília e à questão de sua ocupação, do ponto de vista habitacional. Lembram que, apesar da preocupação com o planejamento, “um considerável contingente da população que para lá se dirigiu à época da construção da cidade e que havia decidido lá se estabelecer [foi] transferido para localidades denominadas cidades-satélites, ‘programadas’ para serem construídas após a inauguração de Brasília”. O artigo menciona então o poder de atração da capital, o “eldorado que é oferecido às pessoas”, e o fato de a organização social e da especulação imobiliária tornarem-no impossibilidade. Diante desse fato,

“A saída encontrada por muitos é a sua transferência para a região do Entorno, pois possibilita viver em condições mais apazíveis, dado que o mercado imobiliário desta área é mais acessível e, ao mesmo tempo próximo ao Distrito Federal, onde se tem a possibilidade do emprego. Além disso, esta proximidade pode contornar problemas como desde a ineficiência dos serviços de saúde e educação até a oferta de lazer. Neste ponto há que se considerar a pressão inevitável que o Distrito Federal sofre nos seus equipamentos sociais com destaque para aqueles nas áreas da saúde, educação e segurança”.

O estudo da CODEPLAN (1992), já mencionado, desdobra essas questões, refletindo sobre a pressão populacional, infra-estrutura disponível na capital, emprego, desenvolvimento e alternativas de trabalho, bem como os constrangimentos de natureza institucional. Ele aponta que “a economia do Entorno, periférica ao Distrito Federal, não tem contribuído de forma adequada para a elevação dos níveis de vida da sua população, criando um quadro social, econômico e territorialmente desequilibrado” (CODEPLAN

1992: 11). São também essas mesmas características que conformam as discussões sobre a metropolização do DF, chamando-se atenção para o fato de que neste caso não é a base econômica o princípio da metrópole, mas a aglomeração populacional (idem: 47).

Como esse mesmo estudo aponta, o Entorno é geralmente abordado por seu ‘lado problematizado’:

“Esses problemas foram, ao longo dos anos, objeto de diversos programas governamentais, em que investimentos foram propostos para a região com vistas a promover o seu desenvolvimento. Tais programas, não obstante sua validade, por falta do indispensável aval político, tornaram-se ações isoladas, estando hoje dispersos ou totalmente desestruturados, além de seguramente superados pela própria dinâmica regional. Ressalte-se, a propósito, que esses programas tinham como ponto de partida (e, portanto, explicitamente refletiam) uma visão dos governos Federal e do Distrito Federal em relação ao Entorno, a qual *identificava a região pelo seu lado problematizado: o perigo do surgimento de uma nova “Baixada Fluminense” e o conseqüente desejo de reter as migrações o mais longe possível da Capital Federal*”. (CODEPLAN, 1992: 11) (grifo meu)

Pautada pelas autoridades governamentais, também a imprensa aciona esses aspectos ao tratar da categoria ‘entorno’. Veja-se, por exemplo, alguns trechos de reportagens publicadas no *Jornal de Brasília* e no *Correio Braziliense*:

“ENTORNO DO DF BATE RECORDE DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

A população do Entorno cresceu 16,4% nos últimos dois anos, segundo dados do IBGE. Essa é uma das mais altas taxas de crescimento demográfico do País. O número de moradores da região subiu de 781.626, em julho de 1994, para 909.876, no ano passado. Em algumas cidades os números assustam. (...) A maioria dos migrantes do Entorno morava em fundos de quintal nas cidades-satélites. Eles alegam que deixaram o DF por causa do alto preço dos aluguéis. Já a população de Brasília cresceu pouco nos últimos anos, desfazendo o mito de que os assentamentos provocaram aumento na migração. (*Jornal de Brasília*, 10/08/97)

“ENTORNO - falta de infra-estrutura e crianças de sobra: cidades goianas em volta do DF chegam a ter 15% de sua população com até 4 anos de idade” (*Correio Braziliense*, 15/12/2002)

Convém salientar esses aspectos porque, junto aos processos políticos e econômicos envolvidos na regionalização e na sua nomeação, caminham também imagens relativas ao

espaço do Entorno, que povoam discursos e imaginários coletivos. Assim, nas mídias locais comumente se faz a associação entre Entorno e problemas demográficos e socioeconômicos, como as questões da migração excessiva, das pressões populacionais e da violência. Bastante expressivo, nesse sentido, é um artigo disponível na Internet, escrito por Rodrigo Victor da Paixão, capitão da Polícia Militar:

“Entorno da In-segurança

Como oficial da Polícia Militar, servi na região do entorno do Distrito Federal por mais de quatro anos, entre 93 e 97. Naquela época, apenas um Batalhão de Polícia era responsável pelas cidades de Cristalina, Luziânia, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas. O índice de criminalidade, já elevado então, mostrava uma tendência para crescer cada dia mais.

O entorno é uma região sui generis, isto é, singular. Pessoas atraídas de todos os cantos do país, buscando o sonho de uma terra de oportunidades em Brasília, descobrem que ali não há mais lugar para aventureiros. **Lugar de aventureiro** (especialmente aventureiros pobres) é em Santa Maria, Samambaia e no entorno do DF, ou seja, em Goiás mesmo. As cidades chamadas antigamente de "dormitório" ganharam populações enormes, e as pessoas não passam o dia todo dormindo, não. Os trabalhadores de Brasília que moram no entorno têm famílias, que comem, bebem, gastam luz, estudam e buscam assistência médica em Goiás. Quem projetou o Distrito Federal não contava com isso. **Ganha-se e gasta-se em Brasília; usa-se a infra-estrutura pública de Goiás.**

A população do entorno é curiosa. Dificilmente acha-se alguém "nascido e criado" por ali. Esta falta de identificação com a terra, **falta de regionalismo**, criou uma sociedade anti-social, se permitem o trocadilho. As pessoas não têm vínculos entre si. Lembro-me de casos em que um criminoso assaltava o próprio vizinho.

Sempre comparei a **situação do entorno** com **aqueles velhos filmes de faroeste**, em que as cidades são aglomerações de estranhos. O criminoso rouba e mata em uma cidade, depois passa a fronteira para não ser perseguido pela polícia. (...)

Para encerrar, volto a afirmar: a população do entorno não precisa só de viaturas, armas e policiais. O que eles precisam é de saúde, escolas, higiene, asfalto, identidade cultural. O que o povo do entorno precisa é de cidadania e dignidade.”¹⁵(grifos meus)

As imagens desse artigo – cidades-dormitório, explosão populacional, falta de identificação com o lugar de residência ou “falta de regionalismo”, filmes de faroeste -, compõem um quadro recorrente nos usos do termo ‘entorno’. A singularidade desse espaço vai sendo construída por sua associação com determinadas características. Uma delas estaria na fragilidade dos laços que unem pessoas entre si; é “lugar de aventureiro”,

¹⁵ Caderno Goiano de Doutrina, pp.13 e 27, disponível em www.serrano.neves.nom.br/cgd/011201/13a27.htm

“aglomeração de estranhos”. O artigo continua a reflexão, relacionando o perigo iminente à falta de cuidado do poder público e à pergunta: com quem está a responsabilidade? Pergunta que aciona outro dado importante, o contexto das unidades da federação envolvidas por esse espaço.

Falar de Entorno remete às relações entre Distrito Federal, Estados e municípios, e ao modo como se representam a categoria e suas variações, dependendo da unidade da federação envolvida. Fazer ou não parte do Entorno significa o quê? Inclusão ou exclusão do quê? Se o *Anuário Estatístico do DF* trabalha para construir uma caracterização demográfica e socioeconômica, com a noção mais abrangente de ‘entorno’, é outro o caso para a RIDE, por exemplo, sobretudo em relação à participação de municípios mineiros. Ser incluído na RIDE pode significar a participação da padronização de tarifas e alíquotas, ter acesso às linhas de crédito especiais, às isenções e aos incentivos fiscais¹⁶. Significa participar da distribuição de recursos e investimentos.

Uma reportagem em *A Folha do Entorno* mostra a disputa por essa participação. A dimensão política da definição desse espaço é descrita no referido jornal da ‘Região Metropolitana do DF’, em publicação de março de 2002, com circulação no chamado Entorno do DF, Brasília e Goiás¹⁷. Um dos destaques da matéria diz o seguinte:

¹⁶ A esse respeito, deve-se mencionar a instituição do Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – COARIDE, pela LC nº 94/98. Cabe ao conselho “coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE e aprovar o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (...) A atuação do COARIDE abarca tanto o âmbito federal, no sentido de propor, identificar e articular programas governamentais que venham ao encontro dos objetivos da RIDE, quanto o âmbito regional, no sentido de estabelecer convênios, normas e critérios para a unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos de responsabilidade dos Estados, dos Municípios Integrantes da RIDE e da União, especialmente em relação a: - tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda; - linhas de crédito especiais para atividades prioritárias; - isenções e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos e fixação de mão-de-obra.”, in Câmara Legislativa do Distrito Federal (1999: 07)

¹⁷ A matéria é sobre a assinatura do convênio de Cooperação Técnica entre a União, os governos do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais e dos 22 municípios da RIDE, assinado no gabinete do Ministro da Integração Nacional, em 12 de março de 2002.

“Goiás é contra a extensão da RIDE

O secretário do Planejamento e Desenvolvimento, Giuseppe Vecchi, reafirmou a posição contrária de Goiás afirmando que o ideal, no momento, é consolidar cada vez mais a RIDE nos 22 municípios já existentes no Entorno de Brasília e não ampliá-la para mais de 20 municípios de Minas Gerais.

Em síntese, o que Goiás quer é que a RIDE tenha mais recursos para minorar as dificuldades existentes, como por exemplo, nas áreas de segurança e emprego. Vecchi justificou que essa crítica encontra ressonância nos prefeitos da região e no próprio Ministério da Integração Regional (sic) e que Goiás irá somar esforços para barrar essa tentativa que, no seu entendimento, não tem base técnica ou política para ocorrer.

Israel Pinheiro, descontraído, disse que ‘não será com briga que irá se resolver essa questão. Precisamos conversar. Os municípios relacionados no projeto são apenas os municípios do Noroeste de Minas, que são tão necessitados quanto os municípios do Entorno (...)’.

Percebe-se um interessante contraste para essa situação de disputa por inclusão, ao perceberem-se também as zonas de indeterminação do que, em princípio deveria se referir ao mesmo espaço. Tal referência pode ser lida em reportagem publicada no jornal *O Correio Braziliense*, em 25 de fevereiro de 2001. Note-se que, nesse caso, o nome ‘entorno’ não aparece em nenhum momento. Abaixo, alguns de seus trechos e imagens:

“Faixa de Gaza às Avessas:

Em vez de disputar a divisa, nem o Distrito Federal nem Goiás assumem a região. Com isso perdem os moradores, que não sabem a quem recorrer quando o assunto é serviço público, como limpeza urbana (...)

Um pé lá outro cá – Eles dormem em Goiás e acordam no DF: para definir os limites da divisa, moradores só contam com os postes.”

A reportagem também apresenta, em destaque, fragmentos de entrevistas realizadas. Dois casos interessantes aparecem no depoimento de uma moradora da área em questão, e no do Coordenador do Censo 2000 no DF:

“Sempre houve uma rixa. Uma vez passaram distribuindo umas batatas dizendo que era do DF. Um vizinho disse que nossa casa estava em Goiás e não ganhamos
Ana Paula Rodrigues, 24
Revelando a disputa entre os vizinhos da divisa”

“O conflito existe. Algumas casas realmente são cortadas pela linha que divide o Distrito Federal de Goiás. Muitas delas estão com a sala num lugar e a cozinha em outro
Walker Moura
Coordenador do Censo 2000 no DF”

Não deixa de ser curioso o fato de que na reportagem em que noções de limite e divisa são tão evidentes – questão fundamental nos vários fragmentos de textos aqui recuperados -, não apareça uma única vez o termo ‘entorno’, ou RIDE como possível variação. Talvez porque aqui, ao invés de disputarem-se recursos para a resolução dos *problemas do Entorno*, coloca-se em questão justamente a atribuição e a partilha de responsabilidades visando à *resolução de problemas*.

O fato de a imagem do *Entorno problema* predominar, não significa, todavia, que não haja outras representações e perspectivas no jogo. Elas podem ser vistas na própria imprensa. Em setembro de 2001 e julho de 2002, o jornal *O Correio Braziliense* publicou cadernos especiais sobre o Entorno, intitulados respectivamente “*Entorno – Os desafios do Crescimento*” e “*Entorno – União para crescer com qualidade*”. Os dois cadernos e seus conjuntos de textos, entremeados pela propaganda do Governo do Estado de Goiás, revelam nas entrelinhas um discurso que aposta no Entorno (aqui, claramente identificado com a RIDE) como mercado consumidor. É a imagem do *crescimento* que abre os textos. Há outras características que particularizam esse espaço, como a relação entre o mundo urbano e o rural (“O interior na Capital”), ou os deslocamentos cotidianos de pessoas que vivem no Entorno (“Idas e vindas no Entorno”). Além de aspectos já indicados em outros momentos, relativos aos *problemas*, as reportagens veiculam e exploram também referências positivas da categoria, ligadas, sobretudo, à natureza, à autenticidade da tradição, aos potenciais do turismo ecológico e histórico. O aspecto da *convivência* de diferenças também é reforçado, como entre o *rock’n roll* e a música sertaneja, ou entre religiões.

Ainda que aberto a diferenças, há um viés político-econômico que determina o tom das reportagens e estrutura similarmente os dois cadernos. Explicita-se tanto em temas de artigos (“PSDB de um lado, PMDB do outro”; “Em busca de Autonomia”; “Garantia de desenvolvimento Sustentável”), quanto na propaganda do Governo do Estado de Goiás, que ocupa páginas centrais dos dois cadernos.

Mencionar esse tom é crucial já que ele ilustra a dificuldade de encontrarem-se discursos em que o viés não esteja presente, definindo-se questões e temas que marcam o espaço nomeado Entorno, dando significação a lugares que porventura contenha. A reflexão desenvolvida até o presente momento é expressão desse fato – recuperar a construção da categoria ‘entorno’ em textos oficiais e na imprensa, como modo de pensar e classificar o espaço, passa inevitavelmente por dimensões política e socioeconômica.

O entrecruzamento entre o plano político-econômico e a produção simbólica acionada está bem ilustrado numa série de artigos publicados em 1991 no *Correio Braziliense* e no *Jornal de Brasília*. Estes jornais comentam o contexto do primeiro governo eleito do Distrito Federal e um de seus atos, a criação da Secretaria do Entorno¹⁸. A maioria dos artigos é assinada por membros do então governo, entre eles, o próprio governador, Joaquim Roriz, nativo de Luziânia, um município limítrofe do Distrito Federal, cuja inserção no Entorno é aceita nas três definições – IBGE, AMAB e RIDE. Os artigos também são assinados por parlamentares da Câmara Federal e Distrital que apoiavam o governador eleito, e expressavam suas posições políticas e partidárias¹⁹.

¹⁸ Também a Secretaria, desde sua criação e ao longo de diferentes gestões, teve vários nomes, como Secretaria Especial de Articulação com o Entorno, entre outros.

¹⁹ São os seguintes os artigos: 1) “Entorno: questão crucial”, de Maurílio Silva [deputado distrital PTB], *Correio Braziliense*, 31/10/1991; 2) “O Entorno no Contexto Nacional”, de Salviano Guimarães [deputado distrital PL], *Correio Braziliense*, 19/02/1991; 3) “A Secretaria do Entorno”, de Joaquim Roriz [governador do DF], *Correio Braziliense*, 19/03/1991; 4) “O último muro”, Joaquim Roriz [governador do DF], *Jornal de Brasília*, 02/04/1991; 5) “Secretaria do Entorno”, Osório Adriano [deputado federal PFL-DF], *Jornal de Brasília*, 12/04/91; 6) “Entorno de Brasília”, Mendes Ribeiro [deputado federal PMDB –RS], *Jornal de Brasília*, 19/4/91; 7) “Uma situação embaraçosa”, de André Gustavo Sumpf [jornalista], *Correio Braziliense*, 23/04/1991; 8) “Minas, Goiás e Brasília”, José Roberto Arruda [chefe do gabinete civil GDF], *Jornal de*

A série de artigos publicados em 1991 sugerem que, nesse momento, o *locus* da enunciação torna-se ambíguo, porque se por um lado continua a ser formalmente o do Estado-Nação, por outro lado, há também uma enunciação remetida à interesses próprios ao Entorno e ao espaço convencionalmente definido como região de influência do Distrito Federal.

Os artigos dão acesso principalmente à defesa da criação da Secretaria e trazem referências a lugares que vem sendo discutidos até agora: Entorno, Brasília, Distrito Federal. São opiniões que reforçam a maioria das imagens reveladas por outros textos, inclusive técnicos e, ao mesmo tempo, evidenciam perspectivas remetidas às localidades que circundam o Distrito Federal ou, como se verá a seguir, que são circundadas por ele.

O Quadro 02, a seguir, apresenta uma análise cuja inspiração para leitura apoia-se em categorias lingüísticas, e cujo objetivo é esquematizar as imagens ligadas a Brasília, ao Distrito Federal e ao Entorno a partir dos conteúdos discursivos das notícias sobre a Criação da Secretaria do Entorno, em 1991.

Brasília, sábado, 27/04/91; “O fim das fronteiras”, Washington Novaes [secretário meio ambiente, ciência e tecnologia GDF], *Jornal de Brasília*, 28/04/1991; 11) “Projeto Nacional”, João Bosco Ribeiro [secretário extraordinário do Entorno], *Jornal de Brasília*, 27/6/91.

Quadro 02
Imagens Ligadas a Brasília, ao Distrito Federal e ao Entorno

SIGNIFICANTE	REFERENTE ESPACIAL	SIGNIFICADO
Brasília	Plano Piloto Plano Piloto e Lagos Sul e Norte Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> - plataforma de interiorização do desenvolvimento - cidade-estado - pólo indutor de desenvolvimento - oásis de qualidade de vida - monumento da humanidade - vítima de inchaço demográfico - atração de brasileiros expulsos de outros lugares - Qualidade de vida acima da média - Brasília é como um ovo - o suposto Eldorado - nos amplos salões de edifícios suntuosos dormem migrantes - atração e promessas - o belíssimo monumento arquitetônico - <i>comparação com Washington</i> - serviços e equipamentos sociais - miséria ao lado da Qualidade de vida - <i>comparação com Canadá</i> - símbolo e centro do governo e da nação; vocação universalista - projeto nacional e não regional
Distrito Federal	Plano Piloto e Regiões Administrativas Brasília e Regiões Administrativas (RA's)	<ul style="list-style-type: none"> - Explosão demográfica das cidades satélites - multiplicação de carências - Norte e Nordeste despencando - Crescimento desordenado: leva desejo de liberdade às cidades satélites - <i>comparação com Rio de Janeiro</i> quando capital federal: a trilha desastrosa aberta pela capital/ poder sob coação constante - indefinição sobre localização da cidade de Brasília - DF: muito grande geograficamente, mas não constitui Estado - DF não tem capital - grande Estado que vai surgindo do esforço do DF e do Entorno
Entorno	Municípios goianos e mineiros Municípios goianos Municípios Mineiros, Goianos e DF	<ul style="list-style-type: none"> - região economicamente deserta e injusta - secretaria: viabilizando o futuro de Brasília - escala regional de Brasília - área adjacente de Brasília - somar esforços como governadores de Minas e Goiás, e com as prefeituras municipais - objeto de ação reguladora do estado - péssima qualidade de vida - desenvolvimento do Centro-Oeste - Centro-Oeste - Muro imaginário "que vai cair" - conter fluxo ao redor das fronteiras de Brasília - região problema ou elo de difusão do progresso - para que o melhor hospital de Abadiânia não seja a ambulância - para que a melhor escola de Alexânia não seja o ônibus - O entorno é o Brasil desassistido - espaço metropolitano - região carente - deficiência no atendimento das necessidades básicas - municípios que fazem divisa com o DF - <i>comparação com Baixada Fluminense</i> - um goiano que, em Jataí, lembrou um mineiro, JK, da obrigação de construir a nova capital - miséria ao lado da qualidade de vida - cinturão de Brasília - sobre a crítica à criação da Secretaria: não querem que o governo seja aquilo que tem que ser visto: a escala adjacente do Entorno da cidade - condição de sobrevivência do sonho de Brasília - <i>Canada e seu entorno</i> - Mercado comum do Entorno

Os significados apresentados na tabela foram obtidos nos textos dos dez artigos publicados. Embora estejam descolados da argumentação de cada artigo, oferecem imagens repetitivas e ressonantes, usadas para a construção de pontos de vista de seus autores. Reunidas, o que delas se depreende? Qual o novo texto subtendido pelos sintagmas destacados?

Brasília, símbolo e centro do governo e da nação, patrimônio da humanidade, monumento belíssimo, oásis de qualidade de vida encontrava-se ameaçada. Pólo indutor do desenvolvimento, suposto Eldorado, atraía para si os brasileiros expulsos de outros lugares, e deparava-se com o inchaço demográfico – como um ovo, se a casca fosse frágil, poderia quebrar.

Caso se imagine uma escala entre um pólo positivo e outro negativo, Brasília e Entorno estariam situados em cada uma das pontas. De acordo com as comparações acionadas, Brasília está para Washington assim como o Entorno está para a Baixada Fluminense.

Distrito Federal, como denominação, pouco aparece nos artigos. Talvez, por Brasília também ser vista como cidade-estado, e tal significante eventualmente conter o DF. Quando explicitamente se fala em DF, refere-se às cidades-satélites, à explosão demográfica e aos desejos perigosos de liberdade – que submetem o poder a uma coação constante, aproximando-o dos significados atribuídos ao Entorno. Entre os pólos da escala imaginada, o Distrito Federal parece oscilar, ora se aproximando do pólo Brasília, ora do pólo Entorno. O DF é também comparado ao Rio de Janeiro devido à trilha desastrosa tomada quando era capital federal. Para evitar esse caminho, cria-se a Secretaria e, de certo modo, também o Entorno.

Marcado pela ambigüidade e confundido, entre os significados, com a própria Secretaria, o significante ‘entorno’ aparece ligado à imagem de uma região

economicamente deserta e injusta, o Brasil desassistido. O cinturão de Brasília deve conter o fluxo ao redor das fronteiras da capital. Com a Secretaria, ação reguladora do Estado, viria abaixo o muro imaginário que separava a miséria da qualidade de vida, ligado a deficiência no atendimento às necessidades básicas. De região problema, o Entorno poderia ser o elo de difusão do progresso e condição de sobrevivência do sonho de Brasília.

A leitura acima não se refere a nenhum artigo em particular. Limita-se ao trabalho com as imagens empregadas e, usando-se o princípio do caleidoscópio, produz-se um outro texto, elaborado a partir de elementos e aspectos disponíveis. Tampouco há a pretensão de tratar-se de dados demográficos ou sócio-econômicos, por exemplo. Pretende, sim, colocar questões que remetam ao plano simbólico e permitam pensar o Entorno sob o ponto de vista de sua representação social. Meu interesse foi tornar visíveis as imagens que, conforme sugerido por fragmentos de textos e discursos apresentados, mostram-se repetitivas e têm estado coladas à categoria Entorno. O próximo passo, ainda com base nessa leitura, é interpretar esse espaço imaginado e buscar princípios que o organizam.

Margens do Entorno

Retomando-se alguns dos pontos desenvolvidos, sabe-se que o nome ‘entorno’ surgiu para referir-se a uma região, junto ao discurso técnico do planejamento regional e de segmentos representativos do poder federal, investidos de autoridade para enunciar a perspectiva do Estado-Nação.

Constatou-se que, mesmo formalmente (IBGE, da AMAB e da RIDE), a definição desse espaço tem sofrido constantes modificações. Sejam quais forem as delimitações do Entorno, todas expressam bem a idéia de um espaço formado a partir de um centro de irradiações ou influências – imagem paralela ao fato da categoria surgir vinculada a Brasília. A “região de influência do Distrito Federal” pode ser visualizada tomando-se o

conjunto espacial resultante da reunião das três definições legalmente estabelecidas (ver MAPA DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO DF).

De fato, tal idéia tem ressonâncias na perspectiva de Brasília como ‘centro exemplar’, conforme aponta Holston (1993), em paralelo com a noção de corte exemplar. Recuperando a noção em trabalhos sobre a antiga cidade chinesa (Whitley) e sobre a arte do governo na Indonésia (Geertz), traz-se a idéia da corte exemplar como “aquele centro de autoridade que espelha, em sua própria organização social e arquitetônica, a estrutura do cosmos e que, por outro lado, transmite essa estrutura para as áreas rurais” (Holston, 1993: 93). Assim, analisando em termos simbólicos a concepção inicial do projeto modernista de Brasília, e a perspectiva de desenvolvimento a ela associada, Holston sublinha a visão da cidade como um centro irradiador de mudança e transformação da sociedade, impelindo-a para um futuro planejado. Mais ainda, dessa perspectiva, “para ser uma ‘verdadeira’ capital do país, Brasília teria de ocupar o ápice de uma hierarquia de capitais regionais, sendo mais um modelo de seu desenvolvimento futuro do que apenas apresentando-se como a fonte última de sua legitimidade política no sistema federativo” (idem: 94). O espaço do Entorno, de certo modo, responde a essa visão.

Outro aspecto relevante por ser recorrente em discursos oficiais e na mídia refere-se aos critérios privilegiados para construir-se a definição de Entorno: em geral, enfatizam-se critérios socioeconômicos que remetem ao processo de metropolização, ao grande crescimento demográfico experimentado pelas áreas adjacentes a Brasília e Distrito Federal, aos problemas e às potencialidades advindos desse processo. Acentuam-se contrastes entre Brasília e Entorno, a sugerir algumas das dualidades que impulsionaram a construção da nova capital, tais como modernidade e atraso, vazio e desenvolvimento, civilização e sertão.

Pelo ponto de vista descritivo, é inevitável falar-se em *região*, categoria espacial mais comum nas referências feitas: a *região do Entorno*. Mas, que significa reputar esse espaço como região? O conceito de região, em uma de suas vertentes teóricas²⁰, conduz à reflexão sobre Entorno pelo enfoque dos modos e relações de produção que o particularizam no sistema econômico, e à ação do Estado. Este seria um modo de abordar o espaço que se aproxima dos estudos anteriormente citados.

De uma maneira geral, a reflexão sobre o conceito de região traz a idéia de uma totalidade da qual a região faz parte ou está articulada. Indica-se uma especificidade em relação à totalidade. São fundamentais as perguntas sobre que totalidade é essa, quais aspectos são selecionados para perceber a articulação da parte com o todo, e como tais aspectos variam segundo enfoques disciplinares e teóricos (Amado: 1990; Sena 2000; Zarur 2000).

Bourdieu (2001: 107-132), referência crucial para a discussão, mostra-se particularmente crítico nesse sentido, trazendo a questão das disputas em torno da definição da região como disputas por legitimidade e autoridade de classificações, definições de limites, fronteiras e critérios de identidade. São também disputas políticas e que, de modo algum, poderiam ser consideradas neutras ou dadas naturalmente.

A presente discussão não exclui esses sentidos, nem sua importância. O que se quer ressaltar é justamente a coexistência de perspectivas e forças na representação desse espaço, que tem se mostrado refratário a uma delimitação precisa.

Relembrando-se as imagens apontadas e discutidas até agora, infere-se que o uso do termo 'entorno' evidencia menos a idéia de todo e parte, e mais a de centro e margens. A questão da singularidade ou especificidade em relação ao todo é também problemática, uma

²⁰ Para uma revisão sobre o uso do conceito de região nas ciências sociais, e sobre as imagens de 'região' em narrativas sobre constituição da nação brasileira, no ensaísmo e na literatura, ver Sena (2000).

vez que tal espaço se define a partir de Brasília e do Distrito Federal, ou de sua irradiação e influência, atribuindo a ele um caráter móvel e variável – provavelmente, uma de suas principais características. Como sugere uma das definições matemáticas do termo, no início desse capítulo, Entorno parece configurar-se no espaço de um intervalo aberto.

Sobre a noção de espaço em Durkheim, Silvano (2000), em sua leitura, lembra que representar o espaço é principalmente ordenar o heterogêneo. Com o Entorno, as diferenças e as relações parecem ser organizadas tendo em vista dois pólos: o *centro* e as *margens*. São esses, predominantemente, os pólos ou unidades da organização operada nos discursos. Uma referência teórica que auxilia o entendimento sobre esses termos é oferecida por Douglas (1976), visto que seu trabalho considera margens e centros, e as situações que os colocam em comunicação, com também as relações entre esses pólos. Seu estudo sobre as noções de perigo e poder em contextos rituais e religiosos aborda mecanismos de pensamento e classificação, ampliando as possibilidades da reflexão sobre o espaço como categoria de entendimento e representação coletiva.

Acompanhando rituais de várias ordens e observando suas fontes de poder, Douglas fala do perigo associado aos estados de transição. Assim, no decorrer dos ritos que analisa, percebe-se que os sujeitos que passam por eles, que vivem a transição de estados (noviços em um ritual de iniciação, por exemplo), não têm lugar na sociedade. De fato, parece ser esse o comportamento esperado para essas pessoas, o de que sejam anti-sociais, “expressões próprias de condição marginal”, porque “(...) ter estado nas margens é ter estado em contato com o perigo, é ter ido à fonte do poder”(Douglas, 1976: 120).

A autora aponta, desse modo, a relação entre a classificação de poderes e perigos e o intercâmbio das idéias de *forma e falta de forma*: “Há poder nas formas, e outro poder na área inarticulada, margens, linhas confusas e além dos limites externos” (idem: 122). As

margens remetem à pressão e à transgressão de limites, sugerem a contradição, são passíveis de desordenar um sistema e criar fontes de poluição:

“Quatro espécies de poluição social parecem merecedoras de diferenciação. A primeira é o perigo pressionando os limites externos, a segunda o perigo que surge da transgressão dos limites internos do sistema; a terceira, o perigo nas margens das linhas. A quarta, o perigo da contradição interna, quando alguns postulados básicos são negados por outros da mesma natureza, de modo que em certos pontos, o sistema parece estar em guerra consigo mesmo” (Douglas, 1976: 151).

Aprofundando essa perspectiva, Douglas explora também a relação entre sistema de pensamento e estrutura social, refletindo sobre os pontos de articulação/ desarticulação do sistema social e de posições de autoridade. Onde o sistema é mal articulado, Douglas procura os poderes investidos naqueles que são fonte da desordem. A fonte de perigo e poluição estaria justamente no lugar da não-estrutura, percebido como desarticulado e ambíguo²¹.

No modo como a autora trabalha a noção de estrutura social, o *drama* aparece como imagem dessa estrutura, referindo-se às posições padronizadas que os atores individuais ocupam e de onde atuam, participando de padrões de relações com outros indivíduos. Cerimônias, linguagem, gestos – rituais, integram o esforço de criar uma concordância sobre a estrutura social e atribuir poderes e perigos, esforço que também é da comunicação e da criação de formas.

Pureza e Perigo utiliza a analogia entre sociedade e corpo, explorando as idéias de forma, limite, margem e estrutura interna. O corpo é modelo de um sistema limitado, e tudo aquilo que rompe esse limite, confunde o que é interno/externo (como excrementos, secreções, sangue), é fonte potencial de perigo e poder. As margens do corpo inspiram cuidados e devem ser evitadas: “qualquer estrutura de idéias é vulnerável em suas margens” (Douglas, 1976:149).

²¹ Nesse modelo, Douglas (1976) associa a bruxaria a não-estrutura: “As bruxas são os equivalentes sociais de besouros e aranhas que vivem nas fendas das paredes e nos lambris. Eles atraem o medo e a aversão entre outras ambigüidades (...) a espécie de poder a eles atribuídos simboliza seu status ambíguo e inarticulado”(127). Com o exemplo de Joana D’Arc , as bruxas seriam as ‘intrusas legítimas’.

O discurso sobre o Entorno revela princípios e movimentos similares em operação. Ele suscita à idéia de centro e margens, e movimentos. Se pensarmos em Brasília como centro e em sua irradiação, na atração que exerce – recuperando-se as imagens apontadas - irradia-se poder, a imagem do eldorado e a possibilidade de uma vida melhor. É, junto com isso, o ponto que representa a interiorização do desenvolvimento. Há também a questão da instituição de limites/criação de formas, seja entre estados, municípios, DF ou entre a miséria absoluta e a qualidade de vida, entre o Brasil desassistido e o patrimônio da humanidade²². Como limite, o discurso sobre Entorno parece expressar também o desejo da separação desses pólos, de ordenação do heterogêneo.

As imagens que permitem pensar sobre os poderes e os perigos possibilitam também a pergunta: quais são os pontos de articulação e desarticulação? Recuperando mais uma vez o texto lido de imagens e entrelinhas, transcreve-se: Brasília é símbolo e centro do Estado-Nação, representa um oásis de qualidade de vida, é poder que exerce atração sobre os ‘brasileiros expulsos de outros lugares’, o suposto Eldorado. O poder é também sua fragilidade, se a casca não for forte, quebra. O que Brasília atrai é também o que pode ameaçá-la como monumento arquitetônico e patrimônio, lugar de ordem, bem-estar e afluência. De seu poder emana o perigo, relacionado ao inchaço demográfico, à pobreza e exclusão social passíveis de *entornar*, esparramar-se. Perigo da comunicação entre o patrimônio da humanidade e o Brasil desassistido.

Para proteger o centro de poder, o perigo é mantido nas margens, cuja expressão espacial é tão fortemente marcada com a palavra ‘entorno’. Com ele, que se constitui como área adjacente, um espaço móvel cujos limites têm na variação uma marca, pode-se viabilizar o futuro de Brasília. Por meio da ação reguladora do Estado, criam-se a zona de contenção e a indeterminação das margens.

²² O conjunto arquitetônico do Plano Piloto de Brasília foi reconhecido pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade, em 1 de dezembro de 1987. Cf. Couto (2001:335).

Dos perigos associados ao Entorno em suas representações – a violência, a explosão demográfica, a pobreza – emana também seu poder, poder de desarticulação e ambigüidade. Uma via teórica que reforça essa interpretação é fornecida por Giddens (1988), em sua reflexão sobre a estruturação da conduta social através do tempo-espaço (:99), o que chama de ‘regionalização’²³. Como Douglas, Giddens também usa a metáfora do corpo para pensar a relação entre espaços sociais e estruturações de conduta. Considerando situações de interação social, ou de co-presença, ele recupera as noções de *face e frente*, lembrando o posicionamento do corpo em encontros, indicadores de relações entre fachada e bastidores. É dessa perspectiva que trabalha com os conceitos de *região de frente e região de trás*.

Como elas se distinguem? A resposta sugere novamente a idéia de poder: diferenciações ‘frente/ trás’ “ocorrem comumente em circunstâncias de acentuados desequilíbrios de poder” (Giddens, 1988: 104). Estão associadas particularmente à questão da visibilidade, da abertura e vigilância. Nesses termos, Giddens fornece algumas situações que expressam essa condição. Uma delas ocorre no cenário de uma fábrica, por meio das relações entre empregados e seus superiores. Neste exemplo, a região de trás expressa-se na conduta de um subordinado que manipula seu comportamento, a fim de escapar do controle de seu superior²⁴. Outra situação retoma também o cenário ‘industrial’, pensado não na dimensão das interações face a face, mas nas ‘áreas industriais’ segundo a visão do planejamento urbano: consideradas ‘desagradáveis a vista’, são concebidas como “regiões de trás a serem escondidas em enclaves fechados ou transferidas para os arredores das cidades” (Giddens, 1988: 105).

²³ A regionalização para Giddens (1988) é tratada “não meramente como localização no espaço, mas como referente ao zoneamento do tempo-espaço em relação às práticas sociais rotinizadas” (:96).

²⁴ Assim “a minimização ou manipulação das condições de abertura está, pois, de ordinário nos interesses daqueles cujo comportamento está sujeito a vigilância – cuja extensão depende do grau de interesse ou nocividade que há no que esses indivíduos são chamados a fazer em tais cenários” (Giddens, 1984:103).

As representações sobre o Entorno, nesse sentido, acompanham uma característica atribuída à configuração espacial formada a partir de Brasília, em relação às chamadas cidades-satélites. No caso, a espacialização de diferenças de classe e da segregação sócioeconômica²⁵. Em relação a esses processos, a imagem *cidades-satélites* reforça (e provavelmente inaugura nesse contexto) o espaço caracterizado como centro e margens. A própria construção dessas cidades materializa tal princípio, uma vez que foram pensadas para resolver a questão da habitação dos operários e migrantes que vieram construir Brasília, e para controlar a ocupação *desordenada* das invasões²⁶.

Portanto, dizer ‘entorno’ nos discursos estudados é também localizar diferenciais de poder e ordená-los hierarquicamente. É criar narrativamente esse espaço, a partir de uma enunciação que imediatamente atribui a ele subalternidade. A margem e o centro remetem também àquilo que deve ou não ser visto, e à vulnerabilidade da estrutura no pensamento e na ordem social.

Torneando perspectivas: fronteiras

Há uma surpresa colocada ante essa interpretação, quando a análise leva em consideração outros discursos. Um deles aciona esses mesmos lugares ou pólos simbólicos (centro e margem, estrutura e desarticulação), todavia, com uma enunciação que remete não a Brasília, ou não exclusivamente a Brasília, mas à Goiânia, capital de Goiás. Outro tipo de discurso considera categorias como as de município e Estado, sendo formulado em referência à Luziânia, cidade goiana vizinha a Brasília e situada nas três delimitações formais de Entorno; e Formoso, município de Minas Gerais, que reivindica sua inclusão na RIDE. Tomando-se essas perspectivas, embaralham-se as respostas às perguntas: onde está o centro? Onde estão as margens? A quem se atribuem essas posições? Ao invés de lugares

²⁵ Ver a esse respeito: Paviani (1998: 115-142) e Ribeiro (1999).

²⁶ Sobre as cidades-satélites, ver também Silva (1995), Vasconcelos (1998).

- da estabilidade do ‘mesmo’, da lei do ‘próprio’ (Certeau, 1996:201), as respostas conduzem à erosão de essências – ao encontro de diferenças expresso pelo entre-lugar.

Uma primeira surpresa está no fato de que há outro pólo participando do lugar da estrutura, centro. Também estudos ligados ao planejamento urbano e regional fornecem essa visão. Não só Brasília, mas igualmente Goiânia é centro e tem entorno. Esse dado, reforça-se com idéia de que a capital do Estado de Goiás, cidade planejada e construída na década de 30, revela “o fascínio pelo centro, marca da episteme moderna, presente nos discursos que defendiam a mudança da capital federal para o Planalto Central, [e] se mostrava também no plano urbanístico de Goiânia” (Silva, 2000: 132). Em relação à Goiânia, o nome ‘entorno’ aparece novamente ligado à migração, à noção de periferia e problemas urbanos:

“Cidades dos Entornos lideram crescimento.
Entornos crescem mais que a capital
Com crescimento em ritmo menor, Goiânia já dá mostras de saturamento.
Migrante tem preferido as cidades próximas às capitais.
Maior taxa nos arredores do DF”²⁷

“O entorno de Goiânia é composto por 16 (dezesesseis) municípios, dos quais 9 (nove) têm contigüidade territorial com o município núcleo.
Como já visto anteriormente, a aprovação da Lei municipal 4526, que impedia o parcelamento do solo em Goiânia para fins urbanos, sem infra-estrutura mínima de água tratada, pavimentação e iluminação pública, que vinha ocorrendo desde 1950 e acentuou-se a partir de 1972, fez com que surgissem inúmeros novos loteamentos nos municípios do Entorno de Goiânia, uma vez que neles não havia restrições à aprovação dos mesmos”²⁸

Além da configuração de problemas, as representações de Goiânia e seu Entorno, juntamente com Brasília e seu Entorno, aparecem em estudos ligados à área do desenvolvimento urbano e regional, que procuram analisar espaços formados a partir de dinâmicas sócio-econômicas mais amplas, como os de Miragaya (2001) e Arrais (s.d). Em

²⁷ Títulos e subtítulos de matéria publicada no Jornal *O Popular*, de Goiânia, em 25 de maio de 2001.

²⁸ In “O Entorno de Goiânia” in *Zoneamento Ecológico-Econômico ZEE – Área do Aglomerado Urbano de Goiânia*; http://www.mma.gov.br/por/sds/zee/go/3/3_2_2_2.html

ambos, há a preocupação em entender o espaço formado a partir desses dois pólos²⁹. No estudo de Miragaya, trata-se da ‘região Brasília-Goiânia’, analisada em sua rede urbana, que peculiarmente possui uma dupla polarização, resultante da “equivalência entre as duas metrópoles regionais, Brasília e Goiânia, mas também pela proximidade entre elas” (Miragaya, 2001: 22)

O estudo de Arrais (s.d.) foca-se no ‘Centro Goiano’, considerado uma das cinco mesorregiões do Estado de Goiás e que, no seu estudo, incorpora também ‘Brasília e o Entorno de Brasília’. A reflexão do autor busca uma categoria mais adequada para se caracterizar esse espaço, considerando aspectos socioeconômicos e políticos. Para tanto, faz uma revisão de dois conceitos: o de ‘rede urbana’, remetido à dimensão econômica, e o de ‘cidade-região’, remetida à dimensão política. Sua hipótese é a de que “está em gestão nesse espaço [o Centro Goiano] uma região polinucleada, multifuncional e fragmentada, cuja abrangência abarcaria a grande Goiânia e Anápolis, no primeiro núcleo; Brasília e o Entorno goiano, no segundo núcleo”. Em um dos momentos de seu artigo, ao justificar as contribuições da categoria ‘cidade-região’, faz menção aos dois Entornos:

“...localizadas em metrópoles já portadoras de diversos problemas de ordem social (entorno de Goiânia e o entorno de Brasília), como ausência de moradia, desemprego, violência, problemas ambientais, etc.” (Arrais, s.d.:05)

Outra consideração nesse sentido, tratando das transformações do Centro Goiano, diz:

“é uma região que abrange duas unidades da federação, com dinâmicas semelhantes no entorno dos dois núcleos principais (Goiânia e Brasília), exigindo políticas públicas bilaterais” (idem :06)

²⁹ Ambos os estudos tem como referência o trabalho *Caracterização da Rede Urbana no Brasil* (1999), realizado conjuntamente pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Voltado às dinâmicas urbano-regionais e ao padrão de localização e estruturação das atividades produtivas, entre suas questões norteadoras, está a análise dos fenômenos de homogeneidade, hierarquia e polarização (cf. Arrais, s.d.).

Essas fontes renovam a idéia do Entorno como espaço de problemas, margem do centro/ estrutura. Porém, desequilibram em certa medida a visão sobre Brasília como o centro em questão - há dois centros e dois entornos a serem levados em consideração³⁰.

Se há outro centro, onde estão as margens? Duas referências vindas de outros discursos, referentes a Luziânia (GO) e Formoso (MG) complexificam mais a questão. Trata-se de fragmentos de textos escritos por autores locais ou com vínculos expressos com esses municípios – temas que serão trabalhados com maior profundidade pelos próximos capítulos. Como se verá adiante, o termo ‘entorno’ é praticamente ausente entre os sujeitos cujas vozes este trabalho privilegia, escritores comprometidos com os municípios que testemunharam a construção de Brasília. Assim, os exemplos aqui apresentados figuram entre os poucos que mencionam diretamente o nome ‘entorno’. Em um deles, guardando a referência de Luziânia na menção a Brasília:

“Pois bem, senhoras e senhores, neste momento em que o Distrito Federal e o Entorno se reúnem com os representantes das cidades históricas aqui em Luziânia, num encontro memorável, em que o velho e o novo se harmonizam, não poderia deixar de dizer o quanto *Brasília se orgulha por ser filha caçula desta terra fecunda de tradições*, que mergulha no passado para prosseguir na modernidade. *Brasília é filha de Luziânia* (....)
Finalizando, quero acrescentar que para nós, do Governo do Distrito Federal, idade não conta: as velhas cidades, *Brasília com suas Satélites e o Entorno formam uma só família de várias gerações* que, sentada à mesa, sente muito prazer em partilhar de suas esperanças, sonhos, crenças e, sobretudo, do fruto do trabalho!” (grifos meus)³¹

O trecho acima participa de um dos textos da coletânea publicada a partir do encontro de historiadores do Planalto, ocorrido em 1991, em Luziânia. Seu autor, um

³⁰ Arrais traz algumas idéias sobre o ‘Entorno de Brasília’ que reforçam as interpretações desenvolvidas até o momento. Entre elas, a idéia de que “Em certo sentido *o Entorno é a negação de Brasília*” (grifo meu). Referindo-se ao trabalho de Mello (cf. Arrais), complementa: “Interessante assinalar que hoje o Entorno de Brasília constitui-se numa região ambígua, tanto para Brasília como para Goiás. Brasília ‘usa’ do Entorno e o Entorno, em certa medida, em função da grande necessidade de mão de obra, sobrevive de Brasília. Mas o Entorno também ameaça, o que lhe torna alvo de políticas públicas para a amenização dos problemas sócioeconômicos causados, segundo o discurso oficial, pelo grande crescimento demográfico da região” (:09).

³¹ Márcio Contrim, “Reencontro com a História”, in Dilermando Meireles e Antonio Pimentel (org) (1996) *História do Planalto – Coletânea*, pp.20 – 21. O autor desse trecho é, de fato, um carioca radicado em Brasília. Tendo publicado vários livros, é cronista de um dos grandes jornais da cidade, *O Correio Braziliense*.

escritor radicado em Brasília, participava do primeiro governo eleito do Distrito Federal, cujo governador, atualmente em seu terceiro mandato, é natural de Luziânia.

Em face das imagens fornecidas, pergunta-se: se Brasília é filha de Luziânia, se formam com as satélites e outras cidades do Entorno, uma só família, onde está a margem? Onde está o Centro? O quê ou quem traz o perigo da desarticulação?

Respostas a essas perguntas podem ser antevistas em outro fragmento, de um autor que mantém vínculos com Formoso (MG), e toma explicitamente o Entorno como objeto de reflexão, apresentando-o em imagens poéticas:

“Complexo Tantálico no Entorno da Capital

Homenagem à Campanha Integracionista pela inclusão de Formoso à Ride – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno.

D. Frampasso II

Estamos próximos de Brasília
Mas nos evoluímos aos poucos.
Ainda vivemos como uma ilha:
Sitiados, preteridos e absortos

Moramos pertinho de Brasília:
Menor distância é o aeroporto;
Como pai que abandona filha
O Governo nos nega conforto.

Somos os vizinhos de Brasília
Mas a evolução é como aborto:
Se expele e nos põem na trilha
Impondo o martírio do esforço.

Quando visitamos Brasília,
Ela nos fascina como horto.
Quando voltamos, a maravilha
Vai morrendo no caminho torto.

A elite dissera que Brasília
É que nos tiraria do fosso
Mas era tudo uma mentira...
Logo arquivada no esboço!

Disseram que era Brasília
Utopia de um Brasil moço;
Enquanto o Interior aniquila
Essa elite só enche o bolso.

E se a elite que fez Brasília

Queria nos oferecer conforto
Por que vivemos como ilha
Num arquipélago sem porto?
Está na hora de, em Brasília,
Trocar esse governo por outro
Eleito contra essa armadilha
Que nos fez de boquirrotos!”³²

O poema tem como mote um dos pontos mencionados anteriormente, a questão da inclusão de Formoso, município do Noroeste mineiro na RIDE, uma das definições formais de Entorno. A relação entre o município e Brasília, no poema, faz alusão à vizinhança e ao parentesco: são vizinhos de Brasília, estão próximos, mas, como pai que abandona a filha, o Governo nega ao município o conforto merecido.

Duas imagens são particularmente fortes. Primeiro, a da ilha. Imagem corrente, em outros discursos, para se falar de Brasília, ilha em Goiás ou no sertão, ilha de poder ou qualidade de vida, *Brasilha*. O poema, no entanto, nos leva por outro caminho e inverte a imagem. *Nós* de Formoso, que estamos tão próximos a Brasília, é que vivemos numa ilha – sitiados, preteridos e absortos. Ilha criada pela exclusão da participação de um Brasil moço. Uma armadilha em que a fonte de perigo, a margem, parece estar justamente em Brasília. A inversão permite que se fale da exclusão.

Outra imagem forte é oferecida pelo título: o *complexo tantálico*. Segundo o dicionário Aurélio, o adjetivo ‘tantálico’ é “relativo ou próprio de Tântalo, figura lendária, cujo suplício por haver roubado os manjares dos deuses para dá-los a conhecer aos homens, era estar perto da água, que se afastava quando tentava bebê-la, e sob árvores que encolhiam os ramos quando lhes tentava colher os frutos”. Como Tântalo, fazer parte do

³² Poema de D. Frampasso II, em Xiko Mendes (2002). *Formoso de Minas no Final do Século XX – 130 anos!*. O ano de publicação do poema e do livro foi também ano de eleições para a presidência da república e para os governos estaduais.

Entorno é ter sede e fome, e estar próximo a um lago e a um pomar - a benefícios, recursos e vantagens do poder -, sem, no entanto, poder deles usufruir.

O mito de Tântalo, como é característico aos mitos, manifesta-se em diferentes versões, que oferecem explicações diversas sobre as razões de seu castigo. Em outras versões, o castigo imputado está relacionado ao fato de Tântalo ter oferecido, em um banquete aos deuses, seu próprio filho³³. Ao comentar o “complexo tantálico”, Francisco da Paz Mendes, autor do livro sobre Formosa que reproduz o poema de Dom Frampaso II, explica o castigo de Tântalo através da narrativa bíblica sobre Abraão³⁴. Nela, Deus teria pedido o sacrifício de seu filho Isaac, como prova de sua obediência. De modo semelhante:

“Tântalo era um mortal, uma pessoa comum dentro de Atenas e Zeus decidiu sair do Olimpo e ir visitar as pessoas. E ao visitar a casa de Tântalo, Zeus propôs que o filho de Tântalo fosse servido no banquete (...) E aí Tântalo pensou e repensou a idéia, removeu e não concordou. Ele achava que aquilo era um absurdo, pegar o filho para matar e servir de banquete para um deus. Então Zeus decidiu matar Tântalo, executar Tântalo.(...) Com a interferência de Afrodite, a deusa do amor, Tântalo escapa da morte mas é condenado a uma pena muito mais triste... é condenado por Zeus a ficar eternamente próximo de um lago, mas amarrado, acorrentado. Ele fica com sede, vê o lago, mas não pode beber. Fica próximo de um pomar, de um pomar cheio de frutas, de árvores frutíferas, mas não pode comer. Então ele fica eternamente acorrentado com fome e com sede, próximo a um lago e a um pomar cheio de árvores frutíferas. É o caso, então, do Entorno.”

Inversões, parentescos e sacrifício – são alguns dos temas e imagens que o poema introduz na reflexão sobre o Entorno, de novos ângulos, sugerindo outros lugares de enunciação que serão retomados nos próximos capítulos. Por agora, é relevante dizer que elas redimensionam a pergunta sobre a imprecisão do centro ou das margens, sobre poder e subalternidade, face e frente. O olhar volta-se para a relação e o encontro, Formoso e Brasília, ou como no outro trecho, Luziânia e Brasília, nesse espaço indeterminado com o nome de ‘entorno’. Trechos que permitem o vislumbre da fronteira como *espaço terceiro*, *entre-lugar* produzido *no encontro* de diferenças sociais e culturais. Se as diferenças

³³ Spalding (1965: 240) e Grimal, (1997: 427).

³⁴ Entrevista realizada em Planaltina, em 03/09/2002.

constroem limites, também caracterizam interlocuções e articulações, espaço que não pertence a um ou outro, mas aos dois (Leenhardt 2001). Tal sentido de fronteira remete igualmente à ambigüidade desse espaço, e lembra a terceira margem do rio: “problema teórico e prático da fronteira: a quem pertence a fronteira? O rio, a parede ou a árvore faz fronteira. Não tem o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador. (...) pelo simples fato de ser a palavra do limite, cria a comunicação assim como a separação: atravessa, vindo de outra margem. Articula. É *também* uma passagem. No relato, a fronteira funciona como um terceiro. Ela é um ‘entre dois’- ‘um espaço entre dois’” (Certeau, 1994: 213)

Ressaltando o caráter histórico do conceito de fronteira, Suárez (2002) utiliza-o para pensar sobre dois contextos espaciais que permitem paralelos interessantes com o Entorno, e com o encontro de diferenças que nele tem lugar:

“o sertão brasileiro e o Caribe não são fronteiras pela situação geográfica (embora sejam fronteiras imaginadas), mas porque se configuram como lugares subalternos, onde afluíram diversas populações e onde se encontram diferentes culturas e identidades (...) Dito de modo mais direto e perigoso: as fronteiras são lugares (espaços sociais) marcados pela contingência de serem plurais não porque o chegaram a ser (na atualidade quase todo lugar é plural), mas porque entraram na narrativa histórica (nasceram para o conhecimento) plurais e subalternos” (Suarez, 2002: 2-3).

As leituras sobre o Entorno parecem mostrar que, do ponto de vista da construção de Brasília, contada pela grande narrativa do Brasil como marco de interiorização do desenvolvimento e da soberania do Estado-Nação, o espaço ocupado pelo Entorno é justamente assim – plural e subalterno. No momento em que se consideram outras enunciações sobre esse espaço, a dificuldade em delimitá-lo – como também ocorre com o sertão brasileiro – encontram em Bhabha (1998) uma explicação pertinente. Pois a discussão sobre a fronteira, entendida como o espaço terceiro, remete não só ao encontro das diferenças culturais, mas às (im)possibilidades de sua representação em contextos

discursivos *em processo*, cujas posições de enunciação são móveis e deslizantes, marcadas pela ambivalência e contradição. O suposto de que o Entorno é um espaço terceiro orienta a reflexão do presente trabalho.

* * *

Os próximos capítulos pretendem mergulhar em busca da diferença e da perspectiva que os autores locais, comprometidos com os municípios, fornecem. Buscam-se outras referências e modos como eles representam e pensam, em seus textos, sobre o espaço das relações entre municípios e Brasília.

Entre as questões formuladas, pergunta-se sobre o diálogo que obras e autores mantêm com discursos como aquele que cria o nome ‘entorno’. Quais conteúdos suportam, resistem ou reproduzem a subalternidade estabelecida? Como os textos resolvem o fato de Brasília ser entendida pelo pensamento hegemônico como construída sobre o vazio? A investigação terá como foco as categorias espaciais privilegiadas pelas obras, quais são e como são representadas e articuladas no campo narrativo.

Em relação à discussão elaborada pelo presente capítulo, como foi mencionado, é crucial o fato de o termo ‘entorno’ ser praticamente ausente nesses autores, evidenciando a exterioridade da categoria nas obras de interesse da investigação³⁵. Por outro lado, referências a categorias que também compõem discursos sobre o Entorno – como *região*, *Estados*, *municípios* – são relevantes e, muitas vezes, fundamento para a construção de discursos identitários. A análise textual permitirá perceber em que medida características e elementos como esses, associados às definições do Entorno na mídia e nos documentos oficiais, são elaboradas ou não nos textos.

³⁵ Em parte, isso também se explica pelo recorte temporal, já que vários dos textos são anteriores à década de 80, quando o termo “entorno” começou a ser utilizado formalmente.

Capítulo III

PERCORRENDO TEXTOS , NARRANDO ESPAÇOS

O objetivo deste capítulo é explorar representações do espaço e das relações entre Brasília e municípios mineiros e goianos que testemunharam sua construção. Porém, ao contrário do capítulo anterior, desenvolvido a partir do nome entorno, a presente reflexão tem como base uma literatura cujo lugar de enunciação se faz *a partir do município*. Essa mudança de perspectiva, espera-se mostrar, faz muita diferença em termos de representação. Ela introduz uma inversão em relação ao espaço nomeado Entorno: nas narrativas aqui analisadas, o centro irradiador não é a capital, mas o município. Em relação a esse centro, os textos apresentam atores sociais e seus cenários de interação; fornecem representações de valores e práticas; introduzem outras categorias espaciais, como as de Planalto e Noroeste de Minas, e elegem a retórica do parentesco para descrever relações entre lugares que são, também, unidades da federação. Sobre Brasília, um ponto crucial dos textos está na participação reivindicada aos municípios no projeto de mudança da capital e da construção de Brasília – eles oferecem espaço e tempo à nova capital.

Do ponto de vista metodológico, o capítulo teve como inspiração a analogia entre práticas de leitura e práticas de espaço: o ato de ler nos torna viajantes de uma terra estranha da qual se quer aproximar, percorrê-la e compreendê-la. Assim, sua organização se baseou em algumas perguntas: Que espaços são passíveis de serem lidos a partir desses textos? Por quais caminhos levam? Que paisagens revelam? A que lugares conduzem? Quem são os personagens que acompanham o leitor nessa viagem?

Um olhar panorâmico: Boas famílias, Tipos populares e Eruditos

O caminho começa com um tipo particular de textos: aqueles cuja tarefa é registrar a história de um lugar, de seus habitantes e de seus modos de viver. Esse lugar é o município. Os relatos sobre ele são entrelaçados, muitas vezes, pelas memórias e testemunhos dos próprios autores. Embora o conjunto de textos estudados reúna trabalhos de diferentes caracteres e origens, como apontado no primeiro capítulo, nota-se em muitos deles, a alternância de dois ‘ímpetos’ ou inclinações nas narrativas.

Há, por um lado, a preocupação em construir uma história com ‘H’, que narre a origem do município em seus tempos mais remotos, associe sua formação à construção da nação brasileira, ensine sobre seus acontecimentos e heróis. Nesse sentido, são oferecidas cronologias, que constroem linearidades e encadeamentos, muitas vezes iniciadas com a referência à descoberta do Brasil. Talvez seja esse um dos papéis das *Efemérides*, tão características dessas obras: lista de datas que apresentam ao leitor um conjunto seqüencial de dias e seus acontecimentos importantes. Ao longo dos livros, o ‘ímpeto do historiador’ se apoia, de diferentes modos, em documentos e fontes bibliográficas, que indicam preocupação com a busca de objetividade, de veracidade dos fatos narrados, e de pesquisa. Ilustra esse ímpeto e seus valores, a bela imagem atribuída a Gelmires Reis, de Luziânia, em que o pesquisador seria “um ajuntador de gravetos, para o historiador acender a fogueira”³⁶.

Por outro lado, os temas desses livros são objetos de afetos, lembranças de experiências pessoais e nostalgia. Os autores são também participantes e testemunhas de

³⁶ A frase é fornecida por José Mendonça Teles, publicada em Antonio Pimentel, *O Autodidata Maior* (1996: 5). Ainda José Mendonça Teles, no *Dicionário do Escritor Goiano* (2000), escreve sobre Gelmires Reis: “Nasceu em Luziânia, antiga Santa Luzia – GO, no dia 14 de julho de 1893 (...) Foi Conselheiro Municipal. De parceria com Evangelino Meireles lança o *Almanaque de Santa Luzia*. Foi secretário da Junta de Alistamento Militar e promotor público. Lecionou na Escola Normal Americano do Brasil, em Santa Luzia. Fundou a revista *Planalto*. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e à Academia Goiana de Letras. Faleceu em Luziânia, no dia 11 de novembro de 1983. Obra – História de Santa Luzia, 1920; Efemérides goianas, 1924; Almanaque de Santa Luzia, 1929; Genealogia luziana, 1929; Dicionário Geográfico do município de Santa Luzia, 1929; Páginas na roça; 1946; Dez contos desordenados, 1946; Publicações goianas e pequenos pontos da história de Goiás, 1946; O pombo branco, 1948; Efemérides brasileiras, 1960; Luzianidades, 1968; Evangelino Meireles, 1972; Baltazar dos Reis, 1978; O bom candango, 1978; Folclore de Luziânia; 100 contos reais, 1978; Lembranças do Passado; 1979”, in José Mendonça Teles, *Dicionário do Escritor Goiano* (2000), p. 168.

seus próprios relatos. Outro ímpeto, do memorialista, que insere na narrativa temporalidades construídas não mais em sentido único e irreversível, mas em linhas que se cruzam segundo memórias, esquecimentos, interesses e posições de seus autores. Entrelaçados a esses movimentos narrativos, aparecem relatos que ligam os ‘grandes acontecimentos’ do município a eventos e fatos cotidianos. Como diz o prefaciador de *São Francisco nos Caminhos da História* (1977) sobre o livro: “Além da política e história, ele conta também estórias de beira do rio, focaliza os tipos populares, narra fatos em excelentes crônicas”³⁷. Cabe lembrar que o prefaciador, Hermes de Paula é, ele mesmo, autor de uma obra referencial para o gênero: *Montes Claros – sua História, sua Gente e Seus Costumes* (1957).

Alguns elementos compõem a estrutura narrativa de vários dos textos estudados, como momentos referenciais. Em primeiro lugar, o que pode ser caracterizado como fundação de um território e dos cenários de interação que serão apresentados ao leitor, ao longo da leitura. Tópicos iniciais, em geral, desenvolvem descrições e qualificações do espaço, situando origens e particularidades. Fala-se da ‘conquista da terra’, das ‘primeiras fazendas’, de estradas e rios, pontes e prédios, e outros elementos por meio dos quais se contará sobre a formação de um povoado, de uma vila, de um distrito até se chegar à constituição do município.

Outro momento referencial é uma espécie de apresentação sociológica, identificando personagens significativas por meio da descrição de papéis desempenhados e da atuação numa série de ocasiões. Chama atenção o fato de as personagens pertencerem, em geral, a dois grupos bastante diferentes em termos de *status* social. As primeiras a serem apresentadas têm o caráter de protagonistas da história do município, os membros das ‘boas famílias’. Em geral, apontadas como as famílias ‘mais antigas’, às vezes como descendentes de bandeirantes, quase sempre fundadoras das primeiras fazendas, e que deram ao município seus *ilustres*: médicos,

³⁷ Hermes de Paula, “Como se fosse Prefácio”, in Brasiliano Braz (1977). *São Francisco nos Caminhos da História*, p. 12

políticos, professores e juizes. Os textos trazem descrições desses heróis fundadores e de sua descendência, como também tecem comentários sobre parentesco, casamento, genealogias e outros fatos que permitem ao leitor mapear as diferentes famílias e seus membros.

Um segundo grupo de atores, presentes em várias narrativas, são aqueles que não pertencem às grandes famílias, não ocupam posições de prestígio e são apresentados como ‘tipos populares’, ‘figuras populares’ ou ‘tipos de ruas’. Dilermando Meireles, em *Deste Planalto Central* (1978), começa uma crônica intitulada “Tipos de Rua” do seguinte modo:

“Toda cidade, principalmente as velhas cidades, possuiu e possui sempre os seus tipos de rua. A própria vida social das pequenas comunidades parece que propicia a geração desses elementos, como espécie de ingrediente necessário à vida coletiva. Também Luziânia os teve e os tem, inesquecíveis. Alguns misteriosos, outros gaiatos; alguns malucos; outros beberrões; todos, porém, com extraordinária popularidade, particularmente no seio da gurizada.” (Meireles, 1978: 83)

O termo ‘Figuras populares’ remete a pessoas, em geral, referidas por um primeiro nome, apelido ou os dois – Cesário, Antônia Ceroula, Joaquim Colher... O fato de serem conhecidos por apelidos não necessariamente os distingue como um grupo particular, já que o uso da ‘linguagem da intimidade’, por meio de apelidos, por exemplo, é menção comum a vários dos textos. Em “Fragmentos do Substrato Cultural do Planalto”, Edésio Machado de Araújo (2001) comenta sobre sua infância em Luziânia, onde viveu até os 12 anos, em 1948 e fala sobre os nomes:

“o ambiente familiar, que contagiava a comunidade, pode-se inferir através dos apelidos. Originários da intimidade da família, passavam, de logo, a ser adotados por todos. E raro eram aqueles que não tinham cognome. O fato é que, até hoje, acostumado com os epítetos, não sei qual é o verdadeiro nome de muitas pessoas do meu conhecimento” (:108)

A diferença entre um modo ‘familiar’ de usar o nome, e um modo associado aos tipos populares não é tão clara. Porém, o próprio autor acima dá alguma pista. Ao continuar sua reflexão sobre o costume de usar apelidos, explica como se identificava,

para um interlocutor, o ‘titular do apelido’. Não era feita pelo uso de prenome ou sobrenome, mas dizendo ‘O Chico de Tute’; o ‘Zé do Nim do Funche’, ‘a mulher do Brecha’, ‘filho do Bilo’... Nesses casos, identifica-se por vínculos relacionais, principalmente pela via das relações de parentesco. Desse modo, não há tanta distância entre o modo informal do apelido e modo formal de apresentar personagens das ‘boas famílias’ nos livros, que geralmente traz os sobrenomes, nomes de família e de um grupo de descendência.

Já no caso dos tipos populares, não só há raros sobrenomes, mas os apelidos são geralmente formados por algum adjetivo - Antonia Ceroula, Joaquim Colher, Josino Pimenta, Zé Barrão, Chica Pé-de Gancho. Os raros sobrenomes, como os adjetivos que os acompanham, parecem apontar não tanto para a dimensão relacional, como a das redes de parentesco e de grupos de descendência, mas para a singularidade de suas figuras e performances.

A popularidade entre a ‘gurizada’, como sugere um dos fragmentos acima, refere-se também a um espaço onde essa atuação é exercida: a rua é um lugar onde o tipo se constrói, na ‘vida social das pequenas comunidades’. Ao escrever sobre Josino Pimenta, em *Deste Planalto Central* (1978), Dilermando Meireles diz que “não sendo propriamente um tipo de rua, pois vivia na zona rural, funcionava como tal, já que era freqüentemente visto embriagado a cambaleiar pelas rua, quebrando o silêncio da cidadezinha com seus constantes gritos, num vozeirão baritonado e impressionantemente forte” (: 84). Nesse trecho, fala-se de um personagem que em geral vive na rua, espaço da cidade e não da zona rural, da roça ou da fazenda. Porém, Josino Pimenta poderia passar como um ‘tipo de rua’, pela performance peculiar que nela encenava, embriagado e num vozeirão.

Inesquecíveis e populares, podem ser lembrados pelo pitoresco, cômico, medo ou carinho que inspiraram: ‘brancos, pretos, deficientes físicos, alguns merecedores de respeito, outros de zombaria e descaso’, conta Maria Torres Gonçalves, em *Hunay de*

Ontem, Unáí de Hoje (1990). Nesse livro de 632 páginas, escrito durante 20 anos, é dada especial atenção aos ‘tipos populares’. Os lembrados como ‘merecedores de respeito’ e por manifestações de afeto da autora são, na maioria, qualificados como bons trabalhadores. Cesário, por exemplo, que

“...personifica a bondade, com o seu jeito de ser manso e calmo. Sua alma é branca, uma ‘jóia’ que caiu do céu por descuido’ para a felicidade das famílias de Unáí (...) Tinha entrada franca em todas as casas, constantemente chamado para rachar lenha, capinar quintal, cavar canteiros, aguar horta, recebia pelos serviços alguma roupa usada, insignificante paga, e às vezes nada. Longa foi a sua missão de servir, mas não tem de seu, nem uma simples choupana”(Gonçalves, 1990: 136).

As mulheres desse grupo, lembradas no tom de respeito e carinho, o são também pela via do trabalho: uma curandeira e benzedeira ‘muito acreditada’, ou como Maria Formiga, ‘lavadeira honesta e merecedora de respeito’. Outros personagens podem inspirar pena, curiosidade, temor ou desprezo: os ‘doidos mansos’ e deficientes físicos – surdos, corcundas, cegos, mudos, aleijados. Relatos sobre eles trazem em geral a menção às crianças, suas brincadeiras e provocações sobre tais figuras. *Hunay de Ontem, Unáí de Hoje* ilustra casos em que, após o falecimento de alguns desses personagens, ocorrem manifestações de remorsos entre pessoas da cidade. Em um deles, uma mulher conhecida como Antônia Ceroula recebe um enterro decente, motivado pelo remorso. Em outro caso, a autora reproduz em seu livro uma carta assinada por uma moça chamada Gislene, e endereçada a Maria Cambotinha – provavelmente, logo após a sua morte. Como numa despedida, a carta lembra à Cambotinha sua dura existência, revê “as pessoas mudando as formas de maldade” para com ela, pede perdão pelos atos da humanidade, e por aquilo que ela poderia ter-lhe dito, mas não disse. Por isso a carta.

Boas famílias e tipos populares participam das narrativas sobre os municípios e sobre a vida do lugar. São categorias que se referem a um tipo ideal de interação social, revelando papéis sociais, formas de relacionamento e hierarquias. A interação social,

segundo Goffman (1983), diz respeito a encontros ou a situações em que dois ou mais indivíduos compartilham fisicamente as presenças uns dos outros – são situações de co-presença. Nesse domínio, referente sobretudo à vida cotidiana, importam contextos temporais e espaciais nos quais se dão os encontros, as condições físicas e psicológicas dos participantes, o caráter dos encontros. Assim, em vários dos relatos, associado às categorias de ‘boas famílias’ e ‘figuras populares’, percebe-se um tipo de interação social no qual a interação é marcada por um tom festivo, que não faz ‘discriminação de classe’ e diz da “boa vontade para com os humildes”. Tipo ideal cuja centralidade parece estar no valor da “boa pessoa” (Chaves: 1996), e do cuidado de pessoas de “melhor posição” para com as figuras populares”³⁸.

Em *Raízes e Culturas de Buritis no Sertão Urucuiano*, de Oscar Reis Durães (1996), esse ideal de interação social, em que a “boa pessoa” é parâmetro para avaliação da interação, também está representado. Seguindo o padrão narrativo antes mencionado, são descritos os primeiros tempos, que conduzem o leitor aos bandeirantes e ao desbravamento do sertão. Novamente, aparecem elementos que revelam a construção/apropriação de um território, seus cenários e atores. Apresenta-se a “primitiva igreja” e o “primeiro cemitério”, as primeiras fazendas e as famílias – as primeiras e as principais. Repleto de pequenas histórias e usando também a linguagem da intimidade, o relato de Durães sobre Buritis, município mineiro, é produto de um esforço de investigação e pesquisa. Os capítulos direcionados às famílias trazem quadros genealógicos detalhados. E, ao lado deles, descrições e relatos sobre os membros mais destacados de cada família.

Em um deles, sobre a “Família Lopes de Portugal”, temos a seguinte descrição:

³⁸ O valor da ‘boa pessoa’ é trabalhada por Chaves (1996), a partir de sua pesquisa realizada em Buritis (MG), também município do Noroeste Mineiro. Analisa as relações políticas do município da perspectiva de seus fundamentos morais, apontando a centralidade colocada no valor da pessoa (em contraste com a noção de indivíduo) e a qualificação da “boa pessoa”; a ‘boa pessoa’ é pensada como um *locus* de representação do ideal político em Buritis, a partir do qual formula-se a categoria da ‘pessoa política’.

“Muitos deles ainda trazem os traços dos europeus, como a cor e olhos claros, onde o campo genético semeia ainda a cópia nítida de seus ancestrais. Sua descendência tem se sobressaído em diversos aspectos da vida, são bastante instruídos, às vezes reservados, discretos e serenos, mas hospitaleiros e prósperos. (...) São amistosos e humildes, qualidades que atraem o povo. Por isso, possuem uma grande capacidade de dominar no mundo político” (Durães, 1996: 128).

Valores cristãos da humildade e da generosidade são indicados não só como atributos das ‘boas pessoas’, mas relevantes na prática política. Desse ponto de vista, é importante notar também o viés assimétrico que relaciona essas categorias, e como esses valores caracterizam uma relação que *parte* dos cidadãos de boa família, sendo *dirigida aos* ‘tipos populares’ ou cidadãos ‘humildes’. De certo modo, a assimetria dessa relação tende a se reproduzir também no nível da elaboração narrativa: há *história* para alguns, os cidadãos de prestígio e de família. Para outros há *estórias*, as crônicas que reúnem os que não têm sobrenome mas têm popularidade e singularidade, e estão na memória.

A dualidade boas famílias e figuras populares, como categorias que organizam o mundo social, está explicitada em textos que parecem remeter a uma tradição narrativa mais *antiga*. Textos como *Hunay de Ontem, Unai de Hoje*, de Maria Torres Gonçalves (1990) e *São Francisco nos caminhos da Memória*, de Brasiliano Braz (1977) são apresentados como escritos durante décadas, por autores em idade mais avançada, deixando forte a marca da memória³⁹. Em textos escritos por autores mais jovens, com formação superior, por exemplo, essas duas categorias não se apresentam explicitamente. Há a inclusão de outras que definem atores e papéis sociais, como trabalhadores e grupos étnicos, e às vezes, a crítica àquela visão: “Para atingir esse objetivo, fugimos asperamente, de qualquer abordagem ornelo-cêntrica ou orlandístico-carneirizante por advogarmos a tese de que a história não pertence a famílias ou a grupos políticos nem deve ser apropriada como justificativa no engajamento de

³⁹ Brasiliano Braz é nascido em 1897, Maria T. Gonçalves em 1914.

ideologias ou credos. A história é uma construção coletiva, muitas vezes presa ao anonimato e, como tal, deve ser vista, respeitada, concebida e preservada para o bem da humanidade” (Xiko Mendes, 2002: 21). Todavia, há algo que parece permanecer, como também sugere o texto de Curado (1997) quando, ao contar a história de Corumbá de Goiás, faz a seguinte homenagem:

‘antigos escravos, empregados de fazendas e operários urbanos, que de maneira humilde e anônima construíram e constroem a nossa história” (...) [e também] Àqueles homens que governaram nossa terra, visando ao progresso de Corumbá, notadamente os que, com poucos recursos orçamentários, realizaram obras públicas úteis à nossa comunidade que sobreviveram às suas pessoas’.(...).

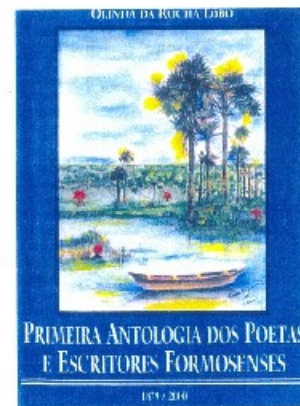
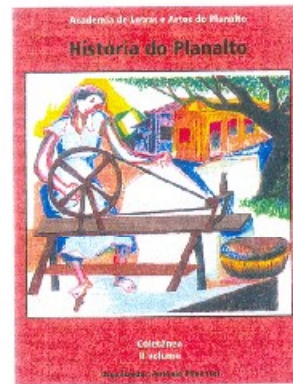
Assim, apesar da ausência daquelas categorias, é também possível vê-las em transformação. A dicotomia se mantém, não mais entre boas famílias/figuras populares, mas transformada, entre ilustres/ anônimos, por exemplo. Ambas sugerem ainda outra, aquela entre elite e povo.

Além dessas categorias, há atores representados na escrita que parecem transitar por esses pólos, explorando e dando visibilidade às relações entre eles. De importância fundamental para o presente estudo, esses atores são os próprios escritores. Na verdade, a imagem do escritor embaralha-se com outras, como as de intelectuais ou professores. O escritor escreve livros, publica textos no jornal, poesia; mas sua figura compartilha uma posição semelhante com outras associadas ao conhecimento, aos livros e ao gosto pelo passado.

Entre diferentes perfis de escritores e intelectuais locais apresentados nos textos, há um modo particular e freqüente de serem retratados, sugerindo mesmo uma espécie de tradição: os *autodidatas*. Como um tipo social, o ‘autodidata’ vai sendo vislumbrado ao longo de diferentes textos, configurando um personagem, valores e práticas agregados. Em “Fragmentos do Substrato Cultural do Planalto”, Edésio Araújo (2001), ao narrar suas memórias sobre o período em que viveu em Santa Luzia, até 1948, menciona o ‘autodidatismo’ como opção para os jovens que queriam estudar, mas não podiam deixar a cidade, rumo a Goiânia, Anápolis ou Silvânia, antiga Bonfim.



1995



Em outros textos, os autodidatas são tema central, como nos de Antonio Pimentel. Em *Fragmentos Antológicos dos Autodidatas de Santa Luzia*, Pimentel (1992) apresenta e reproduz trechos escritos por intelectuais da antiga Santa Luzia: Joseph de Mello Álvares (1837-1912), Evangelino Meireles (1882-1922), Gelmires Reis (1893-1983), Baltasar dos Reis (1901-1976), Joaquim Gilberto (1905-1985) e Benedito de Araujo Melo (1900-1990). Todos eles deixaram escritos que constroem a narrativa histórica de Santa Luzia, atual Luziânia e, ao mesmo, tempo são personagens retomados, lembrados e revividos por outros autores, sendo alguns deles patronos da Academia de Letras e Artes do Planalto, em Luziânia.

Joseph de Mello Álvares, autor (e personagem) referencial, escreveu *História de Santa Luzia* (1979) e a seu respeito há o livro *O Autodidata Maior – Vida, obra e genealogia* (Pimentel, 1996)⁴⁰. Sobre ele, nos diz também Bertram (2000, 24):

“Joseph de Mello Álvares – o conhecido Zé de Mello, que a gente antiga de Luziânia achava ser auxiliado pelo Romãozinho, o Diabo, o Capeta, pela sua versatilidade como político, farmacêutico, médico, advogado, fazendeiro e escritor – foi o grande autodidata do Planalto em fins do Século XIX, seu primeiro pesquisador científico, a grande árvore sob a qual Gelmires Reis e Evangelino Meireles tiveram guarida”.

Em volta da imagem de Joseph de Mello, como de outros autodidatas, está o valor de construir, por conta própria, o caminho para o conhecimento. Enfrentando distâncias sociais e espaciais, obstáculos para uma aquisição formal do saber, os autodidatas, como os *self-made man*, criam uma nova condição – são apresentados como aqueles que plantam a árvore do saber e da memória para as gerações seguintes. Podem também criar uma nova condição para si mesmos, uma vez que a erudição e a escrita parecem ser um dos caminhos possíveis para se ganhar a notoriedade e, quem sabe, um novo *status* social.

⁴⁰ Do *Dicionário do Escritor Goiano* (2000), de José Mendonça Telles : Joseph de Mello Alvares - “Nasceu em Luziânia, antiga Santa Luzia, no dia 19 de março de 1837. Filho de Modesto de Mello Alvares e Antônia Euflosina de Mello. Cursou apenas a escola primária de sua terra natal, tornando-se autodidata. Faleceu em Luziânia, no dia 6 de julho de 1912. Obra – História de Santa Luzia, edição póstuma coordenada por José Dilermando Meireles...”, p. 14.

Com *Raízes e Culturas de Buritis no Sertão Urucuiano*, Oscar Reis Durães (1996), entre os autores mais contemporâneos, tanto representa a figura do autodidata, como elabora seu próprio elogio. Em sua breve apresentação biográfica, nos conta que deixou os estudos aos 13 anos, tendo trabalhado como “engraxate, carroceiro, vendedor de picolé, fazedor de tijolos”, e se tornado “pedreiro oficializado” aos quinze anos. O autor da história de Buritis se apresenta como autodidata e deixa claro o desejo de tornar-se um erudito.

Um dos capítulos de seu livro chama-se a “Educação e Nossos Intelectuais”. No item destinado à educação, apresenta professores, diretores de escola e, sob o título “Notas de alguns Intelectuais”, fornece uma lista onde são nomeadas pessoas com formação universitária. O capítulo ainda apresenta outros tópicos, como “Alguns dos Intelectuais – Dados biográficos” e “Outros homens de influência”, onde fornece sua própria biografia. Embaralhando o que em outros textos seriam boas famílias, tipos populares e eruditos, Durães não utiliza essas categorias, mas parece reinventá-las. Assim, nesse segundo bloco, fala de pessoas de “destaque” e provavelmente conhecidas no município; mas o que as qualifica como intelectuais não diz respeito à formação educacional que tiveram. O primeiro homem (há somente homens nesses dois blocos) chama-se Ulisses Pereira dos Santos, nome seguido ao apelido – Nego Fiscal. Sua pequena biografia o descreve como homem simples, que na infância tornou-se órfão, assumindo a criação dos irmãos. Indicado como homem público, tendo sido fiscal de terras, vereador e corretor de imóveis:

“(…) sempre escolheu e esforçou-se para desempenhar o papel de homem público dedicando seu saber e sua disponibilidade a bem de sua terra e àqueles menos favorecidos. Esse velho moço, sempre batalhador, quase analfabeto, sempre fez da força a vontade de lutar. Na vida sofreu muitas divergências e oposições como é próprio da humanidade. Já sentiu na pele a dor de ser pobre, nem por isso perdeu seu dinamismo, que nunca lhe deu tréguas. Foi candeeiro de boi tropeiro, carreiro e empreiteiro. Trabalhou com vários homens de renome....”(Durães, 1996: 173)

Entre anônimos e ilustres, nomes da intimidade e sobrenomes, autodidatas e professores, vão sendo tecidas as narrativas dos municípios. Através delas, o leitor é conduzido a construir um primeiro olhar panorâmico sobre o início dos tempos e do território, seus principais atores e valores, em representações do espaço social.

Município: sobre a centralidade das relações

Referência destacada para quem começa a caminhar nos espaços construídos narrativamente, por esses textos e livros, é o município.

No capítulo anterior, ao se refletir sobre a categoria Entorno e suas definições, Brasília configura-se como um pólo irradiador a partir do qual se define um espaço, o espaço do Entorno. Aqui, nesse outro conjunto de narrativas e discursos, o pólo irradiador é o município. Dele pulsam as questões, eventos e qualidades.

As narrativas sobre o município articulam dimensões referidas à história político-administrativa e ao localismo (Queiroz, 1976), espaços de poder político e econômico, aos territórios do cotidiano (Brandão, 1995), lugares de relações pessoais, da intimidade, do que é reconhecido como próximo. Narra-se sobre lugares como o distrito, a vila, a igreja, o cartório, o correio ou as farmácias. Ao mesmo tempo, conta-se sobre acontecimentos nas fazendas, nas ruas, nos cenários de natureza, entre representantes das boas famílias ou figuras populares. Como categoria que remete à percepção do espaço social, nos sentidos trabalhados por Queiroz (1973) e Brandão (1995), o espaço construído nas narrativas como ‘município’ faz ver vários movimentos e lugares diferenciados que se intercomunicam, às vezes se confundem, configurando um mesmo mundo social, por onde transitam sujeitos ligados por sentimentos de pertença. Mais do que cenário, o município é personagem e, ao mesmo tempo, um guia narrativo que tece a centralidade de várias relações possíveis:

“Unai tem, sim senhor, a sua história bonita pra contar. E contada por quem a ama como eu, torna-se uma poesia, saída do coração, cheia de saudade, onde as pessoas se misturam aos fatos, onde os fatos se misturam aos lugares, onde os lugares estão misturados em minha própria vida” (Maria Torres Gonçalves, 1990: 13)

Junto à idéia de centralidade, há também uma noção de irradiação que o município promove, capaz de reinventar espaços. O trecho seguinte foi publicado em 1973, escrito por Joaquim Gilberto, um dos autodidatas de Luziânia. O texto de onde foi retirado participa das homenagens prestadas durante o cinquentenário de falecimento de Evangelino Meireles que, em 1910, publicou o primeiro número do jornal *O Planalto*⁴¹. O fragmento expressa claramente a centralidade do município e apresenta algumas das imagens que serão exploradas no decorrer desse capítulo:

“Constantemente, Luziânia é citada como centro de tradições. Formou-se aqui, como em Vila-Boa, Jaraguá e Pirenópolis, pontos de ressonância de fatos nacionais. Do tropel das Bandeiras, da atividade dos garimpos, do lamento dos escravos e da nostalgia de grupos consideráveis desgarrados de velhos troncos de nobreza empobrecida, vindos da metrópole lusa, estratificou-se, aqui, uma cultura especial e singular, como projeção distante e interiorana da própria cultura nacional. Por isso, podemos afirmar que a pré-história do Planalto e de Brasília está em Luziânia e em sua projeção nas comunidades vizinhas. (Joaquim Gilberto, 1973: 37)“

Também de Paracatu são fornecidas imagens sobre um centro a partir do qual funda-se um novo espaço, como nas palavras de Oliveira Mello em “A cultura no Noroeste de Minas”:

“A cultura do Noroeste de Minas irradiou-se, propriamente, de Paracatu, que foi uma encruzilhada dos que vinham do Nordeste para Goiás e dos que subiam dos campos de Piratininga rumo ao mesmo Goiás. Caminhos cruzando e deixando em Paracatu a raiz de uma nova cultura com uma permanência marcante: a vivência atenta do passado” (Oliveira Mello, 1998: 82)

Uma visão da centralidade do município e da inversão que essa imagem instaura, por exemplo, em relação a Brasília como capital federal - pode ser vista no livro de Maria Torres Gonçalves (1990), *Hunay de Ontem, Unai de Hoje*. Já o título nos diz do

⁴¹ Evangelino Meireles - “Nasceu em Luziânia (antiga Santa Luzia) – GO, no dia 10 de fevereiro de 1882. Filho de Salviano Alves da Costa e Brígida Alves Meireles. Em 6 de agosto de 1910, associado com Plácido de Paiva, publicou em tipografia própria o primeiro número do jornal denominado Planalto. Faleceu em Luziânia, no dia 1º de dezembro de 1922.”in TELES, José Mendonça, op.cit., p. 123.

protagonista da narrativa: *Hunay/Unaí*. O índice de quase 100 entradas dá ao leitor a idéia de seus inúmeros aspectos, trazendo títulos dos assuntos tratados: “Histórico do município”, “A Descoberta das Terras Brasileiras”, havendo também referências às primeiras fazendas, à formação do Distrito, à origem dos nomes, às primeiras famílias, casas, ruas, cemitério, às igrejas e bispos, farmacêuticos, médicos, dentistas ou “As antigas e Atuais Figuras Populares”. Passa-se por instituições e órgãos públicos, estaduais ou nacionais, com representação local. A ordem, no índice, traz uma certa cronologia que gradativamente aproxima o leitor ao presente da escrita. Não há, nesse índice, menção alguma ao Distrito Federal ou a Brasília.

Porém, logo em suas primeira páginas, no “Histórico do Município”, percebe-se sua presença de modo peculiar. Nos primeiros parágrafos, Unaí é apresentada como *cidade* originária da Fazenda Capim Branco, hoje “em pleno desenvolvimento, considerada celeiro de Brasília” (idem: 11). Essa menção diz, assim, da importância de Unaí para a capital; é o celeiro que alimenta seus habitantes. Outro aspecto interessante nesse trecho é a passagem entre termos, do *município*, à *comunidade*, e à *cidade*. Principalmente a última, entre município e cidade, é equivalência recorrente em vários textos. Essa passagem desenha um espaço do centro *cidade* nesse centro que é o *município*, imagem de círculos concêntricos por onde os sujeitos transitam e aos quais pertencem. A mudança de gênero, do município a cidade, também insere uma diferença que, entre outras coisas, permite a idéia de Unaí como “menina moça que veste roupa nova todos os dias e tem consciência do seu poder nos horizontes do futuro” (:13). Em uma espécie de animismo, o “Histórico do Município” é aberto com a seguinte epígrafe:

“Toda cidade tem sua alma e o que a distingue mais do que as suas ruas é o seu modo de viver, de exprimir, de manifestar a presença de uma ação coletiva”

O autor da fala acima é Juscelino Kubistchek, ex-Presidente da República e responsável pela construção de Brasília. Também, é bom lembrar, ex-governador do Estado de Minas Gerais, onde o município de Unaí está localizado. O livro apresenta

várias fotos, entre elas algumas da visita do então governador JK ao município de Unaí. As fotos se encontram no item/capítulo “O Terceiro Prefeito: 1951 a 1954”, referindo-se ao então prefeito João Costa, o anfitrião de JK. Pequenas referências que vão construindo justamente a centralidade do município na narrativa, a qual se submetem elementos que de outros pontos de vista englobariam o local. Nesse caso, a visita de JK não recebe um tópico particular, mas é citada como acontecimento relativo ao mandato do Prefeito.

Outro caso sobre o mesmo prefeito ilustra bem a situação. O livro conta do dia em que o prefeito teria ido ao Rio de Janeiro encontrar-se com o então Presidente Vargas:

“... Ao trocarem os cumprimentos de praxe, disse-lhe o Presidente:
‘ O senhor se parece muito comigo!’
João Costa retrucou imperturbável: ‘Eu acho que é V. Exa. que se parece comigo’”⁴²

Esse diálogo, narrado junto a descrições da personalidade do prefeito e num tom de graça, inverte a relação hierárquica entre os sujeitos mencionados, presidente e prefeito. Do mesmo modo, tanto Brasília como Juscelino surgem na narrativa de modo a engrandecer o município. A referência e a lembrança desse “outro lugar” e dessas “outras pessoas” não são apresentadas no texto por uma importância própria, mas são relevantes em relação à gestão do prefeito, ao grande celeiro de desenvolvimento que a fazenda primeira se tornou, ou à lembrança da alma da cidade.

Rios, Parentescos e Emancipação

Para quem caminha por espaços narrados nesses textos, os rios também aparecem como lugares aos quais se pertence. Porém, ao invés da centralidade, a idéia forte ligada a eles é a de fluxos. Eles correm, banham cidades, cruzam vilas, distritos, municípios, limites de Estados: são trânsito e comunicação.

⁴² Cf. Maria Torres Gonçalves, *Hunay de Ontem, Unaí de Hoje* (1990: 303)

“O Rio Corumbá é o principal curso d’água do município. Nasce no município de Pirinópolis no sopé do Morro dos Pirineus, onde se dividem as águas que correm para o norte do Brasil (Bacia Amazônica) com as que vão para o sul do país (Bacia Platina), fazendo parte dessa última.

Esse rio corta o município de norte a sul, prosseguindo então pelos municípios de Abadiânia e por outros municípios goianos até alcançar o Rio Parnaíba no qual despeja as suas águas. Os rios, ribeirões e córregos que caem no Rio Corumbá são chamados de seus afluentes.”(Curado, 102).

O excerto acima compõe um texto escrito como livro didático, *Corumbá de Goiás - Estudos Sociais*, de Ramir Curado (1997). O trecho abre o capítulo sobre ‘Aspectos Naturais e Econômicos do Município’, tratando, entre outras, da questão da hidrografia. Através dos rios, o texto enfatiza, Corumbá se liga não só aos municípios goianos próximos, mas ao norte e ao sul do Brasil.

Junto ao fluxo do rio, vai também o caráter de ter estado sempre lá, *ser natureza*, pensado como realidade geográfica anterior aos desbravamentos, “verdade prévia anterior à história” (Magnoli 1997: 47). Tomemos o primeiro capítulo do livro de Oscar Durães (1996) sobre Buritis, chamado ‘O bandeirante na miragem do Sertão Urucuiano’. O texto retrata esse tempo de miragem, e situa o mundo narrado no sertão de beira de um rio, Urucuia. E, continua o autor, sobre essas conquistas há de se falar do “bravo bandeirante ‘Januário Cardoso Sobrinho’, uma figura importantíssima dentre os antecedentes do povo do São Francisco”. No tempo da conquista das terras, o povo era também de um rio, São Francisco.

Em textos relacionados aos municípios mineiros de Buritis e Formoso, o rio São Francisco e seus afluentes, como o Urucuia e o Carinhanha, são também personagens marcantes, recriando espaços em outras direções, inclusive literárias. Neles são mais frequentes as citações à obra de Guimarães Rosa, particularmente de *Grande Sertão: Veredas* (1979). Esses rios e outros topônimos, matéria prima para Rosa, são elementos caros aos textos estudados. Napoleão Valadares, por exemplo, autor com vínculos com os municípios de Buritis e Arinos, não focaliza tanto a categoria do *município* em seus

textos de pesquisa⁴³ ou ficcionais, mas os recria em territórios formados por rios, fazendas e gado, ou de modo mais genérico, ao *Vale do Urucuia*. Assim, em seu romance *Urucuia* (1990), a intriga da narrativa se faz relembrando os tempos de navegação do rio São Francisco, com personagens que transitam entre Porto de Manga e Januária, vem de Patos de Minas, rumam a Barreiras na Bahia ou a Brasília, e participam de uma cultura vaqueira, que cultua Santos Reis e lembra os tempos do carrancismo⁴⁴.

Voltando às narrativas em que o município está para o centro, os rios também podem definir, dar limites de territórios por onde se construirá a identidade expressa pelo texto. Porém, o rio nunca é exclusivo, não se deixa fechar por limites territoriais ou identitários: ele participa de memórias e pertencas de outros municípios, e revela claramente os *parentescos* – metáfora tão cara a esses textos para se falar da relação entre municípios ou municípios e estados: irmãos, pais e filhos.

E há os nomes. Os rios talvez tenham estado sempre lá, mas é o nome que lhes coloca neste mundo que se percorre como leitores. Quando coincide o nome do rio e o do município, esses vários princípios vêm a tona com toda a sua força. Veja-se por exemplo, a “arqueologia dos nomes”, texto de Paulo Bertram em *História da Terra e do Homem no Planalto Central* (2000: 21).

⁴³ Do autor, ver também *Os Personagens de Grande Sertão: Veredas* (1982) e *Dicionário de Escritores de Brasília* (1994)

⁴⁴ Em relação à história de Formoso, Xiko Mendes (2002) reflete sobre o termo nativo ‘carrancismo’ e o re-interpreta na análise sobre o ‘período paracatuense’ do município, de 1870 a 1923: “Esse momento eco-mitológico (...) ficou conhecido no imaginário popular formosense como *Era do Carrancismo*, do isolamento profundo ou insolúvel, das dificuldades intransponíveis” (161). Aprofundando-se sobre o tema, Mendes continua: “O carrancismo é uma ideologia político-cultural de conteúdo moralista, predominante no Formoso Antigo, inspirada no patriarcalismo de raízes centenárias, totêmicas, herdado das oligarquias colonizadoras de Formoso e pressupõe cinco paradigmas ético-familiocêntricos: a) a valorização social dos mais velhos (...); b) A perpetuação de tradições culturais arcaicas (...); c) a manipulação ideológica dessas tradições pelas elites político-econômicas – conhecidas popularmente como *Homens do Lugar* (...); d) A aceitação tácita das atitudes positivas ou negativas de arbítrio mediado pelas citadas elites a toda população local – conhecida como *Povo do Lugar* ou de imigrantes recém-chegados como *Gente de Fora* ou forasteiros – exclui o direito a questionamentos (...); e) a manutenção do *status quo* através da conservação do mandonismo administrativo pelas famílias tradicionais (grupos sócio-políticos) onde a prerrogativa do poder político é vista e aceita pela maioria comunitária como natural...” (164). A respeito do carrancismo, ver também Correia (2002).

“Lá no fundo da escavação, há de existir, no extrato mais antigo, o nome mais remoto. *Rio Paracatu*, por exemplo, do tupi rio bom, de navegação boa, assim chamado (pelo menos desde os primeiros anos dos Seiscentos) por essa verdadeira maloca ambulante de índios e mestiços que chamamos de bandeira, corsários dos sertões.

Subindo o *Paracatu*, logo damos com seu maior afluente, o já chamado *Iuna*, que na estratigrafia de nosso sítio etimológico, um século depois, traduzia-se, nos primeiros roteiros das minas dos Goiazes, pelo que sempre quis dizer: rio preto. A cor da água, ou a cor do fundo do leito deram o nome do curso: *rio Preto*. Uma qualificação geográfica precisa no deserto de nomes do sertão.

Na década de 1920, alguma alma nativista e tupinóloga – nós brasileiros, após exterminados os índios, lembramo-nos deles liricamente – sugeriu batizar o incipiente povoado de *Capim Branco* com o nome de *Unai*, em que transparece a metamorfose do velho rio Iuna no nome da vizinha cidade. No extrato superficial de nosso sítio etimológico acabou surgindo resquício de raiz imemorial.

E com o *Iuna*, *rio Preto*, já estamos em plena fronteira leste do *Distrito Federal*” (grifos meus)

Sobre a ‘alma nativista e tupinóloga’ que teria sugerido o novo nome (Hunay/Unai) ao antigo povoado Capim Branco, nos dá notícia o livro *Hunay de Ontem, Unai de Hoje*. Teria sido o primeiro prefeito quem nomeou o nascente município na lembrança das águas do rio: José Adjuto, “um dos homens que mais trabalhou para a emancipação do município” (Maria Torres Gonçalves, 1990: 296).

O rio que nomeia, relembra o parentesco e suas relações. Emancipar-se é também amadurecer, tornar-se maduro o suficiente para ganhar autonomia. Emancipar-se é romper, construir novos limites e relações. Assim, contar sobre Unai ou sobre Buritis no esforço da reconstituição histórica, revelação do fio, é ter que contar de Paracatu, dos primeiros tempos e espaços desses municípios mineiros.

Em dezembro de 1943 uma lei estadual eleva Unai à sede de município, e em janeiro de 1944 toma posse o primeiro prefeito, *emancipando-se* Unai de Paracatu, *instalando-se* a prefeitura, constituindo-se o primeiro orçamento. No narrativa de Maria Torres Gonçalves (1990), logo após a descrição da ‘Emancipação da Vila de Unai’, das cerimônias, membros de comissões e assessores, das realizações do primeiro prefeito, consta a cópia de um *texto* fundamental, pois que *fundador*: a Ata de instalação do Município de Unai.

‘As quinze horas do dia primeiro de janeiro do ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de hum mil novecentos e quarenta e quatro. Na sala de aula da primeira escola distrital ‘Domingos Pinto Brochado’ de Unaí, Estado de Minas Gerais, previamente ornamentada, tendo ao fundo o retrato do Presidente da República, Doutor Getúlio Vargas, amparado pelo V da vitória em cores nacionais e logo abaixo o Pavilhão Nacional desfraldado, presente a assistência de pessoas gradas, autoridades locais etc, organizou-se a mesa para os trabalhos da instalação do município de Unaí, constituída pelas seguintes pessoas.....’ (em Gonçalves, 1990: 298)

A ata descreve o ritual, ato solene, a execução do hino nacional e o pronunciamento do termo de instalação, feito pelo presidente da mesa, Juiz de Paz de Unaí. Em conformidade com as instruções do Instituto Histórico e Geográfico, ele conclui seu ato de fala (Austin 1975), com as seguintes palavras:

“(...) Assim fique registrado na história pátria para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras. Honra ao Brasil Uno e indivisível, paz ao Brasil rico e forte! Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana!”

A idéia de *emancipação* remete também à anterioridade do lugar, que aguarda liberdade e autonomia. Idéia presente, por exemplo, logo no início do livro *Formoso de Minas no Final do Século XX – 130 anos!*, de Xiko Mendes (2002). A abertura de seu texto se dá com a dedicatória do autor, na primeira página, à ‘memória do Povo Formosense’ e ‘aos estudantes e estudiosos da Alma Brasília’. Na página 04, um trecho de *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa (1979), que “inclui Formoso”, ainda que o nome *Formoso* não apareça claramente: consta a descrição de um sertão que vai pelo *Chapadão do Urucuia, Córrego do Quebra-Quinaus*, “começos do Carinhonha e do Piratinga filho do Urucuia”, mundo desenhado por rios, e para quem pode ver, Formoso.

Na quinta folha do livro, depois da dedicatória e da lembrança de Rosa, narra-se o evento de como um jornalista e ex-deputado conseguiu aprovar a Emancipação Política de Formoso na Assembléia Legislativa de Minas Gerais: uma emenda redigida ao “‘apagar das luzes’ de uma votação em plenário”. Reproduzindo um trecho do livro de memórias desse ex-deputado, conta-se que o ele chegou a ficar preocupado pois, tendo enviado um telegrama ao Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil de Formoso,

comunicando-lhe a criação do município, passa muitos dias sem notícias, sem resposta diante de seu feito. Até que:

“(…) Um mês depois da criação da cidade, estava eu em minha casa, à Rua Aimorés, quando à noite toca a campainha da porta (que é de vidro) e vejo um vulto de um homem muito alto.

Abro a porta, encontro um senhor realmente muito alto, moreno forte, tipo característico do Nordeste, que logo se apresenta:

- *Sou de Formoso.*

Suspirei aliviado e, dando graças a Deus, senti à primeira vista que estava recebendo um mensageiro da nova cidade, sem avaliar-se à reação, mas ele logo esclarece e completa a saudação:

- *Deputado, sou o Escrivão de Formoso. Eurípedes, e vim hoje fazer-lhe uma visita de agradecimento em nome da cidade. O senhor vai me desculpar, mas só consegui chegar aqui, viajando há vários dias; tive que sair de Formoso, Goiás, passar por Brasília e Paracatu, para chegar a Belo Horizonte.*

E completou, todo feliz:

- *Formoso está em festa há vários dias com a emancipação!”* (Mendes, 2002: 06)

O diálogo acima, além das imagens antes mencionadas, reforça também alguns traços recorrentes no conjunto de textos, que podem ser reunidos sob o signo do *sertão*. As longas distâncias e o sentimento do isolamento, apontados principalmente como dificuldades que os *antigos* e *primeiros* tiveram que enfrentar, são elementos narrativos importantes. A isso também se associa a relevância dada às estradas, tanto àquelas que devem vir para melhorar o município, reivindicadas ao Estado, como as abertas por bandeirantes, tropeiros e cargueiros, refeitas pela lembrança dos textos. Como os rios, as estradas abrem a possibilidade da comunicação e trocas, e constroem relações desejadas pelos municípios.

Planalto Central e Noroeste de Minas

Esses vários pontos são marcos importantes para entendermos espaços mais amplos que os textos fazem emergir. Espaços que integram e articulam as narrativas e seus principais personagens, os municípios. Atravessando limites político-administrativos da região como espaço da di-visão, instituída por decreto (Borges, 1998: 37; Bourdieu, 2001:114), são traçadas outras linhas que reúnem e separam, com os nomes de Planalto e de Noroeste de Minas.

De certo modo, *Planalto* pode ser visto como um equivalente ao espaço topológico do “Entorno”, similar por ser um nome que também congrega municípios como Planaltina, Luziânia, Unaí, Formosa, Paracatu, *interseção* de Minas e Goiás e também Brasília e Distrito Federal. As narrativas sobre esse espaço ajudam a encontrar referências de sua definição, que também pode variar. Dentre elas, uma que se relaciona inclusive institucionalmente com a literatura pode ser lida em várias publicações ligadas à *Academia de Letras e Artes do Planalto*, situada em Luziânia. Um primeiro texto que define o Planalto, também texto fundador da instituição, é o *Estatuto* da Academia. No parágrafo único do capítulo 1, pode-se ler:

“Consideram-se Planalto Central do Brasil, para os fins do presente estatuto, as unidades federativas e municipais que se originaram do antigo Município de Santa Luzia, definido no Ato de 20 de abril de 1778, que criou o julgado de Santa Luzia e que compõe, presentemente, do Distrito Federal e dos Municípios de Luziânia, Cristalina, Cabeceiras, Formosa, Planaltina, Flores de Goiás, São João d’Aliança, Alto Paraíso e Padre Bernardo.”

O nome ‘Planalto’ é usado sobretudo em textos referentes aos municípios goianos. Nos textos produzidos ou publicados no contexto da Academia de Letras e Artes do Planalto, Planalto necessariamente remete à Luziânia e a seu passado – é um espaço pensado não tanto pelo aspecto geológico, mas como originário da antiga Santa Luzia. Assim, na coletânea comemorativa de 250 anos da fundação de Luziânia e de 20 anos da Academia, chamada *História do Planalto*⁴⁵, reunindo sobretudo textos de acadêmicos, explica-se a presença do resumo histórico sobre Paracatu (MG): “embora

⁴⁵ Publicada pela Academia, e organizada por José Dilermando Meireles e Antonio Pimentel (1996).

cidade mineira, situada na outra margem do rio São Marcos, foi de lá que partiu o sertanista Antônio Bueno de Azevedo, que fundou, a 13 de dezembro de 1746, a cidade de Luziânia”. Aqui, o princípio de regionalização, no sentido de espaço criado por uma interação, encontro entre programas de ação (Certeau: p. 212), é também princípio criado por um caminhar e um deslocamento: aquele dos bandeirantes. Os acontecimentos que emergem desse caminhar, objeto de escrita de vários autores, constroem regiões pelo compartilhar de tempos e histórias (Borges 1998: 37).

Se Planalto, como categoria, também reúne municípios mineiros e goianos, ele parece ser acionado sobretudo por escritores dos municípios goianos. No caso dos mineiros, a categoria regional mais recorrente, é também mais restrita: Noroeste de Minas.

‘Noroeste’ e ‘Planalto’ são, certamente, categorias de diferente natureza, uma remetendo originalmente à estrutura geológica, outra à organização do território nacional. Porém, como Planalto, Noroeste de Minas fala também de um território de pertença e de identidades representadas nos textos estudados, reunindo municípios a partir de traços comuns.

No texto “Noroeste de Minas” inicialmente publicado no Jornal *O Movimento*, de Paracatu, Oliveira Mello recupera divisões regionais do IBGE, para chegar à *mesorregião do Noroeste de Minas*, relembra espaços como a *Zona Fisiográfica do Urucuia*, ou *Microrregião Homogênea dos Chapadões de Paracatu*, regionalizações dos anos de 1940 e 1960⁴⁶. Outra elaboração sobre esse espaço, trazendo mais diretamente a questão da literatura, está em “A Cultura no Noroeste de Minas”⁴⁷. Nesse texto, reprodução de uma palestra proferida durante a instalação da Academia de Letras do Noroeste de Minas, em Paracatu (1997), Oliveira Mello começa dizendo: “O Noroeste de Minas, até outro dia, era considerado sertão”. Cita Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, para então dizer que não falaria ali apenas do Noroeste sertanejo,

⁴⁶ O texto foi publicado também no livro *Minhas Opiniões. E as Suas?* (1998: 24-31)

⁴⁷ Também publicado em *Minhas Opiniões. E as Suas?* (1998: 79-91)

mas procuraria situá-lo no espaço, com suas características. Localizado no Planalto Central do Brasil, o Noroeste começa a ser descrito pelas características territoriais da região, solo e vegetação, que levam a chapadões, gerais e buritis, rios capitaneados pelo São Francisco, vaqueiros, bandeirantes e negros trabalhadores da mineração. Como na relação entre Santa Luzia/ Luziânia e Planalto, o Noroeste de Minas e sua cultura é descrito como território formado a partir de Paracatu, apontada como *cidade-matriarca*. Situado o Noroeste, Oliveira Mello redesenha então esse espaço ao discorrer sobre seus destaques nas artes e literatura, e sobre autores que escreveram sobre o Noroeste – como Afonso Arinos, Guimarães Rosa, Mário Palmério e Napoleão Valadares - finalizando com os nomes que participavam da instalação da Academia como acadêmicos e patronos.

Xiko Mendes é outro autor que comenta as origens do Noroeste no século XVI, com a menção às primeiras expedições de bandeirantes e à descoberta das minas de ouro do Rio Paracatu. A importância de seu relato está também em explicitar a relação entre a fundação do Noroeste, e a fundação de uma tradição narrativa. Fazendo um ligeiro desvio em relação ao material predominante nesse capítulo, apresento fragmentos de um registro oral, a partir de um diálogo, ocorrido em maio de 2002. Diálogo sobre letras, comentando letras e espaços, torna-se aqui um texto que participa do discurso formulado entre narrativas. Pois bem, Xiko Mendes recuperava, na entrevista, uma fala apresentada na Academia de Letras e Artes do Planalto, em Luziânia, dias antes. O tema era a literatura do Noroeste de Minas. Mencionou então o livro *Memórias Históricas de Paracatu*, de Olympio Gonzaga, publicado em 1910.

“(...) a primeira obra sobre Paracatu. E o importante dessa obra para gente é que, primeiro ele fez por conta própria; segundo, ele incorporou, digamos assim, o espírito geo-político do que seria futuramente o Noroeste de Minas. Porque até 1910 o Noroeste de Minas, como eu falei ontem, não existia”

Falar sobre a obra de Olympio Gonzaga é falar também sobre a inauguração do novo arranjo de um velho espaço, refazendo-se para constituir o que futuramente seria o Noroeste de Minas.

“(…) era Paracatu, o município era muito extenso. Aí em 1910 começa a desmembrar povoados, e o primeiro povoado a deixar Paracatu foi ... João Pinheiro, 1910, que era o Arraial de Sant’ana dos Alegres....(…) Hoje está tendo uma re-incorporação não mais anulando a autonomia municipal, mas uma re-incorporação no universo do imaginário cultural. Quer dizer, Paracatu outrora congregou toda essa região como município único, que era Paracatu. Aí o progresso advindo inclusive com a mudança da capital federal possibilitou o desenvolvimento desses distritos que eram integrantes do município de Paracatu. E hoje, como municípios, esses ex-distritos de Paracatu voltam à velha cidade para mostrar o que progrediu ao longo desses anos. “

De um movimento de fragmentação e reunião, o Noroeste de Minas é pensado a partir do desmembramento de Paracatu, da autonomia dos antigos distritos, e ao mesmo tempo, da recuperação de um passado comum, de início dos tempos. Tanto a fala de Xiko Mendes, como a força que a referência de Olympio Gonzaga⁴⁸ possui na rede dos textos, apontam a inauguração da narrativa desse espaço.

“(…) Então, o primeiro que a gente chama de pai da história do Noroeste de Minas é o Olympio Gonzaga, porque nessa obra, além de falar da história de Paracatu propriamente dita - que é a Paracatu de hoje, aquele município lá dentro daquele contexto, naquela configuração - ele fala da Paracatu, dos distritos de Paracatu até 1910. Ele dedica um capítulo para falar de cada um. Tem, por exemplo, falando de João Pinheiro, que era o Arraial de Sant’Ana do Alegres em 1910, Formoso em 1910; Unaí em 1910. Então, como ele dedicou um capítulo para falar de todos os distritos de Paracatu e hoje o Noroeste de Minas se constitui dos distritos de Paracatu que hoje são municípios, então ele é a fonte maior para entender a abordagem do que era o Noroeste de Minas ontem. O Noroeste de Minas antigamente é Olympio Gonzaga; e hoje [é] o Oliveira Mello.”

⁴⁸ A Academia de Letras do Noroeste de Minas fornece os seguintes dados de sua biografia: “Olimpio Michael Gonzaga. Filho de Euzébio Michael Gonzaga e de D. Joana Lopes Trindade. Nasceu em Paracatu em 21/07/1877 e faleceu em 06/12/1948. Formação: Curso Normal de Paracatu. Atividades Profissionais: Professor público em Capim Branco (Unaí). Colaborador de jornais de Paracatu e do Triângulo Mineiro, tenente no quartel Mestre da Guarda Nacional, comerciante, fotógrafo, escrivão e coletor federal. Atividades Intelectuais, Científicas e Literárias: Estudos de genealogia, pesquisa histórica de Paracatu, sendo o seu pioneiro folclorista, romancista, jornalista, membro dos Institutos Históricos e Geográficos de MG e do Rio. Membro da Associação de Imprensa. Produção Cultural – Principais Obras: Memória Histórica de Paracatu, Lendas do Brasil Central e o romance D. Escolástica.” Disponível em: <http://www.ada.com.br/academia/calendario.htm>

**UMA HISTÓRIA DO
FUMOSA**
2ª edição



OLYPIO JACINTHO

**FRAGMENTOS
ANTOLÓGICOS**

DOS AUTODIDATAS DE SANTA LUZIA



ANTONIO PIMENTEL



José Diermando Metreles



**PASSADO QUE
NÃO PASSOU**

Teresinha de Jesus Neiva Miranda



**TRAMA
DE
PENSÃO**



Antônio Pimentel

Portas para falar desse espaço, outra é a do rio São Francisco, como sugerido anteriormente pela obra de Napoleão Valadares. É com o Rio que Bernardo da Matta-Machado, em *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1860-1930)* começa a fazer um panorama da “região noroeste de Minas”⁴⁹. Depois de mencionar a área da região, e sua participação em relação à área total do Estado, desenha: “Banhada pelo Rio São Francisco e seus afluentes, Paracatu, Urucuia e Carinhanha...” (1991: 23). Como o trabalho de Paulo Bertran, em *História da Terra e do Homem no Planalto Central* (2000); *Breve História do Noroeste Mineiro e do Parque Nacional Grande Sertão Veredas* (1999) ou *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste* (1988), esse também é um texto que não se encaixa exatamente no perfil histórico-memorialista, não se vincula a nenhum município em particular, e participa de um saber produzido no contexto universitário. Todavia, são textos que dialogam com a tradição histórico-memorialista aqui considerada, e são igualmente reconhecidos por ela. Assim, Matta-Machado (também citado por Xiko Mendes e Oliveira Mello) traz em seu texto Brasileiro Bras, Saul Martins, Oliveira Mello, enquanto Paulo Bertran permite que se vislumbre, em seu texto, os muitos diálogos entre tantos textos, conversas daquela tradição.

Voltando ao Planalto, Bertran (2000: 01) inicia seu livro com Luiz Cruls e os planos para a localização da nova Capital do país, falando de *país planaltino*, suas *vagas de altitude* e *patamares alongados e planos*. Referências que criam ocasião, nessa leitura etnográfica, para se falar da capital.

⁴⁹ O trabalho é resultado de uma tese acadêmica defendida na área de ciência política, sendo o autor também historiador.

Municípios, Capital, Brasília

Em horizontes que os textos constroem, *capital* diz de um *lugar antes de Brasília*. A existência temporal da capital que antecede Brasília pode ser lida em duas perspectivas. Uma delas está nos relatos sobre a participação dos municípios, e de seus representantes, no projeto de mudança da capital para o centro do país. Geralmente refere-se também a outros personagens históricos como os Inconfidentes Mineiros ou José Bonifácio de Andrada e Silva, que sublinham a antigüidade da idéia. As narrativas sobre a participação dos municípios na luta pela mudança da capital, que resultou em Brasília, denotam uma ação: *Trazer a capital*. A segunda perspectiva sobre a capital antes de Brasília mostra uma imagem também não apenas restrita aos textos trabalhados, ou a Goiás ou a Minas – isto é, o contraste do município/ interior com a capital, *lugar para onde se vai* estudar e tornar-se doutor, atravessar sertões e rusticidades.

Em *Trama de Pensão*, de Antônio Pimentel (2001), essas duas perspectivas se entrelaçam na trajetória de um personagem fictício: ‘...doutor Américo era filho do sertão, bem do interior de Goiás, lugar distante, pouco falado na Capital’ (:17). Médico recém-formado na capital Rio de Janeiro, sua estória começa com seu pedido de casamento a uma jovem da família Castro, de nome e tradição na capital, família de senador. No primeiro capítulo do livro, prenúncio das principais questões da narrativa, o médico torna-se amigo de um ‘soldado humilde’, taifeiro, que gostava de discorrer sobre seu meio, sua cidade. “*Narrar de fatos, de lugares*”. Doutor Américo gostava porque era “*assunto que sempre lhe interessou, sempre mexeu com a sua goianidade. Por outro lado, isso seria uma outra forma de mostrar aos amigos da Capital o que era o seu Sertão, a cultura de sua gente. Nesse seu vaguear, uma promessa ficou bem marcada, a de que, mais dias, menos dias, um livro histórico ele haveria de produzir, onde seria reproduzido todo o passado de seu Estado, de sua antiga Província. Como convicção dessa idéia, como início, o título ele já tinha em mente: ‘Pela História de Goiás’*” (: 22-23).

O personagem ficcional Américo, embora jamais explicitado na narrativa (o prefácio é que informa), é inspirado na figura de Antônio Americano do Brasil⁵⁰. Considerado um dos principais historiadores goianos, Americano do Brasil é personagem histórico mencionado e homenageado em vários dos textos aqui considerados. Lembrado por seus escritos e também por sua atuação política, foi dele o projeto da *Pedra Fundamental* da nova capital, implantada em Planaltina em 07 de setembro de 1922 – marco também recorrente nos textos .

Em *Apologia de Brasília*, livro organizado por Dilermando Meireles e lançado em 1960, como homenagem “do povo de Luziânia pela inauguração de Brasília”, o projeto da mudança da capital aparece em diferentes textos e tempos. Assim, uma das partes do livro reproduz o discurso do então deputado Evangelino Meireles, contemporâneo de Americano do Brasil, proferido na ocasião do lançamento da “pedra fundamental da futura Capital da República no Planalto Central do Brasil”, em 1922. Sobre esse lançamento, diz Evangelino:

“O auspicioso fato de hoje é o encaminhamento natural de uma formosa idéia essencialmente brasileira; êle obedece como que a um determinismo político-social, que há mais de um século nos vem conduzindo para a finalidade máxima da nossa ambição patriótica – a mudança da sede do Governo para o ponto central do País, a fim de que o progresso *se irradie do centro para a periferia* e haja o aproveitamento dêste *hinterland arquipotencioso e pagão*, reserva fabulosa da grandeza que nos espera ao horizonte de nossa Pátria estremecida; e também para que *os Poderes Públicos, fora do barulhar das turbas, livres do anarquismo, das comichões interesseiras e do mercantilismo cosmopolita das grandes cidades*, possam, com suavidade e bem aplicada sabedoria, cuidar das altas cogitações nacionais, rumando para a perfeição, em busca do beneficiamento geral da coletividade”⁵¹ (grifos meus)

⁵⁰ Americano do Brasil - “Nasceu em Silvânia – GO, no dia 28 de agosto de 1892. Filho de Antônio Euzébio de Abreu Júnior e Elisa Maria de Souza de Abreu. Iniciou os estudos primários e preparatórios com seu pai. Segue para o Rio de Janeiro e ingressa na Faculdade de Medicina. Na antiga Capital da República lecionou em vários estabelecimentos de ensino. Funda, no Rio de Janeiro, juntamente com Henrique Silva, a *Informação Goiana*, que circulou até 1935. Foi orador da turma de medicina. Retorna a Goiás, é nomeado Secretário do Interior e Justiça. Ingressa no Exército como tenente-médico. Candidata-se a deputado federal, eleito, torna-se uma das mais representativas figuras do parlamento brasileiro. Em seus projetos, destaca-se o que determinou o lançamento da pedra fundamental da futura capital do país, no dia 7 de setembro de 1922. Seus dois últimos livros foram publicados postumamente. É considerado o restaurador dos nossos arquivos, descobrindo documentos valiosos nos arquivos de Goiás. Foi assassinado em Luziânia, no dia 20 de abril de 1932”. In José Mendonça Teles.(2000) *Dicionário do Escrito Goiano*, p. 38. Os livros de Americano do Brasil mencionados por Teles são: *Pela História de Goiás(1980) e Súmula de história de Goiás(1961)*.

⁵¹ In Dilermando Meireles (org) (1960) *Apologia de Brasília.*, p. 15.

Considerando apontamentos do capítulo anterior, é inevitável lembrar-se, com a leitura deste texto, das definições de Entorno e da idéia de um espaço formado pela irradiação de Brasília. Também algumas das preocupações mencionadas no capítulo anterior, presentes nos artigos de 1991 sobre a criação da Secretaria do Entorno reaparecem aqui - a preocupação de proteger este centro de anarquismos e desordem. Escritos publicados em 1991, que parecem conversar com as palavras de Evangelino Meireles, de 1922.

Voltando a marcos e momentos que falam da capital do Planalto antes de Brasília, a menção às Comissões que prepararam a mudança da capital são também fundamentais em vários dos textos, particularmente a Comissão Cruels. A *Comissão Exploradora do Planalto Central*, em 1892, chefiada por Louis Ferdinand Cruels, foi encarregada de explorar o Planalto Central e demarcar a área da futura capital⁵². De sua passagem pelo Planalto, vários dos livros trazem impressões e imagens. Não é raro, em vários dos textos que falam de personagens históricos dos municípios, menção a algum tipo de participação na Comissão, ou então a referência dos autores a um parente que tenha dela participado – outro modo de reforçar o vínculo com essa etapa que veio a tornar-se história de Brasília. Entre algumas das referências textuais, cita-se Olympio Jacintho (1979), em *Esboço Histórico de Formosa* [1931] que descreve a passagem da Comissão por Formosa. Aparece também em textos mais recentes, como o de Pompeu Christovam de Pina⁵³ sobre Pirenópolis, que sediou a Comissão em 1892; ou o de Mário Castro sobre Planaltina, antiga Mestre d’Armas. Nesse último, *A Realidade Pioneira*, Mário Castro (1986) comenta:

⁵² A Comissão Exploradora do Planalto Central foi criada no Governo Floriano Peixoto, com o objetivo de explorar o Planalto Central e demarcar a área da capital. Em agosto de 1892, um grupo de vinte pessoas chegou a Pirenópolis (GO) dando início aos trabalhos. Ver Couto (2001).

⁵³ Pompeu Christovam de Pina. “Pirenópolis – sua história, sua gente, seus costumes e tradições” in José Dilermando Meireles e Antonio Pimentel (org). (1996: 219-229).

“Planaltina compreendeu melhor os estudos realizados pela Comissão Cruls, de 1892, muitos anos mais tarde. Todo o empreendimento *do Governo, no sertão, era respeitado com espreita e dúvida, pois tinha alguma semelhança com a cobrança do quinto, do dízimo ou dos impostos. Construir uma cidade? Onde? Nas terras de quem? Críticas e avaliações corriam soltas nos comentários cotidianos da vida. Quem poderia entregar o torrão do sacrifício com uma indenização imposta? Desapropriação sem a consideração dos valores culturais e a acomodação harmônica, lenta e através dos anos, na formação do Povoado, de seus habitantes!?* Esses questionamentos tiveram respostas, na época da Comissão Cruls em Planaltina. Porém, somente, depois do lançamento da Pedra Fundamental, das Comissões do Djalma Poli Coelho e do Marechal José Pessoa, que o Povoado acordou para o que esteve acontecendo” (:148) (grifos meus)

No trecho, o projeto de mudança da capital remete a outras e as mesmas imagens. O sertão aparece com força, desconfiando do governo, antevendo cobrança e perguntando: quem entregará o torrão do sacrifício? De fato, os textos permitem que se percebam participações, temores e também diferentes posições dos municípios em relação à nova capital. Assim, em *Trama de Pensão*, de Antônio Pimentel, faz-se menção à reação que a Comissão Poli Coelho⁵⁴ teria causado na antiga Santa Luzia, hoje Luziânia: “*Uma notícia trazida pelo Didi, maleiro do Correio, de que o General Polhi tinha visitado Mestre d’Armas fez aumentar a crença da vinda da Capital, pois ele era homem de governo, tinha essa missão; mas, por outro lado, provocou ciúmes na população local, pois Santa Luzia era a melhor preparada para receber as autoridades da República. Nessa arenga de vizinhos...*” (: 59).

‘Arenga entre vizinhos’ ou sentimentos não tão nobres, como a vaidade e a inveja, são temas que pouco lugar encontram nos textos históricos e memorialistas. A ficção abre um terreno em que questões embaraçosas ou dolorosas possam ser ditas. Nela, por exemplo, encontram-se menções mais explícitas a uma dor física e social que Americano do Brasil (em *Trama de Pensão*, ‘Dr. Américo’) teve que enfrentar em sua vida: a lepra. Menção rara nos textos não-ficcionais. Ela também dá sua própria versão de um fato de embaraço para Luziânia, o fato de a cidade ter sido palco do assassinato

⁵⁴ Antonio Pimentel constrói uma narrativa que deixa questões em aberto, escrevendo em entrelinhas, cruzando tempos, personagens, lugares. Nesse caso, cruza dois acontecimentos que não coincidiram cronologicamente. Americano do Brasil morreu em 1932, e a Comissão Poli Coelho foi criada em 1946, pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra.

de Americano⁵⁵. Outro texto interessante nesse sentido, capaz de reforçar o contraste e as interações do texto ficcional e do memorialista é de Elias Antunes, *A Longa Estrada Sob o Sol* (1998). Trata-se de um texto, como o de Valadares, que não tem um município como referência⁵⁶. Sua narrativa aborda escravatura negra, febre de ouro, índios apedrejados, governador, palacianos e francesas, bobos de ruas. Misturando elementos e tempos, que também participam de textos da história e da memória, sua narrativa constrói uma perspectiva de quem está excluído de poderes constituídos ou deles quer fugir, instaurando outras ordens.

A ficção também permite encontros e criações inusitadas, como é o caso de *A Guerra de Juquinha e Outras Guerras*, de Manoel de Jesus Lima, que recebeu o Prêmio da Bolsa de Publicações Cora Coralina, em 1998, na categoria Prosa de Ficção. Várias das marcas que integram o repertórios dos livros analisados até aqui, também estão presentes nesse trabalho. Há referências sobre interior e capital, Minas, Goiás, Brasília, sertão e Rio de Janeiro, entre outras. O inusitado de seu texto aparece logo nas primeiras páginas, nos agradecimentos aos nomes que influenciaram seu trabalho: A Geraldinho Nogueira, ‘o grande cômico do Sertão’; à mãe Geralda, que o ‘iniciou na arte de contar causos’ e a John Hughes, ‘autor do filme *Esqueceram de Mim*’, cujo filme teria inspirado a temática do livro. Manoel de Jesus Lima oferece sua obra como homenagem a seu pai: “aos 80 anos de muita pobreza e uma infinita saudade do seu querido torrão natal. Ele não teve tempo de ser criança, nunca contou uma piada e jamais me deu um brinquedinho, mas me deixou um grande legado: o amor por Minas Gerais”. E então começa a saga de seu herói, Juquinha, um menino com qualidades de ventríloquo e que desempenha, desde os nove anos, o papel de palhaço na Folia de Santos Reis, “a grande

⁵⁵ Sobre Americano do Brasil, ver: José Dilermando Meireles. (1993). *A Morte Trágica de Americano do Brasil* e Dinair Andrade Silva. (1982). *Um Intelectual e a História: Antônio Americano do Brasil*.

⁵⁶ O autor é radicado em Brazlândia, antigo distrito de Luziânia que se tornou região administrativa do Distrito Federal. Sobre a transformação de distrito para cidade-satélite, há o trabalho de Adirson Vasconcelos, escritor de inúmeros livros sobre Brasília. Em *As Cidades-Satélites de Brasília* (1988), um dos capítulos é dedicado a Brazlândia, seguindo os tópicos: ‘Uma visão de Brazlândia’; ‘Os primeiros moradores’; ‘As famílias pioneiras’; ‘O nome Brazlândia’, ‘A expectativa de Brasília’, ‘O crescimento da cidade’, ‘Aspectos físicos’, ‘Organização Política’, ‘Estrutura Econômica’, ‘Condições de vida’, ‘A vida em Brazlândia’, ‘Brazlândia de hoje’.

festa da família sertaneja” (: 22). Na ocasião da Folia, quando a família parte para se reunir com outros parentes e iniciar o ‘giro’, o garoto é esquecido atrás da bananeira. Ao mesmo tempo, uma quadrilha de perigosos assaltantes do Rio de Janeiro, envolvidos com tráfico de drogas, foge pelo sertão, perseguidos pela polícia – um dos policiais envolvidos na captura dos bandidos, por sinal, é leitor de Guimarães Rosa.

Saindo da ficção e voltando às menções ao projeto de mudança da capital e a Brasília, alguns dos textos oferecem críticas à imagem de Brasília construída sobre o vazio, tão freqüente e comum no imaginário nacional. Uma das respostas correntes, particularmente nos textos sobre Luziânia, é a de que Brasília não surgiu do nada, mas que teve uma *pré-história* não reconhecida:

“(…) Por isso, podemos afirmar que a pré-história do Planalto e de Brasília está em Luziânia e em sua projeção nas comunidades vizinhas. *Espíritos superficiais e levianos acham que, quando Brasília se ergueu no Planalto, aqui era o vazio e o caos, obscurecendo desta arte mais de dois séculos de história no Planalto Goiano.* No entanto, esta história existe e podemos dizer que ela se desenvolveu em seu período heróico. Foram os lances do homem com a natureza agreste e bravia, cercado por toda a sorte de hostilidade e sem os recursos da ciência e da técnica (...) *Onde estão, pois, o vazio e o caos e a ausência de regras jurídicas de que falam os cronistas e comentadores apressados da Nova Capital?*” (Joaquim Gilberto, 1973: 73) (grifos meus).

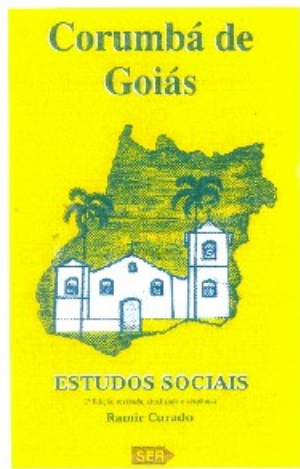
‘Pré-história’ que contesta o vazio e o caos imaginado, dizendo da abertura dos caminhos, construção de igrejas, crescimento do povoamento e criação de julgados. Ante o novo absoluto de Brasília são postos dois séculos de história do Planalto Goiano. Também de Planaltina se diz algo parecido:

“*A história de Planaltina, marcada pelo gesto cultural de sua gente, não é senão os antecedentes da história de Brasília.* Por aí passaram os mentores da interiorização e as expedições de estudo e localização da Capital. Desde os índios Quirixás, os bandeirantes ou mudancistas, sempre esteve presente a marca do pioneirismo nessa localidade. Uma história, mais de três séculos, de coragem e luta pela transformação dos cerrados planálticos” (Mário Castro, 1986: 15) (grifos meus)



José Carlos Gentil

Patrimônio
da Capela

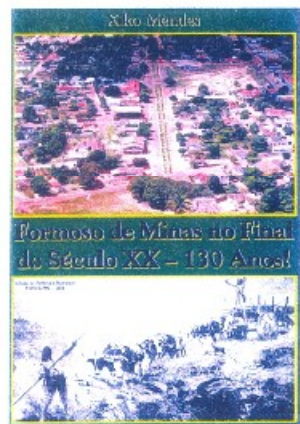


Corumbá de
Goiás

ESTUDOS SOCIAIS

Ramir Curado

SEB



Alceu Viçeras

Formoso de Minas no final
do Século XX - 130 Anos!



SAGA

Huny de ontem

Unai de hoje.

Maria Tereza Gonçalves



DE VOLTA AO SERTÃO

Alcino Ainos e o Regionalismo Brasileiro



Oliveira Mello

A construção e presença de Brasília, e o que esses eventos trazem e produzem, são percebidos nas narrativas como períodos de uma história que começa muito antes deles. Narrativas que sustentam não ser Brasília o marco zero, não ter sido construída sobre tabula rasa. Surgiu, sobretudo, como coroação de um momento, ou como outra fase, articulada a uma longa história, desde bandeirantes ou inconfidentes, entre tropeiros e ouro. Fundou outro momento, mas não pode anular os anteriores. Trata-se de um ponto crucial, que perpassa a maioria dos textos estudados, somando-se a outras imagens e ambigüidades a respeito da nova capital. Junto àquelas sobre progresso, novas oportunidades, movimento e interiorização do desenvolvimento que a cidade nova traz, existem outras associadas à perda de identidade, da memória, de folclore: Brasília também remete a destruições e perdas, e pode ser “como um pampeiro de devastações, [que] trouxe em seu bojo alguns germes predatórios”⁵⁷.

De fato, na maioria dos textos são raras as críticas diretas a Brasília. Em geral, quando aparecem, são rápidas menções, quase fugidias. Um dos poucos textos explicitamente críticos nesse sentido é *O Mito da Interiorização através de Brasília*, de Xiko Mendes (1995). Resultado de um estudo monográfico, etapa final de sua formação acadêmica em História, seu texto quer provocar “a rediscussão analítica sobre a função simbólica de Brasília como mito de uma interiorização não realizada” (:14), ou interiorização fracassada. Mendes recupera discursos – o histórico-justificador, o simbólico-integrador, o dualista-modernizante -, analisando o mito da interiorização por meio das imagens fornecidas por esses discursos. Seus últimos capítulos, utilizando os conceitos de mito e ideologia no sentido de mascaramento da realidade, desvendam o fracasso da interiorização, discutindo desigualdades econômicas e sociais que persistem no país, e revendo a política de regionalização no Brasil e o contexto da construção de Brasília. Concluindo, diz o texto:

⁵⁷Trechos da “Saudação ao novo acadêmico pelo Presidente Guimarães Lima”, in Lincoln Magalhães da Rocha (1985). *Luziânia, vanguarda e berço*, p. 17.

“A realidade é cruel e não perdoa o delírio romântico dos sonhadores. A idealização de Brasília como cidade racionalmente criada pelo avançado esforço técnico da civilização cristã ocidental não foi suficiente para transformá-la em canal de dispersão homogênea do desenvolvimento do Brasil” (: 97)

Vale a pena notar que, embora nesse texto Xiko Mendes (1995) trabalhe principalmente com discursos sobre a nação, estão presentes elementos valorizados pelos discursos locais e regionais vistos até aqui: a Comissão Cruls, a Pedra Fundamental, Americano do Brasil ou menções ao Noroeste de Minas e ao município de Formoso. A revisão crítica do mito da interiorização simbolizado por Brasília, e a constatação do fracasso desse projeto não tiram, todavia, a importância que o texto dá ao projeto de interiorização do desenvolvimento. A idéia e sua importância permanecem: o mito, sustentado por interesses particulares de elites, é que deve ser superado. O texto termina sugerindo um novo projeto de interiorização, com novos princípios e normas delineados em doze pontos.

Sacrifício e o Burity Perdido

Para finalizar esse caminho feito por palavras, que se enfatize, ainda, alguns olhares vindos de Luziânia (GO) e Paracatu (MG) sobre Brasília, lugares referenciais para o pensamento sobre o “Planalto” e o “Nordeste”. São perspectivas que reforçam a reivindicação da participação dos municípios na construção da capital e na efetivação de seu projeto, tanto por meio da idéia do *sacrifício* dos municípios, como por sua re-inserção simbólica no contexto da nova capital.

De Luziânia, antiga Santa Luzia, marca-se a lembrança de ter sido o município mais próximo à Brasília, e que mais cedeu terras para a formação do Distrito Federal. Representada como hospedeira e anfitriã, Luziânia também sediou a *Comissão de Cooperação para Mudança da Capital*, criada pelo governo de Goiás “destinada a facilitar a fundação, no Planalto Central do Brasil, da Cidade de Brasília”⁵⁸. Sua missão

⁵⁸ A Comissão é abordada por José Dilermando Meireles em dois textos de caráter diferenciado. O trecho citado está em “Comissão de Cooperação para Mudança de Capital – O Histórico e o Pitoresco”, que narra os fatos de um ponto de vista mais pessoal, trazendo acontecimentos do cotidiano dos trabalhos, in José Dilermando Meireles (1978). *Deste Planalto Central*, pp.1-15. Outro texto, apresenta um estudo

seria a de fazer o estudo jurídico da situação fundiária das terras destinadas à ‘nova Unidade Federativa’, bem como cuidar da aquisição de terras. Para colaborar com essa Comissão, a prefeitura de Luziânia criou também uma Comissão Municipal. Dilermando Meireles (1973), no texto organizado para homenagear Evangelino Meireles, fala sobre o tema:

(...) Luziânia do presente, hospedeira da nova civilização trazida para o interior brasileiro com a transferência da Capital Federal (...)

Daí por que bem merece integrar-se à nova comunidade de Brasília, com ela fundir-se, emprestar-lhe as raízes bicentenárias do seu passado heróico e dela receber o impulso e a dinamização necessária à total renovação de sua sociedade, de sua cultura e de sua economia” (Dilermando Meireles, 1973: 06).

Em tais fragmentos relativos a Brasília, são fortes as imagens temporais - presente que recebe a nova civilização, que empresta o passado ao futuro. Conjugando-se a elas, está o espaço e a concretude do lugar, terra. Luziânia não só emprestou o tempo, mas também entregou suas terras à capital. Seus habitantes, cientes de participarem de um dever patriótico, são orientados pela *Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital da República*, encarregada de cuidar da desapropriação de terras e defender o erário, sem ‘*abstrair dos interesses dos humildes habitantes do Planalto*’ (José Dilermando Meireles, 1978: 12).

“(...) Neste ponto teve marcante atuação o município de Luziânia. Os proprietários de terrenos deste município, enquadrados no Novo Distrito Federal, demonstrando elevado espírito de compreensão pelo grande evento de Brasília, não criaram o menor obstáculo para entregar suas terras ao Governo. *Luziânia, pois, sangrou-se, na própria carne*, para cooperar na chamada – maior obra do século” (Joaquim Gilberto, 1960: 46) (grifos meus)

jurídico “O problema fundiário no Distrito Federal. Enfoque histórico e jurídico”, in José Dilermando Meireles (1982). Também traz informações a esse respeito, Adirson Vasconcelos (1988). *As cidades satélites de Brasília* (:265). Ao discutir sobre as expectativas em torno de Brasília, menciona a ‘Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital do Brasil’, e o trabalho no sentido de se realizarem ‘desapropriações amigáveis’.

Sangrar-se na própria carne para que Brasília pudesse nascer. Imagem que remete ao sacrifício, idéia construída em outros textos, sobre outros municípios. Sacrifício do município ou do pobre sertanejo⁵⁹, que entregam o que têm para que a capital possa ser erguida, e possa cuidar do desenvolvimento nacional e de sua interiorização.

De Paracatu, além de outras imagens mencionadas ao longo da leitura, há as trilhas que falam de buritis. A palmeira nomeia um poema escrito por Afonso Arinos de Mello Franco, filho de Paracatu, imortal da Academia Brasileira de Letras, e considerado o fundador do regionalismo brasileiro⁶⁰. Seu poema, *Burity Perdido* é citado em vários dos textos estudados, tanto como símbolo da terra natal, ilustração de seu ‘localismo autêntico’, quanto como antevisão da nova Capital⁶¹:

‘Velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista, que de majestade e tristura não exprimes, venerável eponimo dos campos! (...)

Talvez passassem junto de ti, há dois séculos, as primeiras bandeiras invasoras; o guerreiro tupi, escravo dos de Piratininga, parou estático diante da velha palmeira e lembrou os tempos de sua independência, quando as tribos nômades vagavam livres por essa terra (...)

⁵⁹ “Comissão de Cooperação para Mudança de Capital – O Histórico e o Pitoresco” in *Deste Planalto Central* (1978: 12).

⁶⁰ A Academia de Letras do Noroeste de Minas fornece os seguintes dados de sua biografia: “Afonso Arinos de Mello Franco. Filho de Virgílio de Mello Franco e de Ana Leopoldina Pinto da Fonseca. Nasceu em Paracatu em 01/05/1868 e faleceu em Barcelona no dia 19/02/1916. Formação. Direito – São Paulo. Atividades Profissionais: Especialista em Direito Penal, professor, pesquisador científico e literário. Lente em História e Direito Penal, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de diversos Institutos Científicos e Literários. Atividades Intelectuais, científicas e literárias: Membro da ABL, contista, romancista, conferencista, advogado, jornalista, professor. Introdutor do regionalismo na Literatura Brasileira e considerado modernista. Produção Cultural – Principais Obras : Contos, novelas, romances: "Pelo sertão, Notas do Dia, O Rei Jugundo, Os Jagunços, O Contratador de Diamantes, A Unidade da Pátria, Lendas e Tradições Brasileiras, Histórias e Paisagens, O Mestre de Campos, Ouro...Ouro." Introdutor do regionalismo naturalista e um dos mais universais escritores brasileiros com marcante tendência clássica. Os seus contos antológicos são: O Assombramento, Pedro Barqueiro, Joaquim Mironga e a linda página literária – O Buriti Perdido, do livro Pelo Sertão. Apesar de regionalista, é um dos mais universais escritores brasileiros da Escola Clássica.”. Disponível em: <http://www.ada.com.br/academia/calendario.htm>

⁶¹ Um estudo referencial sobre Afonso Arinos é o de Oliveira Mello (1994). *De Volta ao Sertão – Afonso Arinos e o Regionalismo Brasileiro*. Outra referência interessante, ainda que breve, sobre o poema é de Joaquim Gilberto, em que se recorda de seu tempo como aluno do curso secundário em Luziânia, colégio fundado por Evangelino Meireles. Em uma visita ao colégio que fundara, Evangelino recitou Burity Perdido aos alunos. Joaquim Gilberto recorda a visita, e ‘a imagem apostolar que dele nos ficou’. In Joaquim Gilberto (1973). “Evangelino Meireles no Tempo e no Espaço”. p. 40.

Se algum dia a civilização ganhar essas paragens longínquas, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho buriti perdido. (...)

Então, talvez uma alma amante das lendas primevas, uma alma que tenhas movido ao amor e à poesia, não permitindo a tua destruição, fará com que figures em larga praça, como um monumento às gerações extintas, uma página sempre aberta de um poema que não foi escrito, mas que refere na mente de cada um dos filhos desta terra'.⁶²

Além das menções acima, trechos do poema “Buriti Perdido”, de Afonso Arinos são reproduzidos em vários textos, como no livro de Oscar Durães (1996), *Raízes e Culturas de Buritis no Sertão Urucuiano*, ou no de Xiko Mendes (2002), *Formoso de Minas no Final do Século XX – 130 anos!*. O poema sintetiza, de fato, muitas das imagens encontradas ao longo da leitura dos textos pesquisados: paisagens, cenas da ocupação do território, personagens, além da menção a uma grande cidade que talvez se levante se, algum dia, ‘a civilização ganhar essas paragens’.

Para concluir esse capítulo, recuperei uma imagem que transporta o poema para um tempo mais próximo, oferecida por uma autora de Paracatu, Terezinha de Jesus Neiva, em *Divagando* (1995). Seu livro reúne textos intimistas, sobretudo crônicas e cenas do cotidiano. Uma delas chama-se “Buriti Perdido”, escrita em 1995. Porém, avisa a autora, não se trata daquele famoso de Afonso Arinos, e sim do que tem trinta e cinco anos, e é único de sua espécie no lugar onde habita. Segundo ela, nasceu da inspiração de Burle Max, paisagista da nova capital, também homenageado em sua crônica, que amorosamente diz “*Meu Lindo Buriti Perdido da Praça do Buriti*” (: 20). Em uma nota, a autora lembra também o nome de quem levou a muda do Buriti, sr. Valdemir Miranda, contratado por Israel Pinheiro para arborizar Brasília.

A árvore nomeia uma praça em Brasília, a Praça do Buriti, onde se localiza a sede do Governo do Distrito Federal. Essa imagem oferecida por Terezinha de Jesus Neiva, reconta o buriti perdido, diz de sua atualização concreta no espaço de Brasília, na praça defronte a sede do governo do Distrito Federal. Reforçando as sínteses, seu

⁶² Essa ‘edição’ do poema de Arinos combinou a leitura dos dois textos acima citados, de Joaquim Gilberto (1973) e Oliveira Mello (1994).

livro tem como capa a foto do Buriti da Praça do Buriti - DF, e na contra-capas, a foto da vista aérea de Paracatu – MG. As imagens de Buriti Perdido - *testemunha da conquista, poeta dos desertos, cantor da natureza dos sertões* – reinscrevem-se na Capital, lembrando tempos e textos em que a capital era ainda uma idéia.

* * *

Municípios, famílias, ilustres, tipos de ruas, rios, sertão, ouro, capital, planalto, noroeste, sacrifícios e buritis: algumas das referências do percurso entre textos. O objetivo deste capítulo foi o de vislumbrar representações do espaço e das relações entre Brasília e municípios mineiros e goianos que testemunharam sua construção.

A mudança no lugar de enunciação, aqui referido ao *município*, permitiu mostrar que *entre* dizer Entorno e dizer Planalto ou Noroeste de Minas, há *lugares* muito diferentes. Se do ponto de vista topológico esses espaços podem coincidir, do ponto de vista narrativo e simbólico são espaços sobrepostos e entrecruzados, mas não idênticos.

Vale também reforçar que, em relação a identidades coletivas, não é com o nome *Entorno* que os autores constroem discursos identitários. Eles surgem, antes de tudo, na representação do município, como localidade que articula diferentes grupos sociais e práticas a um passado, nos relatos da apropriação e da construção de um território. A metáfora do parentesco parte daí e estende-se à relação entre outros lugares, que são também outras unidades federativas, como nas imagens em que Minas e Goiás são irmãos, Paracatu é a cidade-matriarca do Noroeste de Minas, ou Brasília é filha de Luziânia⁶³.

Antes de aprofundar a reflexão sobre tais espaços que se sobrepõem, outra perspectiva é introduzida: a do espaço social. Quem são os autores? De onde escrevem? De que modo os livros, como objetos, são publicados e por quem são lidos? Estas são algumas das questões a serem respondidas pelo próximo capítulo.

⁶³ Por exemplo, em José Dilermando Meireles, (1960: 27); Coraci Neiva Batista in Xiko Mendes (2002), e Márcio Contrim (1996: 20), respectivamente.

Capítulo IV

ESPAÇOS E LETRAS Redes, Casas e Memória

Este capítulo oferece uma visão sobre o contexto social das obras e de sua produção, em um espaço formado em rede. Procura-se entender os escritores como atores sociais, oferecendo elementos para a percepção da ordem dos livros, na articulação com outros atores sociais e práticas implicados na produção dos textos. São apresentadas as Academias de Letras, sua composição, além da construção da relação literária entre seus membros. O olhar sobre antigas casas, sedes de algumas das Academias, traz a ligação entre representações sobre casas, municípios e instituição, tanto quanto o exercício da memória social. São também analisadas algumas de suas cerimônias (sessões acadêmicas e lançamentos de livros), que comunicam ritualmente a importância dada ao passado, à construção da memória social e à perpetuação de seus vultos. Nesse sentido, considera-se ainda a articulação das Academias com outras instituições, como os Institutos Histórico-Geográficos. Finalmente, tenta-se refletir sobre o papel dos escritores como narradores e o caráter da circunstância em que eles são, ao mesmo tempo, autores e atores das narrativas.

Rede de Autores, Redes de Livros

Além de espaços representados nos textos, ligados à produção de sentido, há outros espaços enredados pelos *livros* como objetos, ligados à dimensão da prática e da experiência. Os livros também oferecem portas para mundos de pessoas, trocas, cotidianos. A percepção sobre espaços de experiência é sugerida ainda no nível da

intertextualidade⁶⁴. Ou seja, pelas relações expressas entre textos, suas comunicações, diálogos, citações – dimensão que o capítulo anterior buscou também explorar. Assim, do primeiro livro que conheci, *São Francisco nos Caminhos da História*, foi se abrindo o caminho para outros livros. Melhor dizendo, fui reconhecendo o vínculo entre eles, junto à existência de um campo discursivo. Trabalhos como os de Maria Torres (Unaí) e de Oscar Reis Durães (Buritis) disseram sobre os de Olympio Gonzaga, Oliveira Mello ou Olympio Jacinto, que por sua vez escreveram sobre Paracatu e Formosa.

Entre municípios e escritores, delinear-se espaços formados pela circulação de textos e livros. O modo como conheci e adquiri vários livros participa também desse espaço de circulação. Como mencionado, parte da pesquisa envolveu visitas aos municípios selecionados, com a intenção, em geral, de contatar e entrevistar escritores, conhecer algo de seus contextos de vida e escrita. Nessa busca, levava interesse por suas obras, dados e motivações da pesquisa que realizava. E de cada encontro trazia, além dos diálogos e das informações levantadas, novos exemplares de livros, geralmente oferecidos como presentes. Situação similar ocorreu em 2002, após o contato por cartas com escritores ligados às Academias de Letras, quando recebi vários livros enviados como retorno da comunicação. Situações de pesquisa que apontaram tanto a intertextualidade - comunicação entre textos - quanto uma circulação feita de livros, como objetos que transitam e marcam, de outro modo, essa comunicação.

Assim, os textos informaram sobre dimensões que extrapolam a produção de sentido. Eles constatarem o que Chartier (1998) chama de “a ordem dos livros”, referindo-se também à dimensão da produção do livro como resultado da associação entre objeto, texto e autor, além de outros atores possíveis. Entre eles, há atores preocupados em controlar a produção de sentido: não somente o autor, mas o livreiro, o editor, o censor, o revisor. Há também o leitor e suas possibilidades de subversão do sentido

⁶⁴ “Intertextualidade envia tanto a uma propriedade constitutiva de todo o texto, como ao conjunto de relações explícitas ou implícitas que um texto mantém com outros textos”, in Maingueneau, Dominique (1998: 87).

estabelecido, de interpretações e expedições às “entrelinhas”, a leitura considerada em sua força de efetuação, isto é, “como práticas concretas e como procedimentos de interpretação”(12). O contraponto entre esses atores mostraria a “dialética da imposição e apropriação” ligada à ordem dos livros. Suportes de uma representação da realidade, abertos à interpretação, eles são também formas materiais, envolvidas em processos de produção, comunicação e recepção.

Geralmente editados com recursos do próprio autor ou com o auxílio da prefeitura, vários dos livros estudados são obras produzidas e consumidas não para e pelo grande Brasil, mas para leitores locais, para o ‘nós’ construído em histórias e memórias compartilhadas. Do ponto de vista das condições de produção das obras, os textos geralmente mencionam dificuldades relacionadas à publicação dos livros, bem como a importância do apoio local para a efetivação dos projetos. A publicação de muitos deles é custeada pelos próprios autores, com o apoio financeiro que recebem de membros da família, de amigos, de personalidades e instituições do município.

Por exemplo, veja-se a lista de apoio em dois livros ligados a Paracatu. Em *Aboios* (1998), poesias de Tarzã Leão de Souza⁶⁵, a página onde aparece a ficha técnica do livro traz a lista dos patrocinadores: Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM, Canopos Informática, A Jovem Lar, Jueli Cardoso Jordão e o Cartório de Protestos de Paracatu. Também Marcos Spagnuolo Souza⁶⁶, em *Vidas Vividas em Paracatu* (1999), indica aspectos importantes dessa questão. Seu livro é resultado de pesquisa em história oral, apresentando diversos depoimentos de antigos moradores de Paracatu, da área

⁶⁵ O livro *Aboios* (1998) oferece uma breve biografia do autor: “nasceu em 1965, na cidade de Ipueira-RN. No ano de 86 deixou o Grande Estado do Sertão e, em terras mineiras, fez-se frade dominicano, largando o hábito seis anos depois. Membro da Academia de Letras do Noroeste de Minas, dublê de músico e radialista, atualmente é assessor da Prefeitura de Paracatu – MG e professor substituto de Antropologia Cultural, Introdução ao Pensamento Filosófico e Cultura Brasileira na Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM”. Em 2002, era Diretor da Casa de Cultura de Paracatu.

⁶⁶ O autor tem formação em Administração de Empresas e História; é pós-graduado em Filosofia e História do Brasil e Mestrando em História na Universidade Federal de Goiânia. É professor de Filosofia e Filosofia da Educação na Faculdade Noroeste de Minas (Paracatu). Tem colunas regulares em jornais de Paracatu (*Opinião*, *O Movimento* e *Jornal de Paracatu*), um programa na rádio local, e a empresa *Instituto de Pesquisa do Noroeste Mineiro LTDA*, “cujo objetivo fundamental é o desenvolvimento da pesquisa histórica na região”. Informações disponíveis em <http://www.ada.com.br/vedas/autor.htm>

urbana e rural. O autor pouco interfere nos depoimentos, colocando-se mais abertamente na apresentação do livro, onde contextualiza a pesquisa e descreve o caráter geral da obra, um repertório de narrativas de memória. Em relação ao apoio local para a publicação, lista em seu livro vários patrocinadores, com prefácios assinados por alguns deles: Caixa Econômica Federal; Movimento de Paracatu, assinado por Núbia André; Faculdade Noroeste de Minas, assinado por Virgílio Eustáquio da Silva; Cooperativa Agro-pecuária do Vale do Paracatu Ltda, Posto Cruzeiro Ltda e Indústria de Café Paracatu Ltda.

Por outro lado, a participação dos escritores nos municípios implica também os laços, papéis e interações que desejam manter ou estabelecer para si e para outros, ou que sejam eventualmente colocados em risco em virtude do que escrevem. Os dois autores acima citados são também exemplos dos riscos ligados à reação causada por alguns de seus textos.

O caso de Marcos Spagnoulo Souza, natural de Belo Horizonte e radicado em Paracatu, envolveu o município de Arinos (também no Noroeste de Minas), e membros de uma das famílias locais. Guardando o mesmo caráter do livro sobre Paracatu, Spagnoulo oferece em *Vidas Vividas em Arinos* (2000) uma coleção de depoimentos de antigos moradores de Arinos sobre a vida no município, mantendo no texto as características da oralidade. Em um dos depoimentos, o narrador em questão comenta sobre o “atraso da região” (referindo-se ao atraso na chegada das linhas telefônicas e do asfalto) e alega o interesse de alguns chefes políticos em mantê-lo, nomeando um deles, antigo prefeito. Embora o trecho não seja de autoria de Spagnoulo, e sim de um dos depoentes, foi o escritor quem recebeu a crítica da família do ex-prefeito. Em matéria extensa publicada na *Folha Noroeste* (10 de maio de 2001), assinada pela “família de Chico Valladares”, comenta-se a biografia do mesmo e listam-se as obras realizadas em sua gestão: “Fazendo justiça a Francisco Fernandes Valladares (Chico Valladares) – A história fala por si própria”. Ao final do trabalho, a crítica da família é focada em Spagnoulo, coordenador do projeto do livro, desqualificando seu trabalho como

pesquisa e atribuindo-lhe interesse político. O fato de as palavras não serem dele pouco importou na crítica; o problema estaria no fato de seu livro tê-las publicado e reproduzido.

A escrita de Tarzã Leão de Souza também provocou reações inflamadas. Natural do Rio Grande do Norte, radicado em Paracatu, o autor publicava crônicas quinzenais no jornal *O Movimento*. Seus escritos giravam sempre em torno do personagem *Biròzim*, um menino do sertão e suas aventuras. Na décima primeira crônica, “Enxerimentos de Biròzin”⁶⁷, o tema versou sobre a iniciação sexual do personagem, entre porcas, cabritas e a jumenta Paraíba. A reação ao texto ocorreu como denúncia sobre a pretensa imoralidade da crônica, na rádio local, feita por um radialista e o bispo, além de uma moção de repúdio assinada por um vereador, criticando igualmente o jornal por permitir o artigo. A Academia de Letras do Noroeste de Minas, instituição na qual o autor é acadêmico, escusou-se do caso. Publicando nota de esclarecimento ao público, assinada por sua diretoria, ressaltou a responsabilidade do autor sobre o texto e sua liberdade de expressão, não refletindo a opinião da direção. Houve reações de apoio ao autor em carta coletiva que contextualizava a crônica, comparando a intolerância expressa à ação do Aiatolá Komeini contra Salman Rushdie. Também o editor do jornal *O Movimento* defendeu a crônica de *Biròzim*, desqualificando o escândalo ao lembrar que se tratava de uma página literária – escândalo seria o fato “de não estarmos acostumados a depararmos-nos com páginas literárias nos jornais”⁶⁸. Na ocasião, o autor ouviu um comentário curioso de um conhecido: o problema teria sido ele publicar o caso de *Biròzim* no jornal, que a cidade inteira lê. Em livro não haveria problema nenhum, porque seriam poucos os leitores...⁶⁹

⁶⁷ Jornal *O Movimento*, Paracatu – MG, 21 a 31 de maio de 2000.

⁶⁸ “Carta do Editor”, Jornal *O Movimento*, Paracatu – MG, 1º a 15 de junho de 2000.

⁶⁹ Em depoimento à pesquisadora (2002)

Ambos os escritores, cujos livros explicitam o apoio local para a publicação, também trazem situações emblemáticas sobre a força da palavra escrita, como as reações que suscitou no contexto estudado. Em uma delas, o trecho de um livro promove a reação por escrito no jornal regional; na outra, o texto do jornal aciona a crítica em diferentes meios, e o conselho: da próxima vez, escreva em livro. Um detalhe peculiar é o fato de os autores não serem nascidos nos municípios envolvidos: Spagnoulo, que escreveu sobre Arinos, é natural de Belo Horizonte e reside em Paracatu; Tarzã Leão de Souza é natural do Rio Grande do Norte, e reside em Paracatu, sede do jornal que publicou as crônicas. Dados que também compõem para o entendimento dessas reações.

Em síntese, a existência, a possibilidade dos livros e a circulação de seus textos são, em grande medida, garantidas pela rede que articula diferentes atores envolvidos pela ordem dos livros, como sugerem os casos citados acima. Participando desse quadro, é importante considerar o papel das instituições literárias, particularmente as Academias de Letras.

Foi no lançamento do livro *Tramas de Pensão* (2001), de Antonio Pimentel, evento realizado em Brasília, que soube da existência das *Academias de Letras e Artes do Planalto* e da *Academia de Letras do Noroeste de Minas*. Por meio delas, de seus encontros e cerimônias, a idéia da rede tornou-se mais forte. Rede de escritores, livros e informação, não está muito distante da definição de rede geográfica:

“Por rede geográfica entendemos 'um conjunto de localizações geográficas interconectadas' entre si 'por um certo número de ligações'. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas a elas associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma grande empresa, seu centro de pesquisa e desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda. Pode ser ainda constituído pelas agências de um banco e o fluxo de informações que circulam entre elas, pela sede da Igreja Católica, as dioceses e paróquias, ou ainda pela rede ferroviária de uma dada região. Há, em realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre" (Corrêa, 1997: 105).

No caso dos escritores, das obras, dos contextos de produção e das instituições literárias, também há localizações geográficas que, se nem sempre “interconectadas” no sentido contemporâneo e tecnológico do termo, estão, todavia, em comunicação, articulando relações e trocando informação – cujos fluxos são um dos componentes básicos da idéia de rede de Corrêa (1997). A seguir serão explorados com mais detalhes alguns dos aspectos dessa rede.

Academias de Letras e a relação literária

Há várias instituições ligadas à produção literária e artística dos municípios. A pesquisa centrou-se particularmente na Academia de Letras e Artes do Planalto (ALAP), em Luziânia, e na Academia de Letras e Artes do Noroeste de Minas (ALNM), em Paracatu. Também foram levantados dados sobre a Academia Planaltinense de Letras (APL), em Planaltina, e a Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música (APLAM), em Pirenópolis. Outras instituições locais relevantes, articuladas a essas Academias, são as Casas de Cultura, como a Casa de Cultura de Paracatu ou a Casa do Poeta, em Formosa.

É difícil referir-se às Academias de Luziânia (ALAP) e Paracatu (ALNM) sem projetar a imagem dos casarões antigos que as sediam. Suas grossas paredes dizem, junto a outros signos, da ligação dessas instituições com o passado – como valor, exercício da memória e construção da história.

Próxima à Igreja Matriz, a sede da *Academia de Letras e Artes do Planalto* foi cedida por seu proprietário, um dos principais idealizadores da Academia, fundada em 1976. Em homenagem póstuma, seu nome figura na fachada da casa branca com barrados azuis: “Centro Cultural José Dilermando Meireles”. Tendo atuado como advogado e escritor, Dilermando Meireles é apresentado, em textos e na fala de entrevistados, não só como idealizador, mas como grande articulador para a efetivação do projeto da Academia. No depoimento de seu ex-presidente, atualmente diretor cultural, Antonio Pimentel⁷⁰, a idéia da criação de uma academia teria surgido de um movimento precedente, em torno do cinquentenário de falecimento de Evangelino Meireles, um dos autodidatas de Luziânia, citado no capítulo anterior. Como parte das celebrações, foram realizadas várias palestras nas escolas do município, publicadas posteriormente na coletânea *Evangelino Meireles – Vida e Obra*, organizada por Meireles (1973). Segundo Pimentel, em razão desse movimento, Dilermando teria iniciado os primeiros contatos com intelectuais de Luziânia como Gelmires Reis, Joaquim Gilberto, Benedito Mello, quando começaram a amadurecer o projeto, sendo concretizada efetivamente em 1976.

Com a finalidade de produzir, levantar e conservar “o patrimônio cultural e artístico, da Língua, da Literatura, das Artes e das Tradições no Planalto Central do Brasil”, a Academia é composta por trinta membros efetivos, além de sócios honorários e membros correspondentes⁷¹. Seu quadro de patronos é também um reencontro com o campo discursivo. Nele figuram personalidades remetidas ao antigo julgado de Santa Luzia/ Luziânia (como Antonio Bueno de Azevedo, o bandeirante fundador e Evangelino Meireles); ao Estado de Goiás (como Americano do Brasil e Joaquim Câmara Filho); à construção de Brasília (Juscelino Kubitschek, Bernardo Sayão e Luis Cruls); e um viajante como Saint-Hilaire, que legou o registro de sua passagem por Luziânia em 1819. Um dos salões da casa-sede é decorado com retratos dos patronos.

⁷⁰ Entrevista realizada em 10/04/2002

⁷¹ Estatuto da Academia de Letras e Artes do Planalto

O Estatuto da Academia define que 60% de seus membros devam ter domicílio em Luziânia. Passados vinte anos de sua fundação, atualmente a maioria dos membros reside em Brasília. Todavia, acadêmicos que participam ativamente das atividades regulares da instituição, e de sua promoção, são também os que têm um vínculo mais direto com o município, sendo nele nascidos, mantendo relações de parentesco com seus habitantes, ou tendo nele residido. De fato, há laços de parentesco entre alguns dos acadêmicos, e dois deles – o já falecido Dilermando Meireles e Antonio Pimentel, primos -, viveram suas infâncias na casa sede da Academia. O último, vale lembrar, é bisneto de uma das principais referências literárias em questão, Joseph de Mello Álvares.

Em Paracatu, a *Academia de Letras do Noroeste de Minas* teve fundação mais recente, em julho de 1996. A instalação oficial, com posse dos acadêmicos, ocorreu em 1997. O conjunto de seus patronos reúne personalidades ligadas à história local e regional, entre eles, alguns nomes já mencionados como Brasiliano Braz e Olimpio Gonzaga, ou Maria Conceição Adjuto Botelho (Dondona), filósofa autodidata⁷² e mãe de família, nascida em Paracatu (1892), homenageada no nome da atual Casa de Cultura de Paracatu. Há também nomes de paracatuenses que tiveram projeção nacional, como Afonso Arinos ou Afonso Arinos de Mello Franco. Outras personalidades literárias, presentes no quadro dos patronos, mesclam escritores de literaturas poéticas e em prosa: Cora Coralina e Cecília Meireles, Bernardo Élis, Darci Ribeiro, Guimarães Rosa, Mário Palmério, Rubem Braga e Monteiro Lobato, entre outros.

Em relação ao corpo de acadêmicos, considerando as duas Academias acima citadas, o universo é predominantemente masculino. Conforme dados coletados em 2002, 75% do grupo é do sexo masculino. A Academia em Paracatu tem maior

⁷² Além de artigos, publicou dois livros: *Amenizemos a vida* (1934) e *Reforma da Filosofia* (1961). Alguns de seus textos foram reunidos e reeditados recentemente: Maria Conceição Adjuto Botelho. *Dondona. Amenizemos a Vida e outros textos*. Brasília: Sapiens Editora, 1997. Além dos textos mencionados acima, consta também dessa edição “De Kant a Ortega y Gasset” e “Minha dor é silenciosa e muda”.

participação feminina (33, 33%) do que a de Luziânia (16,66%). Quanto à faixa etária predominante, um número significativo de membros tem acima de 50 anos. Do ponto de vista do perfil profissional, embora haja certa diversidade, são duas as categorias mais recorrentes: professores/educadores, e advogados. Na Academia em Luziânia, o perfil do grupo é mais jurídico; já na de Paracatu, participam em maior número os acadêmicos ligados à educação e à docência. Em menor número, há a presença de médicos e jornalistas. Em relação à residência, há também uma diferença interessante entre as instituições: o local de residência que concentra mais acadêmicos de Luziânia, é Brasília; enquanto a residência dos acadêmicos de Paracatu é mais dispersa, incluindo além de Brasília e Paracatu, outras localidades como Unaí, Vazante e Anápolis, Patos de Minas e Planaltina, por exemplo

Tanto essas academias, como as outras mencionadas abrigam escritores reconhecidos e donos de produção regular como José Mendonça Teles, Oliveira Mello, Paulo Bertram, entre outros. Entretanto, ser acadêmico não significa necessariamente ser escritor ou ter trabalhos publicados. Acerca desse assunto, há dois pontos que merecem comentários.

Primeiro, o fato de algumas instituições, como as de Luziânia e de Pirenópolis, constituírem-se também como academias de artes e música. Na primeira, ilustrando esse ponto, um dos acadêmicos empresta seu nome para a Galeria de Artes no Centro Cultural, integrada à Academia de Letras: Galeria D.J.Oliveira que, além de exibir telas do pintor, promove diferentes exposições ao longo do ano. Com ateliê em Luziânia, D.J. Oliveira⁷³, paulista de Bragança Paulista e residente há décadas em Goiás, mestre de

⁷³ Sobre D.J. Oliveira, ver *Enciclopédia de Artes Visuais. Itaú Cultural* http://www.itaucultural.org.br/ApplyExternas/Enciclopedia/artesvisuais/index.cfm?fuseaction=Detalhe&C D_Verbete=2887. No verbete a seu respeito, há a seguinte descrição de sua obra: “D. J. Oliveira se deseja apenas e fundamentalmente um pintor. Mais: um pintor vinculado à figura, da qual nunca se afastou sequer um passo. (...) Sua proposta permanece no plano dramático. Fala, com uma linguagem de fundamentos expressionistas, das contingências atuais do ser humano: a perplexidade, o medo, a solidão, a inutilidade de certos esforços para a solução de seus problemas. E seu expressionismo vem mesclado de uma surda e contínua ironia, através da qual o pintor denuncia um mundo inclemente e insolúvel. (...) Sem ser um intelectual, possui ampla vivência visual, trazida de sua viagem à Europa, bem como sólidas noções de teoria. Seu processo de criação tem duas etapas, a primeira, instintiva, que se ocupa do tema; a segunda, racional, que o elabora em termos de composição. Nas obras mais recentes, a racionalidade se

Siron Franco, é também um dos membros assíduos da Academia e de seus sábados, dia de movimento e de encontros mais informais. Também é o caso da *Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música*, que “tem por finalidade a cultura das letras, artes e músicas nacionais”⁷⁴. Entre seus membros efetivos, há pintores e músicos, como um acadêmico ingresso em 2002, Mley do Nascimento, pirenopolino, músico clarinetista, “poeta e declamador”, cuja eleição como acadêmico aos 17 anos é saudada como caso inédito, entre as Academias, pela revista da Academia, a *Meya Ponte*. Enfim, filiações se dão não só pela literatura; as artes são também razão formal da ligação entre acadêmicos e instituição.

Outro ponto relativo ao perfil dos membros das Academias refere-se à ligação dos acadêmicos com as letras, mas por vias diferentes à própria literatura. Como nota El Far (2000: 127), a *relação literária* na Academia Brasileira de Letras “devido à heterogeneidade das pessoas, muitas vezes [é] construída pela cidade de nascimento, pelos cargos em comum em secretarias ou ministérios, e até mesmo pelos amigos e rodas freqüentadas” (p.127). El Far reflete em seu trabalho sobre a dimensão da Academia Brasileira que transcende à geração do momento e que, em 1940, significava a idéia da Casa de Machado de Assis ou Casa de Joaquim Nabuco⁷⁵. Do ponto de vista ritual, a cerimônia que garante essa relação, reafirmando a linhagem dos membros, a

acentua, numa certa tendência à construção mais geometrizada e rígida do espaço. Nada disso altera, contudo, a natureza fundamental da proposta de Oliveira. Para ele, a obra de arte é o produto da emoção. E a ela se dirige, inevitavelmente, sem subterfúgios, sem saltos no escuro, sem o temor de ser apenas (mas sólida) pintura. (Olívio Tavares de Araújo)”

⁷⁴ A Academia Pirenopolina de Letras, Artes e Música (APLAM) foi fundada em 1994, sendo um de seus fundadores Arnaldo Setti, paranaense radicado em Brasília. A instituição tem como uma de suas principais ações a edição da Revista *Meya Ponte*, publicação quadrimestral que, em 2002, encontrava-se no seu 15º número. Um aspecto peculiar dessa Academia, em relação às outras citadas, é o fato de reunir entre seus membros, além de nomes ligados ao contexto local e regional, acadêmicos correspondentes de outras nacionalidades, residentes fora do Brasil. É o caso, por exemplo, de Pino Giacomelli, italiano; Oliver Friggieri, maltês ou Perfecto Cuadrado, espanhol.

⁷⁵ A Academia Brasileira de Letras foi fundada em 1897, tendo com modelo a *Académie Française*, criada em 1635 por Richelieu. As principais diretrizes da instituição foram formuladas por Lúcio de Mendonça, Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Em a “A Presença dos Ausentes: A tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários”, El Far (2000) centra seu trabalho nas primeiras décadas de formação da instituição. A esse respeito, ver também El Far (2000a).

ligação do novo acadêmico e seu patrono, passado com o presente, é a cerimônia de posse.

El Far aponta o momento da cerimônia de posse como o ápice de um processo de evocação de tempos pretéritos, e de consolidação da memória institucional. O estatuto da imortalidade, com a perpetuação dos “vultos literários”, é efetivado na aquisição de bustos, retratos e objetos pessoais dos patronos; na escrita de estudos biográficos dos patronos e sócios já falecidos; na composição de galeria de retratos de seus membros e, cerimonialmente, nas diferentes sessões, entre elas, a de posse.

Também no caso das Academias aqui estudadas, a ‘relação literária’ pode ser estabelecida por meio das relações familiares, pessoais e profissionais, e efetivada na cerimônia de posse. O evento de se tornar um acadêmico tende a configurar-se, por si mesmo, um motivador eficaz para que então se escreva e se publique um primeiro livro.

Uma publicação interessante por sintetizar esses vários aspectos é *Luziânia, Vanguarda e Berço* (1985), de Lincoln Magalhães da Rocha, magistrado e professor universitário. A publicação é apresentada como homenagem ao patrono da Cadeira no. 28 da Academia de Letras e Artes do Planalto, “o ilustre Desembargador Clóvis Roberto Esselim”, também magistrado na Santa Luzia do início do século XX. Um episódio que marcou, sobremaneira, a trajetória profissional do patrono, conforme se narra no livro, foi o fato de ter sido o primeiro juiz no Brasil a assinar um título eleitoral de uma mulher, também de Santa Luzia, Benedita Chaves Roriz, em 1927/28.

O livro divide-se em três segmentos. A primeira parte, intitulada “*O Patrono*”, apresenta um estudo biográfico do Patrono da cadeira no. 28, com fotos da família e da ‘casa da família’, um antigo casarão. Há também uma foto do casarão em que se hospedou Saint-Hilaire⁷⁶, além de uma lista de todos os Patronos e outra, dos Acadêmicos.

⁷⁶ Localizado em frente à praça da Igreja Matriz, é referência recorrente em vários textos de autores luzianenses (junto à estadia de Saint-Hilaire). Hoje é de residência da atual presidenta, Terezinha de Jesus Roriz Machado.

Na segunda parte do livro, chamada “*A Posse*”, há o discurso de saudação ao novo acadêmico, proferido pelo então presidente Guimarães Lima; fotos do pai do novo acadêmico e de sua família: reprodução de seu discurso de posse e fotos do evento.

Na última parte, chamada “*A Primeira Eleitora*”, apresentam-se várias fotos, entre elas: “A militante em 1927, ano em que obteve a vitória judicial de alistar-se como eleitora” e outra, com “A líder feminista hoje aos 80 anos”. Compõem, ainda, a terceira parte, trechos de jornais da década de 1980. Há, também, a cópia de um documento, sem indicação de autoria ou data, em que o narrador comenta sua própria participação na luta pelo movimento a favor do voto feminino, em Goiás, citando seu trabalho conjunto a Americano do Brasil, correspondências com Berta Lutz, e as ações do juiz Clóvis Esselin e da primeira eleitora, que apresentou o requerimento do título eleitoral⁷⁷. Essa terceira parte da publicação é aberta com um poema de Benedita, intitulado “Chão de Goiás”.

São vários os elementos no texto do livro que revelam, em operação, o culto ao passado, a perpetuação e a construção de memórias coletivas, bem como de uma tradição. No caso da publicação e da posse descrita acima, destacam-se: 1) a perpetuação de um ‘vulto do passado’, um patrono ligado à tradição jurídica e ao município de Luziânia; 2) o compromisso do acadêmico empossado, e o reconhecimento de seus pares; 3) a homenagem a uma mulher cuja imagem endossa os feitos do patrono; projeta o desejo de participação política. Finalmente, faz-se alusão às letras, com o poema do chão de Goiás.

⁷⁷ Sobre o episódio do título eleitoral de Benedita Roriz, e também sobre a correspondência no mesmo período, de Consuelo Caiado, da Cidade de Goiás, e Berta Lutz (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino) ver Kofes (2001).

Casas das Letras

A seleção dos elementos que elaboram uma temporalidade particular, remetida ao passado e comprometida com seu exercício, articula-se, como foi dito, com as antigas casas, hoje sedes das Academias de Luziânia e Paracatu⁷⁸.

Em Luziânia, inicialmente, a Academia funcionou em um sobrado emprestado pela Conferência São Vicente. Com o falecimento do presidente da Conferência, também acadêmico, José Dilermando Meireles colocou à disposição da Academia a antiga casa de sua família. No início dos anos 90, a casa foi restaurada e passou a abrigar a Academia⁷⁹. O atual diretor cultural da ALAP, Antônio Pimentel, traz em seu depoimento sobre a casa, os laços entre a memória institucional e as lembranças da infância e da família:

“A mãe do Dilermando que era minha tia (...) e, então, com o falecimento do pai do Dilermando, [a casa] ficou para minha tia; e eles eram quatro irmãos... A família toda ficou morando dentro da casa... todos nós morávamos lá dentro da casa. Casa muito grande; cada um tinha o seu cômodo. (...) eu, por exemplo, nasci lá dentro daquela casa, ali onde é a Academia (...) onde nós nos reunimos; um daqueles quartos ali, foi que eu nasci. A gente morava todos ali dentro.

Então, aquela casa tem muita importância para gente em razão disso. Quer dizer, a parte histórica... não só de ter nascido ali como de ter passado um bom período ali dentro daquela casa. Aí, depois (...) Dilermando veio para Brasília, acabou alugando a casa lá, não deu certo, e ficou a casa vazia. A Academia funcionava num sobradinho que tem lá no asilo, debaixo daquela rua paralela, embaixo. E aí morreu o presidente da Conferência São Vicente, que era acadêmico também, o Dito Melo, e a nova direção pediu o sobrado (...) A Academia não tem dinheiro, e como a casa estava desocupada, Dilermando (...) me chamou para nós transferirmos a Academia para lá (...)

⁷⁸ A Academia de Planaltina não possui sede própria – fato lamentado por seus integrantes e visto como uma razão de desarticulação de seus membros, conforme apontado em entrevistas realizadas. A de Pirenópolis, segundo informa sua Revista, alugou recentemente um imóvel para montar sua sede.

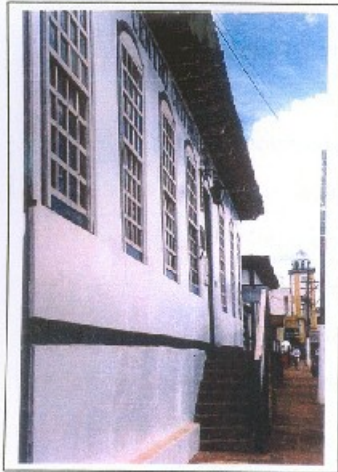
⁷⁹ O Centro Cultural Dilermando Meireles, em que se situa a Academia de Letras e a Galeria D.J.Oliveira, constitui-se como fundação, criada por José Dilermando e Solange Meireles, sua esposa; pela Secretaria Municipal de Cultura; Rádio Jornal de Luziânia e pela Televisão Rio Vermelho, das Organizações Jaime Câmara. Ver Meireles, J.D. “Os marcos culturais de Luziânia no século XX” in Pimentel, A. (org). 2001. *História do Planalto*.

Aí nós fizemos aquela transformação toda, quer dizer, abrimos ali onde é a sala de reunião da Academia, em cima, nós abrimos, tiramos a parede... fizemos aquele salão... o piso estava muito ruim, nós mandamos arrumar, mas tudo dentro das mesmas características... aí abrimos aquela outra porta para fazer a galeria, onde é hoje a galeria DJ Oliveira (...) a Academia está lá até hoje em razão disso. (...)

Para mim, (...) quando eu coloco o pé dentro da Academia, se eu tiver chateado, se eu tiver amolado... coloquei meu pé ali dentro, eu me transformo todinho... Primeiro porque é a Academia, que eu ajudei a criar. E segundo, a casa onde eu vivi, então o quintal para mim, ele tem... é especial... Aqueles pés de árvore que tem lá dentro...”

Além de remeter a experiências pessoais de alguns dos escritores, as casas antigas, lugares para o exercício de lembranças e construção da memória, são também tema sobre o qual se escreve. Entre eles, por exemplo, há o livro de José Carlos Gentili (2000), *Patrimônio da Capela*. Não fala de casas da cidade, como as sedes das Academias, mas da ‘casa velha da Fazenda Antinha’. Segundo o prefaciador, Paulo Bertram: “A casa de Antinha – patriarcal e coronelística (à moda simples goiana) não se sabe desde quando pertencia ao clã dos Pereira. Ficava à margem da Estrada Real que ligava Minas Gerais a Goiás (...)” (: 03). O livro, desfolhando vários temas a partir da casa, traz geografia, fala de outras fazendas da região, de medicina popular e dos ‘bobinhos’. A casa, motivadora do livro, foi de fato estopim de um projeto de fôlego: remontar e restaurar o velho casarão⁸⁰. O autor documenta o processo, técnico inclusive, de remontagem da casa, peça por peça, com fotos de suas várias etapas. Em seu esforço, e nas entrelinhas, expressa o encantamento que as casas provocam.

⁸⁰ Gentili toma o ano de 1817 como marco de existência da casa, sendo habitada à época; não se sabe de fato seu ano de construção. O autor, natural do Rio Grande do Sul, reside em Brasília e tem terras na região da fazenda. É membro de várias instituições literárias, entre elas, também a Academia de Letras e Artes do Planalto e a Academia Pirenopolina de Letras e Artes. No livro, refere-se à restauração da casa como um projeto mais amplo, da criação de um ‘Museu da Estrada dos Currais’.



Centro Cultural Dilermando Meireles -Luziânia - GO
Fotos: Andréa Borghi



Lê-se na placa: "Nesta casa nasceram o filósofo
Pero de Botelho e as poetisas Branca e Beatriz Botelho"
Paracatu - MG

Fotos: Andréa Borghi



Casa de Cultura de Paracatu - MG
Foto: Geraldo Evando
Disponíveis em
<http://www.ada.com.br/Paracatu/htm/cultura.htm>



Casa de Cultura de Paracatu - MG
Foto: Geraldo Evando

A respeito da ligação entre as Academias e o casario antigo, Alan Viggiano (2001) oferece outro depoimento interessante⁸¹. Comenta a “ingênua campanha contra a destruição de Luziânia antiga” encampada por alguns acadêmicos, em 1984. Havia a idéia da proposição de uma lei que conduzisse à restauração dos prédios antigos, nos moldes da construção original. Porém, o efeito da campanha foi no sentido contrário: vários de seus proprietários apressaram-se em derrubá-los, antes que a proposta de lei pudesse se efetivar. Atualmente, entre os poucos prédios que conseguiram se manter, estão a sede da Academia, o casario da rua do Rosário, onde ficam o ateliê de D.J. Oliveira e a Casa de Cultura de Luziânia, além das igrejas.

Já em Paracatu, à época da pesquisa, a preservação de seu casario e da parte antiga da cidade era mais visível do que em Luziânia. A rua do Ávila sedia a Academia do Noroeste de Minas e a Casa de Cultura (onde acontecem boa parte de suas cerimônias), e conduz a caminhada por outros tempos históricos. É também uma rua integrada ao exercício de outras tradições, e quando visitei a cidade no dia de Corpus Christi, era a rua mais enfeitada por flores e belos tapetes durante a procissão religiosa.

Um texto sobre Paracatu, que também menciona casas antigas, é de Terezinha de Jesus Neiva Miranda (1992), da Academia de Letras do Noroeste de Minas - “Uma relíquia”, ilustrado com a foto de um casarão⁸²:

“Tudo na vida tem sua história. Até mesmo a folha que cai no chão, tocada pelo vento (...) tem sua história. Esse sobrado, acolhedor e bonito tem a sua porque ele é a história de uma família.

Nele nasceram vidas e cresceram almas, desde os seus ancestrais há muitos anos atrás.

Dentro dele, viveu durante muitos anos, uma família honrada e feliz, e aí aprendemos (eu e meus irmãos) a viver como gente digna e cristã.

⁸¹ Alan Viggiano, Alan. “Alarico Torres Verano” in Pimentel, Antônio (org). (2001). *História do Planalto*. Entre outras obras do autor Alan Viggiano (1978). *O Itinerário de Riobaldo Tatarana* e (1982) *Mitavaí Arandu, Herói de Muito Caráter*.

⁸² in Terezinha de Jesus Neiva Miranda (1992). *Passado que Não Passou*, p.03

Nele hão de viver também eternas lembranças, que o vento da vida não se desfaz, nem o tempo consome, porque as relíquias de família só os próprios familiares podem entender.... e, esse sobrado é uma relíquia, permanecerá na história de uma família (...)"

Casas, famílias, memórias – o tema é profundo, delicado e poderia ser conduzido por diferentes caminhos. Brandão (1998) sintetiza alguns deles, ao discorrer sobre o trabalho de Ecléia Bosi (1998), e sobre dois mestres do tempo e da memória: “Na diferença não pequena entre Henri Bergson e Maurice Halbwachs, o primeiro puxa a questão das lembranças para dentro, para a relação entre eu-e-meu-corpo, mediatizada pela relação meu-corpo-e-meu-mundo, considerando, a memória de qualquer maneira, uma legítima atividade do espírito. Halbwachs puxa a memória para fora: a questão da lembrança se estabelece na relação eu-e-meu-mundo (social). Destarte, a atividade psicologicamente criadora da memória submete-se aos princípios da socialização *de quem* recorda e da sociabilidade *do que* se recorda. Uma quase diferença entre “eu lembro os outros em mim” e “os outros se lembram em mim” (Brandão, 1998: 56).

Considerando esses caminhos, a reflexão seguinte enfatizará primeiramente a ‘memória para fora’, começando pela casa como lugar a partir do qual a memória coletiva se constrói e se desenvolve, tornando-se emblema de uma coletividade reunida pelas letras.

Nesse sentido, é frutífero tomar algumas referências dadas por Sobral (1999). O autor conduz ao além-mar, Portugal, e analisa processos de construção identitária implicados em usos particulares do passado e da memória, em dois âmbitos: o da *casa*, “entidade definida pela relação entre família e patrimônio” e o da *nação*. Tomando como referência famílias da elite rural portuguesa, particularmente de uma freguesia do Centro de Portugal, Sobral lê a inscrição da estrutura social no espaço local, considerando a formação desse tecido social, bem como uma origem remetida ao século

XVI, associada aos primeiros senhores, às famílias ‘da grande nobreza’ e a delimitação de uma Quinta, mais de 70 hectares⁸³.

Acompanhando as transformações desse território, Sobral (1999) enfoca, na contemporaneidade, famílias locais de grandes proprietários e observa o modo como suas residências são, além de sinal de presença, cenário de poder e da representação da história familiar. Apesar da heterogeneidade do grupo, Sobral vê procedimentos comuns no uso de elementos definidores de uma posição social, e de sua reprodução no tempo. O fato principal – para Sobral, e também para a presente análise - centra-se no fato de que, localmente, são detentoras das casas, como apontado acima, uma entidade de relação entre continuidade familiar e patrimônio.

Principalmente na reflexão sobre analogias e relações possíveis entre as noções de ‘famílias’ e ‘nações’, Sobral apoia-se em Lévi-Strauss (1986) e sua discussão sobre a noção de ‘casa’, inspirada no modelo das casas nobres medievais europeias. Ao tomar casos etnográficos como os dos Kwakiult e dos Yurok (América do Norte), e outros da Indonésia e Melanésia, Lévi-Strauss define a noção de ‘casa’ como uma unidade que não se reduz às noções de família, clã ou linhagem. Sujeito de direitos e deveres, trata-se de um tipo de estrutura social: “pessoa moral detentora de um domínio, que se perpetua pela transmissão de seu nome, de sua fortuna e de seus títulos em linha real ou fictícia, considerada como legítima somente na condição de que essa continuidade possa se expressar na linguagem do parentesco ou da aliança e, na maioria dos casos, das duas em conjunto”(Lévi-Strauss, 1986: 186).

Do ponto de vista da memória social, Sobral guia-se por Halbwachs, descrevendo as casas como *mementos* da memória, ou seja, marcas que servem para lembrar, articuladas a narrativas próprias da história familiar. Além de explorar as estratégias usadas para se manter a casa em família, através das gerações e de questões

⁸³ A freguesia descrita é uma região vinícola, que conta com pouco mais de 1500 habitantes, e um forte contraste social, entre uma estreita camada de grandes proprietários e uma ampla base da população não proprietária, “constituída por trabalhadores pluriactivos, que arrendam terras para subsistir, são jornaleiros agrícolas ou assalariados das obras públicas e construção civil” (Sobral, 1999: 74).

relativas à herança, Sobral debruça-se sobre o uso de dispositivos mnemônicos reunidos na entidade *casa*. Vários objetos podem funcionar como ponto de partida para recordação da família: escrituras, coleção de louças, retratos de falecidos, árvores genealógicas, ou mesmo, em algumas famílias, livros de memórias. Ainda que a existência desses vários objetos não se deva, necessariamente, à intenção de promover a memória, eles participam do processo de sua construção. A partir dessa reflexão, Sobral fornece a definição do que chama de narrativa familiar: “chamo de narrativa familiar exactamente a este conjunto diverso de meios de construção da memória que permitem falar da família, evocando-a como um coletivo em que se unem os vivos e os mortos” (Sobral, 1999: 76). Práticas de objetivação de uma memória familiar, inexistentes segundo o autor em outras camadas sociais locais que menciona, as casas entrelaçam a produção narrativa, a seleção de artefatos que operam como *mementos*, e práticas comemorativas da memória familiar.

Essa perspectiva permite-nos ver a *casa* em duas dimensões: as casas físicas como parte emblemática da entidade casa, relativa a um grupo social que assume a forma de pessoa moral, perpetuado no tempo pelo sobrenome de família, pela propriedade e pela atividade da memória. A casa concreta é emblema da entidade casa.

Nos casos de Luziânia e Paracatu, particularmente no contexto das Academias de Letras, ambas as dimensões podem ser entrevistadas, embora haja diferenças. A relação família-casa, percebida tanto em situações de campo como nas textuais, pareceu um pouco mais acentuada no caso de Luziânia. O fato de a sede da Academia estar na antiga casa de família de dois de seus principais fundadores reforça essa idéia. No passeio pela casa, guiado pela dedicada secretária da Academia, é irresistível ouvir sobre os cômodos, e imaginar a casa no tempo em que ali viviam várias famílias. Atualmente, em um deles, foi montada uma reprodução do escritório do falecido Dilermando Meireles: uma mesa com um exemplar de um de seus textos, um antigo aparelho telefônico, a estante de livros, e muitas fotos nas paredes, sobretudo de eventos formais. Outros objetos do passado estão espalhados pela área: além dos retratos dos

patronos, fotos da antiga Santa Luzia, um piano, uma máquina de costura e no terreno do fundo, jabuticabeiras de grossos troncos, repletas de tempo.

Tomando a Casa de Cultura de Paracatu como contraste, vários desses elementos também estão presentes⁸⁴. A referência familiar mais forte é ligada à Maria Conceição Adjuto Botelho, havendo um espaço que concentra suas fotos e referências biográficas⁸⁵. A casa em que viveu encontra-se ao lado da Casa de Cultura. Mas nesse caso, índices que remetem à família somam-se a outros elementos, referidos, por exemplo, ao fato de a casa ter abrigado o primeiro grupo escolar da cidade (o “Afonso Arinos”) e posteriormente a Escola Normal. A aquisição da casa pela Câmara Municipal data de 1908, abrindo-se a outros grupos sociais e acontecimentos em sua história, e referindo-se mais explicitamente a um universo de lembranças que transborda a família. Aliás, nesse caso, acompanha-se objetivamente o rompimento da relação família-propriedade, definidora da entidade casa, nos termos de Sobral.

O depoimento de Alan Viggiano (2001), antes citado, sobre a reação de proprietários diante de um projeto de preservação do casario de Luziânia – derrubá-los antes da efetivação do projeto – sugere outra relação, no município, entre propriedade, posição social e memória social. Uma narrativa que se ouve e se lê em diferentes versões, geralmente contada como anedota, diz do caso do tombamento da antiga cadeia municipal. O então prefeito, ao receber um telegrama notificando oficialmente o tombamento, rapidamente colocou-se em prol da orientação, mandando literalmente a

⁸⁴ Segundo a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Paracatu, essa casa é uma “Bela Construção, cuja origem precisa é desconhecida. Foi construída para residência nas primeiras décadas do século XIX. Em 26 de fevereiro de 1908, foi adquirida através de compra e doação (por alguns dos herdeiros) pela Câmara Municipal. Lá funcionou o primeiro Grupo Escolar da Cidade, o “Afonso Arinos” e, posteriormente, a Escola Normal Oficial. O patrimônio foi revertido ao Município, através da lei 1.891/93, de 29 de junho de 1993, quando foi instituída a Fundação Municipal Casa de Cultura.” Disponível em www.ada.com.br/Paracatu/htm/cultura.htm

⁸⁵ “Maria Conceição Adjuto Botelho. ‘Dondona’. Filha de Francisco Garcia Adjuto e D. Alexandrina Loureiro Adjuto. Nascida em Paracatu em 29/05/1892. Faleceu em Paracatu em 15/05/1977. Formação: Instrução primária. Auto-didata. Atividades Profissionais: Estudos de Lógica, Materialismo e Naturalismo, estimulados por Pedro Salazar, Dr. Sérgio Ulhoa e Júlio Roquette. (...) Produção Cultural – Principais Obras: Livros: “Amenizemos a vida” e “Reforma da Filosofia”. Dados disponibilizados pela Academia de Letras do Noroeste de Minas, em <http://www.ada.com.br/academia/>

cadeia a baixo: não era para tombar? A proximidade do município de Luziânia com Brasília, e seu valor como signo da modernidade e de futuro, foi um dos fatores apontados em depoimentos para explicar esse cenário⁸⁶. Exaltar o passado, permanecendo nele por meio das casas, talvez tenha sido visto por parte da elite local como índice de atraso. Outros municípios, como Paracatu e Pirenópolis, por estarem mais distantes da capital, teriam sofrido menos pressão nesse sentido, e tido tempo para alcançar momentos atuais, em que discursos favoráveis à preservação dos casarios estão mais fortalecidos, havendo atuação mais efetiva do poder público nesse sentido.

Se a relação família-casa parece inicialmente mais evidente na Academia de Luziânia, é necessário frisar que o trabalho da memória coletiva, também aqui, não se limita à família. A *casa*, no contexto das academias, transborda a família como grupo social, embora se continue fazendo uso da metáfora do parentesco para se pensar posições e relações sociais, como bem mostram os textos. Igualmente, como indicado por meio da menção à cerimônia de posse, a maioria desses elementos são acionados para exercitar uma memória comum relativa aos patronos e vultos literários, aos município e ao Planalto. São eles retratados em pinturas exibidas na sala de reunião, que re-significam as noções de casa e família, em outro coletivo que une vivos e mortos. Como também reforça expressões como a “Casa de Machado de Assis”, no caso da Academia Brasileira de Letras, a *casa* permanece um emblema.

Em relação às práticas comemorativas das Academias, que falam de passado, mas também do desejo de inscrição no presente e no futuro, serão a seguir consideradas algumas das cerimônias presenciadas durante a pesquisa.

⁸⁶ Certamente, há outros aspectos, como o próprio custo da manutenção do casario nos moldes originais, e a limitação de mudanças que incorporem índices de conforto urbano e de uma ‘vida moderna’.

Algumas Cerimônias de Letras

Durante a pesquisa, observaram-se particularmente dois tipos de cerimônias. Em Luziânia, acompanhei sessões da Academia de Letras e Artes do Planalto (ALAP); em Planaltina e Paracatu, assisti a lançamentos de livros de membros da Academia Planaltinense de Letras (APL), e da Academia de Letras do Noroeste de Minas (ALNM), respectivamente. Far-se-á a seguir descrição dessas cerimônias, buscando acentuar a estruturação que se revelou recorrente, e sentidos legíveis a partir de sua dimensão ritual e comunicativa.

Sessões Acadêmicas

No caso da Academia de Letras e Artes do Planalto, suas sessões ordinárias realizam-se em todo primeiro domingo de cada mês. A semana que antecede à sessão é, portanto, de preparativos, cuidados especiais com a casa e seu piso de madeira. O sábado, com manhãs abertas a encontros e visitas mais informais, torna-se especialmente agitado em véspera de sessão, contando geralmente com a presença do diretor cultural, a presidente, o diretor da biblioteca e a secretária da instituição. Em dias mais tranqüilos, o visitante talvez tenha a oportunidade de se sentar entre eles, na sala da frente da casa, e tecer boas conversas. Em relação aos dias da semana, sábados e domingos de sessão são dias de janelas abertas e luminosidade.

As cerimônias de domingo, com sessões ordinárias, podem ocorrer com qualquer número de membros, segundo o Estatuto, sendo abertas ao público. Àquelas em que se teve a oportunidade de comparecer, durante o ano de 2002, havia em torno de 10 a 15 acadêmicos, além de convidados e público, em número similar. Os convidados poderiam ser membros de outras Academias, como a Academia Planaltinense de Letras ou Academia de Letras do Noroeste de Minas, e entre o público, moradores de Luziânia, professores de escolas locais e do campus local da Universidade Estadual de Goiás,

artistas plásticos que freqüentam a Casa de Cultura e o Ateliê de D.J. Oliveira, parentes de acadêmicos, entre outros.

A sessão inicia-se às 10:00hs da manhã. Ocorre na sala de reuniões, um cômodo amplo; no centro há uma longa mesa, à qual sentam-se os acadêmicos. À cabeceira, senta-se a presidente; nas cadeiras mais próximas a ela, membros da diretoria e, subseqüentemente, os outros acadêmicos. Encostadas às paredes, circundando a sala e a mesa, cadeiras para o público e os convidados. As paredes são ornamentadas com telas retratando os acadêmicos, de autoria do pintor Aluísio Santana, uma tradição ligada também à Academia Brasileira de Letras, e sua galeria de retratos de membros e patronos.

A partir da observação das sessões, foi possível distinguir momentos distintos na cerimônia. Ainda que haja alguma variação nos procedimentos, em geral, a estrutura é composta dos seguintes momentos:

- 1) A sessão é aberta pela presidente. Agradece-se a presença dos acadêmicos, convidados e público em geral.
- 2) Leitura da Ata da reunião anterior, feita pelo Secretário, seu redator. O momento é concluído com uma salva de palmas.
- 3) A presidente toma a palavra, falando sobre o caráter do encontro, projetos da Academia, informes gerais.
- 4) Passa-se a palavra ao diretor cultural, que comenta sobre calendário ou a programação do período, palestras e eventos programados, informes, intercâmbios com outras instituições, entre outros temas possíveis.
- 5) Outros acadêmicos solicitam a fala, havendo comentários de caráter variado: pode-se justificar ausências em sessões anteriores, trazer reflexões sobre uma viagem de pesquisa, informes sobre a publicação de algum livro ou texto que possa interessar os outros acadêmicos, etc.
- 6) Inicia-se a palestra agendada para a sessão. Talvez de um acadêmico ou de um convidado, por exemplo, um membro de outra Academia de Letras.
- 7) Os Acadêmicos tomam a palavra, e são feitos comentários e reflexões ligadas ao tema do palestrante.
- 8) A presidente e o Diretor Cultural apresentam os últimos comentários e informes. É encerrada a sessão e feito o convite para que todos se dirijam ao espaço da Galeria D.J. Oliveira, em outro salão da casa, para o coquetel de abertura da exposição.

9) Abre-se a exposição mensal de Artes Plásticas, sendo oferecido um coquetel. Tem início um momento mais informal, quando as pessoas circulam entre si; há apresentações, reencontros, e conversas. Os espaços ocupados são, sobretudo, o espaço da Galeria e o cômodo posterior da casa, entre o salão das sessões e a Galeria, contíguo também à biblioteca. Esse cômodo é ornamentado com retratos dos patronos.

Sobre a importância das sessões, parece valer também para o contexto estudado uma reflexão a respeito da ‘rotina acadêmica’ da Academia Paulista de Letras: “A vida acadêmica se desenrola, mais efetivamente, durante as sessões. É nos dias em que estas se realizam que há convivência, em que as opiniões são expostas, em que os debates se travam, em que se tomam posições diante de questões literárias e culturais (...) Enfim, as sessões são o palco em que a Academia exprime sua vitalidade (...) é nelas que o convívio vivificador das relações humanas entre seus integrantes, a base da perenidade da Academia, se concretiza”.⁸⁷ Se a sessão de posse torna-se o ápice da ‘evocação dos momentos pretéritos’, a ligação do passado com o presente, as sessões ordinárias remetem a uma construção cotidiana, como aponta o subtítulo do trecho acima citado, referido à Academia Paulista: “rotina acadêmica”

Tomando-se em consideração outros elementos da análise já tratados, dois momentos pareceram particularmente importantes na estrutura antes exposta. O primeiro deles é a leitura das Atas, uma das ações iniciais da sessão, que partilha resultados e o registro por escrito dos principais acontecimentos ligados à vida acadêmica. Não por acaso, é também uma das principais fontes em pesquisas relativas a Academias de Letras; por exemplo, no trabalho de El Far, estudo citado anteriormente, ou o de Myriam Ellis (1999), historiadora e acadêmica, em seu texto sobre a Academia Paulista de Letras: “Nas Atas reside a memória da Academia. Um patrimônio”⁸⁸.

⁸⁷ Debes, Celio. (1999) “Panorama histórico-cultural da Academia Paulista de Letras 1980-1986”, in *Academia Paulista de Letras: 90 anos*, p. 39.

⁸⁸ Ellis, Myriam. (1999) “Gênese e Renascimento da Academia Paulista de Letras” in *Academia Paulista de Letras: 90 anos*, p. 11

O momento das palestras mostrou relevância para a reflexão aqui proposta, por duas razões. Primeiro, por repetir, de outro modo, temas constitutivos do campo discursivo e de um conjunto de representações e imagens, reconhecíveis igualmente nos elementos gráficos das capas e ilustrações dos livros. Imagens como as do buriti, das casas antigas, da pedra fundamental, do dito por meio também desses elementos no exercício de uma memória coletiva.

Assim, em uma das sessões, o palestrante convidado era Xiko Mendes, e sua fala, cujos trechos foram citados no capítulo anterior, versava sobre a literatura do Noroeste de Minas, e iluminou vários dos aspectos tratados pela tese. Em outra palestra, o convidado foi Mário Castro, da Academia Planaltinense de Letras. Dos temas tratados por ele, o central foi sobre as ligações históricas entre Planaltina e Luziânia que, com Formosa, formaram em sua fala a imagem das ‘três cidades irmãs’, ‘o mesmo peso de irmandade que assistiu Brasília nascer’. Falou de Juscelino Kubitschek, da Comissão Poli Coelho, Hosanah Guimarães e da Pedra Fundamental. Castro lembrou de seu avô, que viveu 110 anos e participou da Comissão Cruls. Também trouxe a lembrança de Gelmires Reis, Dilermando Meireles, Olympio Jacinto. Entre os acadêmicos presentes que comentaram a fala, estava Olinda da Rocha Lobo, diretora da Casa do Poeta em Formosa. Ela, por sua vez, lembrou-se de seus pais e de seu próprio avô, dos casos que contavam sobre a Comissão Cruls. Falou de franceses que vieram da Sorbonne, e da esposa de um dos integrantes da Comissão, encantada pelas flores do cerrado. De seu avô, mencionou o conhecimento sobre o corte das folhas de buriti, para preservá-lo, e da indignação diante da destruição da palmeira em trabalhos da Comissão Cruls; teria sido o ‘primeiro ecologista do cerrado’⁸⁹. Conclui fazendo referência ao ‘Buriti Perdido’, de Afonso Arinos.

A segunda razão da relevância das palestras, para a presente análise, liga-se ao fato de que, junto ao exercício de lembrar coletivamente, e da repetição de elementos

⁸⁹ O caso está relatado no texto de Hosanah Campos Guimarães (1996) .”Planaltina – sua origem, sua história e sua gente” in Meireles, José Dilermando e Pimentel, Antonio (org). 1996. *História do Planalto – Coletânea*, p.169

significativos, há uma renovação de vínculos entre os municípios mencionados, entrelaçada à manifestação dos vínculos entre instituições literárias. No caso dos exemplos citados acima, vínculos entre Luziânia/ Planalto, Paracatu/ Noroeste de Minas, Planaltina e Formosa, enunciados pelas Academias de Letras e Artes do Planalto, de Letras do Noroeste de Minas e Planaltinense de Letras, além da Casa do Poeta.

Em outra ocasião, como a da Sessão que divulgou a Premiação do *I Salão de Artes Acadêmico José Dilermando Meireles*, e abriu a exposição de obras inscritas e premiadas, a sessão em si manteve a mesma estrutura, porém com uma cerimônia mais breve, não havendo palestra. Nesse dia em particular, a casa esteve bem mais cheia do que de costume, e os momentos precedentes ao início da sessão foram de certa agitação, com conversas informais e animadas ocorrendo em vários cômodos da casa, inclusive no pátio externo. Foram necessárias várias chamadas para que todos se reunissem na sala das sessões. Além de uma presença maior de acadêmicos, havia também membros de suas famílias, velhos amigos, jovens, artistas e escritores de outros municípios. Um dia de festa. Ao invés da palestra, como uma espécie de equivalência simbólica, renovações e homenagens a ‘vultos do passado’ foram realizadas junto ao reconhecimento de novos talentos, do presente.

A relação entre essas e outras instituições, ou entre grupos de idade aparece também nas cerimônias de lançamento de livros, tópico tratado a seguir.

LUZIÂNIA,
vanguarda e berço



MUSEU DE LUZIÂNIA
E ARTES DO PIAUÍ

Localização: Luziânia - Goiás

MEYA PONTE

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO DE LUZILIA, ARTES GÔIAS 200-47-4



MUSEU DE ARTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

1977-1980 DE 2002

75 ANOS DE URBANISMO

125 ANOS DE ARQUITETURA

TEDO MEDDES



O MITO DA INTERIORIZAÇÃO

ATRAVÉS DE

BRASÍLIA

ASBP

1982

JOSÉ DILERMANDO MEIRELES

DESAFIANDO O TEMPO



Lançamentos de Livros

À mesma época, 2002, houve lançamentos de livros em Planaltina e Paracatu, de acadêmicos da Academia de Letras do Noroeste de Minas e da Academia Planaltinense de Letras⁹⁰. Também nelas foi possível observar uma estrutura recorrente, identificando-se elementos relevantes para a reflexão. Um primeiro fato relativo aos cenários, em contraste com aquele das sessões, é o fato de as cerimônias distinguirem frontalmente público e participantes/homenageados. Ocorreram em salas montadas como auditórios; o público sentado de frente para um palco, onde fora instalada uma mesa para a solenidade. Em Planaltina, o lançamento ocorreu em um Colégio local, cujo dono é um jovem acadêmico. Ele próprio atuou como mestre de cerimônias. Em Paracatu, o local foi a Casa de Cultura, cujo diretor também é acadêmico.

De um modo geral, o início dos lançamentos foi dado pelo mestre de cerimônias, que apresentava e convidava os participantes para comporem a mesa. Entre eles, por exemplo, além do escritor/escritores homenageados, outros literatos, membros ou não de Academias de Letras, ou representantes da administração pública local. A partir de então, os membros da mesa iam sendo convidados, paulatinamente, a tomarem a palavra. Nesses momentos, faziam-se referências elogiosas à obra publicada ou aos autores; recuperavam-se momentos de suas biografias ou refletia-se sobre a importância da cultura e da literatura para o município. Nas cerimônias que se assistiu, sempre houve políticos locais presentes (prefeito, secretária de educação, administrador regional) ou seus representantes, convidados para comporem a mesa. Nenhum dos lançamentos começou pontualmente, e em parte os atrasos relacionavam-se à espera de alguém importante para a cerimônia, como políticos. Também levava-se em consideração o fato de haver convidados vindos de municípios vizinhos, alguns

⁹⁰ A Academia Planaltinense de Letras foi fundada em 05 de dezembro de 1998. Segundo seu estatuto “a APL tem por finalidade o culto da Língua, da Literatura em suas diversas manifestações, o estudo e o conhecimento dos problemas sociais e científicos, a união e congregação dos intelectuais de Planaltina, do Planalto Central e do Brasil, a difusão da Cultura e dos Conhecimentos Gerais”.

percorrendo distâncias de mais de duas horas de carro, o que justificou alguns dos atrasos.

A declamação de poesias, como parte da fala dos convidados e autores, foi prática recorrente. Em Paracatu, houve também a participação de crianças em alguns momentos, particularmente em homenagens prestadas a professores. Outro momento da estrutura das cerimônias foi a execução de hinos – além do Hino Nacional, os hinos de Planaltina e Paracatu. Encerrada a cerimônia formal, era feito o convite para se dirigir a outro ambiente, onde, durante o coquetel, haveria autógrafos, dando início ao momento mais descontraído e informal do lançamento.

A cerimônia de lançamento é o momento em que o livro é apresentado para o mundo. Além da coroação do trabalho de concretização de um livro, os lançamentos mostram-se como ritualização de reconhecimentos de várias ordens: autoria, cooperações, filiações institucionais, apoios políticos. De outro modo, é também uma ritualização da ‘ordem dos livros’, como o são também as sessões acadêmicas. De fato, esses dois tipos de encontro foram situações fundamentais de pesquisa, e por meio delas tive acesso a maioria das pessoas com quem dialoguei durante o trabalho. Trata-se, realmente, de outro caminho para percorrerem-se as redes.

Em relação ao lançamento em Planaltina da *Terceira Antologia da Academia Planaltinense de Letras*, o fato de a Academia não possuir sede fixa, e por essa razão ter uma ‘rotina’ menos articulada do que as academias de Paracatu e Luziânia, confere um valor especial às publicações que lança⁹¹. Nesse caso, como também no da Academia Pirenopolina, a publicação de obras reunindo textos de acadêmicos parece ser o ‘lugar integrador’ da instituição.

⁹¹ O trabalho lançado era: Academia Planaltinense de Letras. (2002) *Palavras, Sentimento e Paz. Terceira antologia da Academia Planaltinense de Letras*. . A edição é Comemorativa aos oitenta anos de Lançamento da Pedra Fundamental de Brasília, em Planaltina, 07/09/1922, durante o Centenário da Independência do Brasil. Reúne trabalhos de oito autores, em sua maioria poemas. Ver também: Academia Planaltinense de Letras (2000). *Sonhos e Saudades na abertura do III Milênio. Segunda Antologia Literária da Academia Planaltinense de Letras. 141 anos – 2000*.

A relação entre Academias e instituições de ensino também se evidenciou nessas situações. Em Paracatu, por exemplo, em um dos lançamentos, a então coordenadora do Curso de Letras de uma faculdade local participava da mesa. Durante a cerimônia, recebeu homenagem emocionada de seus alunos – ela se despedia da cidade, e deixava o curso. Apesar de ter acontecido como um parêntese em relação ao motivo do encontro, não marcou uma grande descontinuidade. Talvez justamente pela relação próxima entre as instituições locais de ensino e as academias. A presidente e a vice-presidente da Academia de Letras do Noroeste de Minas, ao comentarem os objetivos da Academia e suas atividades, apontaram o trabalho com um público jovem, de estudantes, em eventos escolares, como um dos principais, sobretudo através de palestras⁹². Foi mencionada, em particular, a realização de um seminário abordando a questão da cidadania e da raça negra, que reuniu conferencistas da Universidade Federal da Bahia, de Secretarias de governo, Fundação Palmares e teve a presença do Senador Lauro Campos, recentemente falecido, que também era membro dessa Academia. Em Planaltina, como antes mencionado, além de o lançamento ter ocorrido em uma escola, cujo dono é acadêmico, vários dos membros são também professores em escolas do município.

Um exemplo que bem ilustra o poder de síntese das cerimônias e a capacidade de reunir no acontecimento vários dos aspectos tratados em relação aos textos e ao espaço social, é fornecido no trabalho de Zatz (1986). Resultante de sua pesquisa sobre a construção da identidade em Planaltina, a autora descreve em sua etnografia um evento ocorrido no Museu Histórico de Planaltina, na década de 80. Tratava-se da abertura de uma mostra fotográfica sobre a encenação da paixão de Cristo, um famoso evento da cidade⁹³, e junto com ela, o lançamento de um livro, resultado parcial do projeto “Memórias de Planaltina”, do Governo do Distrito Federal. O Museu está

⁹² Informações obtidas a partir de questionários enviados às instituições (2002).

⁹³ Vale destacar a participação de Mário Castro, atual presidente da Academia Planaltinense de Letras, no evento. O mesmo fez a direção teatral do Grupo Via Sacra de Planaltina por três anos. É autor de uma das versões do texto encenado, publicado em Mário Castro (1992). *Paixão de Cristo em Planaltina (Ceia, Horto, Julgamento e Via Crucis)*.

instalado na antiga casa, posteriormente tombada pelo Patrimônio Histórico, de uma das famílias tradicionais da cidade. O trecho abaixo permite que se vislumbre, neste outro tempo e contexto de pesquisa, uma série de temas que venho trabalhando:

“(…) Interessava-me ver o tal lançamento do livro, que acontecia numa sala isolada, perto da entrada-saída do Museu. Aproveitei para apreciar mais uma vez aqueles documentos guardados em vitrines, os retratos dos antepassados dos ‘tradicionais’, as fotos históricas das visitas das três comissões responsáveis pela demarcação da área do Distrito Federal

(…)Ao entrar passei por um senhor que eu já conhecia (trabalhava na Administração e tinha uma participação marcante nas festas do Divino e nas da Cidade), e meu olhar bateu contra um escudinho fincado em sua lapela: o L de Lions. Saber da influência do Lions e da Maçonaria, por exemplo, na política dessa cidade-satélite era tão importante quanto saber quem eram os membros desses grupos e compreender suas ações na sociedade.

(…)Na sala calorosa, o Dr. Salviano Guimarães Borges, o ‘prefeito’, discursava na frente, em tom muito baixo, pois sua voz estava abafada por vários outros sons externos e pela acústica deficiente daquela sala cheia (...) Curioso que quanto mais se afastava da frente, menos eu notei a presença da família Guimarães. Na última fila algumas pessoas do grupo mais humilde que estiveram na exposição de fotografias teriam chegado cedo na sala e por isso estavam sentadas, enquanto outras, que também deveriam estar acomodadas, permaneciam de pé. Em pé, alguns moradores do Plano Piloto (Brasília), uns funcionários da Administração e alguns planaltinenses conhecidos.

O discurso terminou logo. Duas pessoas apressaram-se para distribuir os livros, oferecendo primeiro aos autores dos relatos, muitos deles nas primeiras filas. Dr. Hozanah, sogro e tio de Dr. Salviano, levantou-se e fez um pequeno discurso, com a intenção final de corrigir certas falhas ocorridas no processo de transcrição da sua entrevista: faltaram algumas linhas e, conseqüentemente, a história de Planaltina se mostraria falha. Haveria uma errata para ser distribuída com o livro. A partilha dos livros prosseguiu sem uma ordem nítida. Quando recebi o meu, saí. Saí do Museu. Fiquei sabendo depois que tinha sido oferecido uma espécie de ‘cocktail’ em seguida àquela cerimônia. Foram servidas bebidas e salgados da cozinha goiana, como, por exemplo, biscoitos caseiros variados, pão de queijo, café, sucos. “ (Zatz, 1986: 23)

A autora define essa solenidade como um momento síntese de sua compreensão etnográfica: ali, naquela casa, pôde ver reunidos os principais atores e temas de sua pesquisa. Também para o presente trabalho é um relato significativo, reforçando inclusive a idéia das casas como emblema que liga a representação sobre as famílias, sobre casas e sobre o município, na ordem dos livros.

Rede de Instituições

Como vem sendo apontado, a pesquisa foi revelando a articulação das Academias, e de seus membros, a uma série de outras instituições. É freqüente que seus membros sejam filiados a outras academias de letras e instituições literárias; além de clubes como *Lions*, o *Rotary*; e também a Maçonaria⁹⁴. Além das Academias já mencionadas em Paracatu, Luziânia, Planaltina e Pirenópolis, articulam-se à rede de instituições outras⁹⁵, como:

Academia de Letras do Piauí
Academia Brasiliense de Letras
Academia Goiana de Letras
Academia Maçônica de Letras do DF
Academia Municipal de Letras de Minas Gerais
Academia Uberlandense de Letras e Artes
Associação Brasileira de Estudos Canadenses
Sindicato do Escritor Brasiliense
Sociedade Brasileira de Médicos Escritores
Sociedade de Cultura Latina –GO
União Brasileira dos Escritores
União Literária Anapolina

Além dessas, outra articulação que se mostrou muito significativa está na vinculação das Academias de Letras em foco, através de seus membros, com os Institutos Histórico-Geográfico (IHG), como os do Distrito Federal, Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Perceber essa rede e alguns de seus nós reforça a percepção sobre o espaço

⁹⁴ É o caso da Academia Pirenopolina de Letras, conforme o depoimento de um de seus principais idealizadores Arnaldo Setti. Paranaense radicado em Brasília, começou a freqüentar Pirenópolis na década de 60, participando de reuniões do *Lions* Clube. Por meio da convivência com membros desse clube, nasceu a idéia de fundar uma Academia de Letras.

⁹⁵ Dados levantados em questionários enviados a ALAP e ALNM.

implicado pelos livros, e outro modo de considerar sua materialidade. Mais ainda, fornece pistas para a compreensão de certas marcas do conjunto de textos lidos, como as imagens dos ‘autodidatas’, dos ‘grandes vultos’, dos ‘ilustres’, além de sua reprodução ritual, no contexto das Academias – o que parece revelar, também, a ligação desse conjunto com uma tradição historiográfica particular. Nesse sentido, faz-se aqui uma pequena digressão, formulada a partir de estudos sobre o IHGB no período imperial brasileiro.

Aquelas marcas nos textos, conforme ensinam trabalhos como os de Guimarães (1998); Arruda & Tengarrinha (1999); Enders (2000) e Rodrigues (2001) são características da produção histórica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), durante o IIº Reinado. Criado em 1838, em consonância com a fundação da Biblioteca Nacional (1810) e o Arquivo Nacional (1824), tendo como patrono o Imperador D. Pedro II, sua fundação é apontada como o início da preservação sistemática da memória histórica no Brasil, ligando-se à política de centralização do Estado Imperial, e à idéia de que a formação de uma consciência nacional necessitava de uma memória comum.

O IHGB passou por diferentes fases, participando de um processo de disciplinarização da história que, com a República, irá se deslocar no século XX para o espaço universitário, com a formação profissional de historiadores. Será também um deslocamento para outro modelo historiográfico, com a mudança de ênfase, de uma história predominantemente política e administrativa, para uma história social (Arruda & Tengarrinha, 1999).

Acompanhando a instituição durante o período imperial, Guimarães (1998) mostra a atuação do IHGB como herdeiro de uma tradição iluminista, representada pelo modelo francês das academias literárias e científicas provinciais do século XVIII. Entre algumas de suas características, estava a formação de quadros a partir de relações sociais e

pessoais⁹⁶, compondo um perfil característico de ‘*homme de lettres*’, em contraste com o perfil profissional que irá se desenvolver numa etapa seguinte. Considerando-se a lista dos seus vinte sete fundadores, em 1838, a maioria desempenhava funções no aparelho estatal, na carreira de magistratura, havendo também militares e burocratas. O quadro era organizado, pelo seu estatuto, com membros, sócios correspondentes, e sócios de honra. Arruda & Tengarrinha (1999) apontam também o caráter erudito e autodidata dos historiadores do IHGB, sublinhando o papel pioneiro do grupo como formadores da ‘*pré-história da produção histórica no Brasil*’.

Sobre o modelo historiográfico, Guimarães (1998) explora o vínculo do IHGB com o modelo iluminista, “tanto pela tradição linear dada ao desenvolvimento da história, quanto por sua instrumentalização como ‘*mestra da vida*’. É a tradição particular do iluminismo português, marcadamente católico e conservador, que deixará suas marcas na geração fundadora do Instituto Histórico” (Guimarães, 1998: 12). Desse modo, o primeiro estatuto da instituição, de 1838, tem como diretrizes centrais dos trabalhos, a coleta e a publicação dos documentos relevantes para a história do Brasil, e o incentivo ao ensino público dos estudos históricos.

Em relação ao contexto estudado pelo presente trabalho, há ainda alguns pontos que desenharam paralelos interessantes. Um deles, refere-se ao esforço do IHGB no trabalho de definição da nação brasileira e, nesse sentido, esforço em construir uma diferenciação com Portugal, antiga metrópole. Embora o pensamento expresso pela Revista do IHGB fosse bastante crítico em relação à colonização portuguesa (Rodrigues, 2001:139), essa diferenciação não se dava de modo absoluto, havendo uso corrente de metáforas do parentesco na caracterização das relações entre os dois estados monárquicos, na tentativa de se integrar o “*velho ao novo*” (Guimarães, 1998). Em relação à dimensão política desse projeto historiográfico, particularmente em relação à diversidade regional do país, a atuação do IHGB representava um modelo de caráter

⁹⁶ Já seu segundo Estatuto, de 1851, indica que seus membros deveriam provar a produção intelectual na área de atuação e do Instituto, ver Guimarães (1998).

centralista, que acentuava a organicidade das regiões e não suas particularidades. A criação de instituições semelhantes nas províncias permitiria a produção e o envio de documentos à sede da instituição no Rio de Janeiro, ela sim, o centro autorizado para a produção de um discurso sobre o Brasil.

Outro traço característico do modelo, segundo esses vários autores, é a criação de ‘vultos’ cuja memória deveria ser preservada e cultuada. Esse é um dos focos do trabalho de Enders (2000), acompanhando a utilização das noções de ‘grandes homens’ e ‘ilustres’, participantes de uma “coletividade de cidadãos notáveis”, presentes na produção da Revista do IHGB e em dicionários biográficos, que teriam a “missão de difundir vidas exemplares”. Em relação à Revista, já em seu segundo número, abria-se a rubrica dedicada aos “Brasileiros Ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc”.

A consideração desses vários traços, ainda que num rápido vôo sobre o IHGB, formam a percepção de que as Academias de Letras, consideradas no presente trabalho, estão enredadas em tradições que não se limitam aos municípios ou aos contextos regionais, trazendo outros centros e linhas. Elas são também expressões de tradições, instituições e valores (e um modo de se escrever a história) que remetem a outros contextos e práticas⁹⁷.

Todavia, a percepção dessas similaridades não deve desconsiderar a heterogeneidade do universo dos escritores e a existência de outras referências e diálogos passíveis de serem observados por outros estudos. Tampouco implica que tais paralelos sejam necessariamente reconhecidos ou reivindicados por escritores e acadêmicos. O passado e modelos que as articulações institucionais sugerem podem ser muito diferentes de passados lembrados e narrados pelos escritores.

⁹⁷ Pode-se fazer um paralelo entre a prática dos historiadores/escritores locais e acadêmicos, por um lado, e os folcloristas, de outro, em contraste com a produção profissional de historiadores e cientistas sociais no âmbito universitário, a partir dos primeiros anos do século XX. A respeito da produção dos folcloristas, e sua relação com a produção das ciências sociais no Brasil, ver Vilhena (1997) e Rapchan (2000).

Escrita, narração e memória

“A casa materna é uma presença constante nas autobiografias. Nem sempre é a primeira casa que se conheceu, mas é aquela em que vivemos os momentos mais importantes da infância. Ela é o centro geométrico do mundo, a cidade cresce a partir dela, em todas as direções” (Ecléia Bosi, *Memória e Sociedade*, 1998: 435)

Tomar práticas, lugares e objetos do universo institucional revelam mais claramente o trabalho da memória, no sentido que Brandão (1998) apontou como a ‘memória para fora’. Trabalho coletivo, de construir e refazer o passado a ser lembrado nos quadros sociais do presente, na linguagem, entre grupos de convívio e referência (Bosi, 1998). Mas, há também o movimento da ‘memória para dentro’, a memória como atividade do espírito, e da vivência do tempo como uma experiência pessoal. Quando a casa remete à vida íntima, em seus afetos e percepções, e por isso, torna-se o primeiro centro geométrico do mundo. É nesse sentido que gostaria de reorientar a reflexão. Não se trata de opor a dimensão social à individual, ou o social ao psicológico. Trata-se de considerar outras temporalidades e razões que os escritores apontam para dizer de suas experiências de escrita ou da vivência com seus pares.

Ao olhar nessa direção, o encontro com os escritores passa a ser um encontro com narradores, no sentido que Benjamin (1994) ilumina. Experiência, encontro e comunicação em um trabalho de memória feito em conjunto, uma vez que a narração pede também um ouvinte, ele mesmo um potencial narrador para contar novamente as histórias. O narrador, artesão do contar, é paciente. Sua matéria-prima, retira da experiência, incorporando à narração também as experiências de seus ouvintes, com saberes que vêm de longe, espacial ou temporalmente. Os traços vistos por Benjamin em Nikolai Leskov, não parecem estranhos ao universo da presente pesquisa.

É o caso de Maria Torres Gonçalves, em *Hunay de hontem, Unai de Hoje* (1990), que deixa em seu trabalho um forte sentimento de nostalgia, repleto de palavras de

saudade e afetividade por lugares, pessoas e vivências. Indiretamente, ao longo de seu livro, há sinais de que a autora passou anos a escrevê-lo. Em seu depoimento, a autora confirmou a impressão – foram necessários cerca de vinte anos para que o livro fosse concluído. Maria Torres marca o trabalho da memória, em seu tempo existencial e subjetivo – um ir e vir que quebra cronologias, repete imagens e eventos, evidencia silêncios. Ao contar sobre seu método de escrita, a dimensão coletiva do trabalho do narrador acentua-se:

MTG - ... ah, eu fui acompanhando. Eu não perdia um jornal, eu não perdia uma pessoa idônea... Aqui teve muita gente que cooperou... O Oscar Rangel; a mãe do José; eram as pessoas antigas daqui... A Ursulina, uma que era do povo, mas não saía da casa dos grandes daqui, sabia muitas histórias...

A – ... a senhora fala dela no livro...

MTG – Eu falo dela... eu ia muito lá, para ela contar as histórias. Então as histórias que, como eu já disse, coincidiam umas com as outras, eu passava para o papel...

Bebendo nas águas da oralidade, a autora fundamenta sua escrita incorporando, ao construí-la, outras narrativas. No encontro que tivemos, em sua casa, Dona Maria Torres contou sobre Unai e Paracatu, e sobre a experiência de montar a escola no nascente município. Falou do tempo em que os quintais eram grandes e as crianças, seus alunos, iam visitá-la durante a época das frutas – tamarindo, goiabas, carambolas, lima, pé de coco.... Também na ocasião dos ensaios de festas cívicas, em seu quintal, debaixo das mangueiras, os alunos vinham. Perguntei-lhe sobre a estrutura do livro, curiosa sobre a origem de um modelo narrativo que parecia tão recorrente, como a das ‘boas famílias’ e dos ‘tipos populares’. Num primeiro momento, a escritora/ narradora respondeu com sua crença:

A -... a senhora vai apresentando primeiro como se fosse o espaço... as fazendas, a terra... aí depois, a senhora entra nos personagens... fala das famílias, e das figuras populares... Como veio essa idéia para senhora... dessa forma de apresentar?

MTG – Olha, Andréa, eu não sei, eu acho que foi Deus quem me inspirou. Porque todas as vezes... Eu levei vinte anos, que foi a data que eu escrevi o livro, esse período... Toda a vez que eu ia escrever qualquer coisa, eu pedia a bênção de Deus... Então, eu acho que foi ele quem me inspirou...

Na conversa, voltamos ainda à questão de suas inspirações e modelos:

A – A senhora tinha outras referências, de outros historiadores...

MTG – Dos tipos populares?

A – Até isso também, se essa idéia teve outras fontes...?

MTG – Porque tinha... eles, os tipos populares... Então, nessa ocasião, o povo visitava uns aos outros, entrava para as casas da gente, às vezes socava um arroz, fazia qualquer coisa... para tomar um café... Às vezes chegava na hora das refeições. Então eu tinha convivência com eles também... Então, eu fui escrevendo.... os tipos populares...

A – A senhora acha que eles fazem parte da história, tanto quanto...

MTG- Ah, eu acho que sim, eu acho... Toda cidade, você deve saber disso, tem seus tipos populares... Belo Horizonte, não é, tem aquela Olympia, né? Pois é, toda a cidade quase tem...(...) Mas, a maioria das cidades... que eu gosto muito de ler literatura brasileira, e quase todas as cidades tem seus tipos populares...

Por meio do diálogo, Maria Torres não mencionou primeiramente um modelo pré-estabelecido que guiava sua escrita. Contou, sim, de sua experiência sobre um modo de vida onde as casas dos ‘grandes’, sobretudo as cozinhas, encontravam-se abertas para algumas das pessoas como Ursulina, do ‘povo’ – também ela personagem e narradora da história. Sua fala diz da estrutura social, e também de afetos e convivências que a atravessam, como as da ‘socialização dos pequenos’, entre velhos e empregados⁹⁸. A

⁹⁸ “A criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização (...) Enquanto os pais se entregam às atividades da idade madura, a criança recebe inúmeras noções dos avós, dos empregados. Estes não têm, em geral, a preocupação do que é ‘próprio’ para as crianças, mas conversam de igual para igual (...) O que poderá mudar enquanto a criança escuta na sala discursos igualitários e observa na cozinha o sacrifício constante dos empregados? A verdadeira mudança dá-se a perceber no interior, no concreto, no cotidiano, no miúdo; os abalos exteriores não modificam o essencial. Eis a filosofia que é transmitida à criança, que a absorve junto aos socialmente ‘pequenos’ (Bosi, 1998: 73).

menção que Dona Maria Torres faz à ‘literatura brasileira’, com a qual reforça a ligação entre a ‘cidade’ e os ‘tipos populares’, reúne-se a experiência, ampliando a dimensão de sua vivência, que é também da casa e da cidade.

Outro escritor que conta sobre experiências de comunicação e narração, entre livros e autores, é Paulo Bertram. Ao visitá-lo, em um lugar onde montou o *Memorial das Idades do Brasil*⁹⁹, foi-lhe perguntado sobre a realização do *Encontro de Historiadores do Planalto*, cuja primeira edição foi em 1991, em Luziânia, e resultou em uma coletânea publicada pela Academia de Letras e Artes do Planalto¹⁰⁰:

“... depois de Brasília, sempre em Brasília, desde 58. E eu conheci de viva visão, eu conheci o Planalto antes da chegada de Brasília. E, havia ainda muitas fazendas antigas, todo aquele modo de vida sertanejo, intacto... as casinhas de lavradores, as roças de milho, eu vi tudo isso, e vi tudo isso desaparecer também. Então eu me propus a fazer um livro quando nasceu meu primeiro filho brasiliense, fazer um livro sobre essa história antiga do Distrito Federal. E comecei a juntar documentação. Eu era consultor do IPHAN, então fazia longos períodos de pesquisa nos arquivos de Goiás Velho, de Goiânia, e tudo que eu encontrei sobre a região, copiei...

Depois, logo me apareceu um pedido para escrever a história das terras do Distrito Federal... Nossa! Mãe de Deus, tá bom demais, isso!... E comecei a escrever esse meu livro, *História da Terra e do Homem do Planalto* (...)

E aí, eu sentia necessidade dos tais encontros.... Eu podia ir às cidades, mas seria muito mais interessante reunir as pessoas todas que têm ali, ajudar a estudar, esse tipo de coisa, a história daqui... E eu fiquei pensando, como é que eu faço. Aí surgiu a idéia, de fazer um encontro.... Nessa época, eu tinha entrado para a Academia do Planalto, e seria legal ter uma instituição, dando suporte... Aí, eu propus a eles de fazer lá, criar o encontro de história no âmbito da Academia. Toparam, e fizemos três, que foram muito bem sucedidos...”.

Para falar da instituição e de suas realizações – um evento, e uma publicação – Paulo Bertram contou sobre um momento de sua própria vida, do que viu antes de Brasília, de seu filho, de seus projetos. Escrever um livro sobre a história antiga do Distrito Federal vem junto com a narração de sua trajetória. Mais ainda, é algo que pede outros narradores, que solicita a partilha de conhecimentos e memória; daí a idéia do

⁹⁹ Localizado em Brasília, o *Memorial das Idades do Brasil*, é um espaço aberto ao público, e tem, entre suas atrações, painéis com reproduções de pinturas rupestres, fósseis, representações de sítios arqueológicos, e trilha pelo cerrado.

¹⁰⁰ José Dilermando Meireles e Antonio Pimentel (org) (1996) *História do Planalto – Coletânea*.

encontro dos historiadores. Não se trata somente da informação. Como na narrativa, em Benjamim, trata-se da experiência comunicável, “que passa de pessoa a pessoa, a fonte a que recorrem os narradores” (Benjamim, 1994 :198).

Embora o termo ‘comunidade’ não seja o mais adequado para se pensar o conjunto dos escritores há algumas noções de ‘comunidade’ que dizem de sentidos importantes para a compreensão de suas ações e produções. Parte disso expressa-se com a noção de comunidade de memória, na atualização de Borjas (1995) sobre o conceito de Halbwachs, ao distinguir memória social de memória coletiva. Em Halbwachs, está a idéia de que a recordação individual se liga à memória dos outros; recorda-se como membro de um grupo social. Borjas acentua a dimensão abstrata do conceito de memória coletiva em Halbwachs, denominando-a ‘memória social’ e a contrapõe a uma dimensão concreta, que chama de memória coletiva, existente entre indivíduos conectados entre si, como numa rede, marcando a constituição de uma *comunidade de memória* específica¹⁰¹.

Nesse sentido, os escritores e acadêmicos podem ser vistos como membros de uma comunidade de memória, suscitada pela concretude de suas redes, das instituições e por meio daquilo que é partilhado, que está no nome e na lembrança de lugares, pessoas ou casas, dimensão que também o capítulo anterior procurou explorar. Participantes dessa comunidade, eles ainda se particularizam pelo fato de serem, como narradores, autores e atores da história. A esse respeito, convém comentar-se um último episódio ocorrido durante a pesquisa.

Houve um gesto de silêncio, durante uma das entrevistas, que me tocou mais do que outros. O depoente, um senhor nascido nos anos 20, contava sobre um fato político,

¹⁰¹ “Diferenciando directamente estos conceptos podemos establecer que la memoria social es esse todo abstracto que por ser cualidad de la especie deviene en una cualidad social, pero la memoria colectiva es el todo concreto compartido por los grupos sociales y como tal deriva en una comunidad de memoria específica. En este sentido podemos afirmar que la memoria coletiva solo existe si la comunidad que la comparte existe y le da vida a través de la interrelación que lo proceso de recordación alimenta. Lo contrario nos coloca en situaciones que van más allá de la memoria y que en los grupos sociales son colocadas en un tiempo inmemorial, por el hecho que escapan a la comunidad de memoria” (Borjas, 1995: 25).

acontecido à época da construção de Brasília, durante o Governo JK. Comentava a ação de um político, crítica à construção de Brasília, ação contra a qual ele havia se posicionado. A entrevista, a seu pedido, não era gravada e eu fazia anotações conforme conversávamos. Ia copiar o nome do político em questão, quando meu entrevistado pediu-me para não fazê-lo. Justificou: ele já é falecido.

Embora esse gesto, que pede um silêncio (do nome) na escrita, possa ser lido de muitas maneiras, eu o entendi sobretudo como um gesto de delicadeza. Pela memória do morto e talvez, também, pelo que viveram juntos, como contemporâneos. O fato pôde ser contado, passado a diante, oralmente. Mas na escrita, para o registro, pediu um silêncio.

Pensando sobre o esquecimento em torno de Consuelo Caiado, na cidade de Goiás, Kofes (2001) trabalha com a distinção analítica entre narrativa ontológica e narrativa pública: “As narrativas ontológicas remeteriam àquelas histórias que as pessoas contam para fazer sentido à sua vida: definir quem são, condição para o que fazem. Este fazer, por seu lado, produz novas narrativas. Estas narrativas seriam sociais e interpessoais. As narrativas públicas seriam aquelas ligadas às formações culturais e institucionais mais amplas”¹⁰². O episódio acima talvez seja expressão de um momento em que o ontológico atravessa o contar público, e vice-versa. Para o senhor entrevistado, contar sobre sua vida, sobre o adversário político, sobre a construção de Brasília, era contar algo pessoal tanto quanto público, em sua inserção no domínio da política. O episódio não chega a ser exatamente uma expressão de esquecimento, mas de suas nuances, sobre algo que pode permanecer em uma narrativa, mas melhor que não seja na outra.

É relevante considerar também o fato motivador do constrangimento na situação - o político ter sido contrário, em alguma medida, à construção da nova capital. Brasília foi construída, e aquela posição ficou no passado, atropelada pela marcha da história, da

¹⁰² Distinção tomada a partir de Sommers, e de suas quatro dimensões da narrativa. Cf. Kofes (2001:175-176)

historicidade específica de Brasília¹⁰³. Para que escrever o nome, se o fato é irreversível?

Gostaria de concluir esse capítulo, reforçando a articulação entre os dois planos narrativos, o ontológico e o público. Eles enriquecem o enfoque sobre os escritores, e o espaço entre municípios que testemunharam a construção de Brasília, e a capital. Espaço representado e narrado, também articulado por meio de redes, nas posições sociais dos escritores como sujeitos sociais, ou membros de instituições específicas. E espaço vivido, nos afetos, na memória e no tecer das narrativas.

¹⁰³ Como no caso de Consuelo Caiado e a historicidade específica de Goiás: “Consuelo valia pelos fatos que lembrava, não pelo valor que lhes atribuía. Mas era este valor que ela própria acabou por concentrar em si. Os fatos por ela contados foram dispersos em vários escritos, em várias escutas. O valor que ela condensou ficou desencaixado na historicidade específica de Goiás. Assim, pode ter sido pelo que ela não esqueceu é que ela foi esquecida” em Kofes (2001: p. 185).

Capítulo V

O LUGAR DO SACRIFÍCIO

‘Ô meu nobre morador
Agora vou lhe saudar
Que a obrigação de quem chega
É saudar a quem está’
Verso da *Desobriga*

Folia de Reis Irmão Vieira
Bonfinópolis de Minas/ Noroeste de Minas

Como conclusão que articula alguns temas desenvolvidos ao longo da tese, procura-se iluminar neste capítulo certos trânsitos simbólicos e existenciais dos quais participam livros, autores e textos, inclusive na criação de espaços morais e políticos. Mais particularmente, se busca refletir sobre as ligações entre a construção do Entorno, as imagens sacrificiais dos municípios, e acontecimentos políticos da atualidade.

Nesse sentido, recupero dois pontos desenvolvidos anteriormente. O primeiro refere-se ao surgimento do Entorno como espaço regional construído a partir de critérios técnicos, enunciado por segmentos representativos do Estado-Nação (capítulo II). Historicamente associado à construção de Brasília, sua simbologia apontou para as imagens de centro e margens. Entretanto, ao se considerar outros *locus* discursivos sobre esse espaço, remetidos não tanto ao Estado-Nação, mas à Goiânia, capital do Estado de Goiás, e a municípios inseridos nas possíveis delimitações do Entorno, evidenciou-se não um centro, mas dois, embaralhando-se também a atribuição do que é margem ou centro. Espaço fronteiro onde se produz o encontro de diferenças sociais e culturais, o Entorno também dá visibilidade às tensões entre poderes distintos, como os poderes locais e o poder do Estado.

Um segundo ponto a ser recuperado remete ao modo como a relação entre municípios e Brasília é representada nos textos de autores locais (capítulo III). Ao se tomar um *locus* de enunciação formulado a partir dos municípios ou em consideração a eles, vislumbra-se um espaço de diferença no qual os municípios participam ativamente do projeto de mudança da capital, e se sacrificam pela nação. Essas imagens integram-se a um quadro de representação do mundo social no qual há ‘boas famílias’, ‘tipos populares’, ‘eruditos’; evidenciando-se a dimensão relacional e a ‘boa pessoa’ como valor; e a centralidade do município como personagem e eixo narrativo. O espaço social remetido à ordem dos livros, trabalhado no capítulo III, apontou redes pelas quais circulam os livros como signos e objetos de práticas. Articulada a instituições culturais e literárias, a ordem dos livros expressou-se particularmente pelas Academias de Letras, e suas práticas que comunicam a importância dada ao passado, à construção da memória social e à perpetuação de seus vultos.

Tendo em vista tal lugar de enunciação, gostaria de aprofundar o olhar sobre algumas das imagens desse repertório cultural sobre o evento da construção de Brasília. A partir da compreensão da lógica nativa acionada para dar significação a esse evento, e da incorporação que faz do código da modernidade, inspirada na perspectiva de Sahlins (1983), proponho uma reflexão sobre algumas questões do contexto contemporâneo do Distrito Federal, no caso, o fenômeno político ligado ao Governador Joaquim Roriz e o projeto da criação do Estado do Planalto. Minha intenção não é contrapor a experiência instituída na literatura municipal aos eventos da atualidade, mas refletir intuitiva mais do que metodicamente sobre as ligações entre esses eventos, a construção do Entorno e as imagens sacrificiais dos municípios.

* * *

A representação de Brasília nos textos, conforme apontado no capítulo II, associa-se à noção da capital antes de Brasília, capital a ser trazida ao interior do país. Nessa perspectiva, as narrativas dos municípios articulam-se à narrativa da nação brasileira na menção, por exemplo, aos Inconfidentes ou a José Bonifácio. Ao mesmo tempo, os relatos se particularizam ao acentuarem a participação ativa dos moradores e representantes de municípios goianos e mineiros na efetivação da mudança da capital, por meio de personagens históricos ligados aos municípios, como Americano do Brasil e Evangelino Meireles, ou sublinhando-se ações como a instalação da Pedra Fundamental em Planaltina, ou a recepção à Comissão Cruls.

A narração sobre a participação local na construção de Brasília acentua, portanto, um caráter ativo no projeto de mudança da capital. É o caso, por exemplo, do relato do ex-prefeito de Unai, José Adjuto Filho, membro da Academia de Letras do Noroeste de Minas (Paracatu), em que informa sobre a articulação entre os municípios para dar apoio ao projeto nacional. Seu depoimento trouxe a lembrança de um primeiro encontro entre os prefeitos mineiros e goianos da ‘região de Brasília’, realizado em 1959, em Unai (MG). Na reunião estiveram presentes 59 prefeitos, além de vereadores mineiros e goianos:

“Dentre os acontecimentos que marcaram a minha gestão como prefeito, quero ressaltar a importância da Reunião de Prefeitos Mineiros e Goianos da Região de Brasília, aqui realizada no início do meu primeiro mandato (...)

O ponto mais alto desta reunião foi a resolução aprovada pelos prefeitos e dirigida ao Governo Federal, propondo a criação da Superintendência dos Municípios Vizinhos de Brasília (SUMVIBRA), bem como de um estabelecimento de crédito para financiar as obras de infraestrutura decorrentes da criação e implantação dos projetos do órgão.

O projeto foi apresentado pelo representante do prefeito de Formosa, com apoio de todos os presentes. Apesar de aprovados os projetos, por motivos que não cabe aqui analisar, principalmente por serem divergentes das metas por nós preconizadas pelos governos seguintes, somente anos depois foi criado o Banco Regional de Brasília e a Região Geoeconômica que, como se vê, tiveram as suas raízes fincadas aqui”¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Em entrevista realizada em Unai (janeiro de 2003).

Entre pontos a ressaltar nesse depoimento, há o relato sobre uma ação articulada entre prefeitos em prol da nova capital, no ano que antecedeu a inauguração de Brasília¹⁰⁵. Reforçou-se, também, a participação ativa no projeto que resultou em Brasília, indicando-se tal iniciativa como precursora de ações desenvolvidas posteriormente, como o Banco Regional de Brasília e a própria Região Geoeconômica. Além dessa participação, solidária ao projeto do Estado-Nação, pode-se visualizar a partir do nome do órgão proposto - Superintendência dos Municípios Vizinhos de Brasília -, um espaço imaginado que sugere a vizinhança e, nesse sentido, também uma relação de proximidade e cooperação mútua.

Outro modo de se representar a participação dos municípios na construção de Brasília, acentua o simbolismo da proximidade e contigüidade por meio das imagens do sacrifício. Elas aparecem integradas a uma teoria nativa que narra o papel do município e sua importância na efetivação da nova capital. Como mostrado no capítulo III, são imagens que descrevem metaforicamente uma ação naquele projeto: *entregar o torrão do sacrifício* ou *sangrar-se na própria carne*, ao abrirem mão das terras para a concretização da nova cidade.

A analogia mais evidente diz que entregar a terra do município para a construção da capital é como entregar parte do próprio corpo. Além dessa oferenda, cabe lembrar as menções à ‘pré-história de Brasília’: os municípios teriam oferecido também um passado secular, marcando a continuidade do projeto em relação a movimentos anteriores rumo ao interior, como as bandeiras, as civilizações do ouro e do gado – movimentos fundamentais nas narrativas fundadoras dos municípios e da nação. O tom nostálgico e saudosista de muitos textos também remete a outro sacrifício: o de ter posto de lado o passado e a tradição diante da modernidade prometida pela nova capital, além das expectativas de progresso, desenvolvimento e plena integração à nação.

¹⁰⁵ Segundo Maria Torres Gonçalves, a reunião aconteceu em Unai, de 27/2 a 01/03 de 1959, em: *Hunay de Ontem, Unai de Hoje* (1990:310-313).

Tal repertório de imagens mostra-se consonante a uma lógica relacional e de reciprocidade representada tanto no nível textual, quanto na ordem dos livros, expressões da cultura local. Em relação à significação de Brasília nesse contexto, essa lógica pode ser mais bem compreendida com o suporte teórico de Mauss (1974) e Hubert & Mauss (2001), com as noções de dádiva e sacrifício.

O ensaio sobre a dádiva, em Mauss (1974), está associado ao estudo de fenômenos sociais totais, que exprimem, ao mesmo tempo, e a uma só vez, toda espécie de instituições sociais, sejam elas políticas, familiares, jurídicas, econômicas ou religiosas. Nesse conjunto, encontram-se os sistemas de prestações totais, caracterizados por um tipo de troca ou contrato realizados aparentemente sob a forma de presente voluntário, mas que de fato marcam uma obrigatoriedade nos atos de dar, receber e retribuir. As pessoas morais envolvidas nas trocas – clãs, tribos, famílias – obrigam-se mutuamente a trocar e contratar. Essa obrigação, exemplificada em instituições como o *potlach*, liga-se ao caráter agonístico das relações entre essas pessoas morais: a troca é a alternativa à guerra.

Parece pertinente interpretar a referência à construção de Brasília, em termos da teoria nativa em discussão, como um evento referido a um sistema de reciprocidade. Nele, os sujeitos políticos da troca a ser instaurada por esse evento seriam, de um lado, os municípios e, de outro, os segmentos representativos do Estado-Nação – ou, nos termos que Queiroz (1976) desenvolve, entre poder local e poder central. Porém, os textos não falam somente de troca; o termo usado é o sacrifício. O que isso quer dizer?

No referencial teórico de Hubert & Mauss (2001), o sacrifício é visto como um tipo particular de troca e contrato, não entre homens, mas entre homens e deuses, seres sagrados, sendo que “a destruição sacrificial tem precisamente por fim ser uma doação que seja necessariamente retribuída” (Mauss, 1974: 63). Na caracterização do sacrifício como ritual (Hubert & Mauss, 2001), seus traços fundamentais são dados pela existência de um

sacrificante (sujeito que recolhe os benefícios do sacrifício ou sofre seus efeitos), e de uma *vítima* (coisa consagrada e objeto destruído). É através da relação entre eles que a instituição é definida: “o sacrifício é um ato religioso que, pela consagração de uma vítima, modifica o estado moral da pessoa que o realiza ou de certos objetivos pelos quais ela se interessa” (Hubert & Mauss, 2001:151). Ressalta-se, nesse sentido, a *comunicação* que o sacrifício, como troca, estabelece entre os domínios do sagrado e do profano. O objetivo do rito está em aumentar a religiosidade do sacrificante, porém, a aproximação ao sagrado é envolta em perigo, e pode ser terrível para aquilo que não é puro. Eis o papel da vítima, fazer a comunicação entre os domínios: “a vítima é o intermediário pelo qual se estabelece a corrente” (Hubert & Mauss, 2001: 183). Sua destruição marca a mudança na natureza do objeto sacrificado, sua consagração e separação definitiva do mundo profano. Essa consagração se irradia e alcança o sacrificante, transformado ao fim do rito. Reforçando-se a dimensão da dádiva e da reciprocidade, o sacrifício envolve abnegação, mas também expectativa, algo que se espera receber. Trata-se de seu duplo aspecto, “é um ato útil e é uma obrigação” (idem: 225).

Tomando-se essa perspectiva teórica, pode-se aprofundar a interpretação da metáfora do sacrifício na visão da teoria nativa, sobre as relações entre municípios e Brasília.

O papel do *sacrificante* poderia ser associado aos próprios municípios, como também, ao poder local. São eles, segundo os textos, que são privados de algo, ofertando a uma entidade maior, com a qual desejam ou são obrigados a se comunicar. Fazendo o papel da divindade, correlato ao sagrado, parece estar o Estado-Nação, sendo o nome do ‘Governo’ o mais recorrente na menção a quem se entrega o torrão do sacrifício.

Quanto às entidades sacrificadas, os discursos, sobretudo aqueles relativos a Planaltina e Luziânia, sugerem ser a terra do município, seus habitantes, os valores ligados

ao passado, os costumes e tradições locais. Seguindo essa lógica, os costumes são ofertados, a terra é sangrada, para o nascimento da nova Capital. Como vítimas, terra e tradição são os elementos que intermedeiam as dimensões do sagrado e do profano, nesse caso, entre município como esfera local, e Estado-Nação, poder central, para efetuar a consagração, a transformação do sacrificante e seu interesse na abnegação - a interiorização do desenvolvimento, a integração à economia nacional, o progresso.

Para ilustrar essa interpretação sobre as expectativas diante de Brasília, o interesse dos municípios e a potencialidade antevista com a capital, há palavras entusiasmadas de Dilermando Meireles, publicadas no ano da inauguração de Brasília, em 1960:

“Brasília é o crepúsculo risonho de uma nova era. Não apenas um modelo de urbanismo, de linhas suaves, plantada nos sedosos altiplanos de Goiás. É, sobretudo, a argamassa de uma idéia diferente sobre as nossas coisas e a nossa gente; a tradução material de um novo ponto de vista sobre a nossa economia; o canto primeiro do grande poema da civilização do futuro; o movimento mais positivo a caminho de um nacionalismo real e prestante; a única maneira prática de integrar a interlândia no concêrto do progresso nacional (...)

Eu, de minha parte, cantarei apenas a força da tua filosofia; o poder de tua energia criadora; o vigor de tua expansão eminentemente nacionalista; o teu incontido impulso de progresso, qual pião centrípeto, para onde convergem e no qual se irmanam as mentalidades geratrizes de uma nova era para os destinos do Brasil”.¹⁰⁶

Esse trecho, fragmento do ‘Poema de Ouro’, representa expectativas e desejos diante da promessa colocada por Brasília. Se os municípios ofertaram, o advento de Brasília prometia.

O sacrifício, como se disse, envolve um duplo aspecto, da obrigação e do interesse. Implica reciprocidade. Mauss e Hubert (2001) apontam que, freqüentemente, ele é concebido como uma forma de contrato, quando duas partes ‘trocam serviços’. Se, como aqui interpretado, a lógica nativa toma os municípios como *sacrificantes* em relação à

¹⁰⁶ “A Civilização da Interlândia e o Futuro do Brasil”, in José Dilermando Meireles (org). *Apologia de Brasília*, (1960: 25).

construção da nova capital, e se isso implica a idéia de um contrato, houve retribuição? Ela é relatada ou representada nos textos?

Comentários a respeito desse pretense retorno não são freqüentes nos textos analisados, mas existem. Xiko Mendes (1995), em *O mito da interiorização através de Brasília* (ver capítulo III), aponta o fracasso da interiorização do desenvolvimento, buscando compreender sua ilusão. Em “Complexo Tantálico do Entorno”, Dom Frampaso II também traz o tema do sacrifício, mas pela via de Tântalo, castigado por ter oferecido aos deuses o próprio filho (capítulo II). Sua pena foi estar acorrentado próximo a um lago, sem poder beber; próximo a frutas, sem poder comer – como o Entorno ao lado de Brasília. Uma estrofe do poema sugere uma visão possível sobre o ‘contrato’ e seus participantes: “A elite dissera que Brasília/ É que nos tiraria do fosso/ Mas era tudo mentira/ Logo arquivada no esboço!”. Nesse caso, a ação esperada de uma das partes (o ‘governo’, a ‘elite’) não se efetua, sendo traduzida como mentira.

Aponta-se, desse modo, a quebra da reciprocidade e da lógica da dádiva. Na teoria nativa, os municípios participaram ativamente do projeto nacional e, em seu nome, na expectativa do progresso e do desenvolvimento, ofereceram suas terras, seu modo de viver e a autonomia do poder local. A ação não realizada de uma das partes, e sua leitura como ‘mentira’, sinaliza também a percepção de outra lógica em operação, a do Estado e seu poder soberano, apontando-se também para a distância entre o local, comunidade relacional, e a nação, comunidade imaginada (Anderson, 1989).

Particularmente sobre a questão das terras, há dois textos de Dilermando Meireles sugestivos para uma interpretação da imagem do sacrifício dos municípios, e sobre a falta de reciprocidade de uma das partes envolvidas. Trata-se de textos de caráter diferente dos até aqui mencionados – são estudos jurídicos, tratando da questão das terras no contexto do Distrito Federal. Como Promotor Público no Distrito Federal, Meireles publicou “Um

estudo sobre o domínio das terras do Planalto Central do Brasil” (1972); dez anos depois, então Procurador-Geral da Justiça do DF publica “O problema fundiário no Distrito Federal. Enfoque histórico e jurídico” (1982).

O primeiro artigo mencionado, da década de 70, considera o debate entre duas correntes antagônicas relativas à tese do domínio indiscriminado da União sobre as terras do Quadrilátero Cruls. Posicionando-se contrariamente a essa tese, Meireles faz uma retrospectiva do problema, recuperando a questão da mudança da capital segundo a Constituição de 1891 e a primeira polêmica em torno do artigo 3º da Constituição de 1891, relativa à posse de terra¹⁰⁷. O artigo é concluído, comentando-se o Mandado de Segurança no. 179, com a posição final do judiciário, contrária ao domínio indiscriminado da União sobre as terras do Quadrilátero Cruls e sufragando “o domínio indiscutível dos primitivos habitantes do Planalto sobre as terras que amanhã há mais de dois séculos”. Ao final do texto, em um tom ofendido, escreve:

“(…) é deveras entristecedor verificar como exegetas menos avisados ousam pôr em dúvida o domínio dos descendentes da brava família bandeirante que, arrostando toda sorte de riscos e agrura, desbravaram os sertões incultos e ínvios do Planalto, plantando aí a semente de uma civilização plurissecular, com a qual vem agora entroncar-se a moderna sociedade brasileira” (:78)

A argumentação de Meireles reforça o peso da ancestralidade, a ligação entre os habitantes do Planalto e os bandeirantes, e a anterioridade desse papel civilizador em relação à ‘moderna sociedade brasileira’. Encerra-se com a reprodução de falas dos membros do Tribunal de Justiça do DF durante o julgamento¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Segundo o artigo: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal”, cf Meireles (1972 : 60).

¹⁰⁸ Além do “retrospecto histórico do problema”, o artigo apresenta os seguintes tópicos: “A questão é velha – No Planalto Central do Brasil não pode vigir regime jurídico diferente do que vige no resto do país”; “O período da hesitação judiciária”; “Das cartas de sesmarias”; “A doutrina do registro paroquial”; “Ocupação Originária e Ocupação Secundária – Duas situações, duas conseqüências jurídicas”; “Da *vera interpretatio* – oposição ao domínio do Estado de Goiás no tocante às terras públicas”; “Opinião Coletiva do Parlamento

O artigo de 1982, “O problema fundiário no Distrito Federal. Enfoque histórico e jurídico” é mais breve do que o acima descrito. Trata do problema fundiário do DF, descrevendo-o em três fases. A primeira refere-se ao período anterior à mudança da Capital, particularmente à época em que foi constituída pelo Governo de Goiás a ‘Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal’ (ver capítulo III). O autor faz um relato sobre os trabalhos da Comissão criada pelo governo de Goiás, para cuidar do levantamento e dos estudos relativos aos imóveis rurais localizados na área demarcada para o Distrito Federal. Aponta também as dificuldades relativas à documentação imobiliária da região, e o esforço da Comissão na reconstituição das cadeias dominiais de imóveis. A segunda fase, que denomina de ‘bizantina’, concentra-se justamente no tema do artigo anterior, a polêmica em torno do artigo 3º da Constituição de 1891, entre o domínio da União e o domínio privado sobre as terras do Planalto. Reproduz-se abaixo um dos trechos, onde Dilermando Meireles critica o pólo jurídico da polêmica favorável ao domínio indiscriminado da União:

“A falta de identificação do magistrado com o meio, ao qual não se prenda por laços de ancestralidade, nem de tradição, nem de afeto, nem de interesse econômico ligado à terra, com raízes no passado, faz com que a *figura humana do pré-brasiliense* não se lhe apresente na porfia judiciária senão como *espectro de uma raça extinta ou em vias de extinção*” (: 305) (grifos meus)

A partir das imagens acionadas em torno do domínio e posse das terras, torna-se legível um problema fundamental: o do *não reconhecimento*. Particularmente nessa citação, o autor referia-se ao recém-criado Judiciário de Brasília, e aquilo que considerou *como falta de identificação* do magistrado *com o meio*, no caso, a “velha comunidade do Planalto”.

Lembrando-se de alguns vínculos de José Dilermando Meireles com esse meio (como por

Nacional”; “A Velha civilização do Planalto Central – Do usucapião imemorial de suas terras”; “A última palavra”.

exemplo, a idealização da Academia de Letras em Luziânia, e a produção de vários textos histórico/memorialistas relativos ao Planalto e Luziânia), a imagem mais contundente desse trecho talvez seja a mágoa de que, aos olhos de outros, a figura humana do pré-brasiliense seja como o espectro de uma raça extinta ou em vias de extinção.

Simbolicamente aponta-se para o não reconhecimento do sacrifício local – do que se ofertou em nome da nova capital, e do que se esperava em retribuição. O tom de ofensa, perceptível nesses textos, talvez represente o momento em que se percebeu a ruptura da aliança. Entretanto, o trecho acima sugere também que essa ruptura é lida não nos termos da lógica da reciprocidade, mas nos termos do código da modernidade política, cujo princípio nuclear é o direito ao reconhecimento das identidades individuais ou coletivas. Ao reclamar da não-identificação, o trecho também nota a existência de uma alteridade, expressando uma luta por reconhecimento no âmbito do Estado de direito (Habermas, 2002: 238), no caso, reconhecimento da ‘velha comunidade do Planalto’, que plantou a semente da ‘civilização plurissecular’, e reclama de seu direito à terra.

A queixa presente nesses trechos envolve, além do problema das terras, questões relacionadas às identidades locais e ao impacto dos encontros e das novas situações surgidas com o evento de Brasília.

É importante notar que a construção de Brasília significou uma enorme afluência para o Planalto Central, de brasileiros distintos, oriundos de diversas regiões e contextos socioculturais. A título de ilustração, à época da construção da cidade, o Censo realizado pelo IBGE em 1959, apontava 28.020 pessoas vivendo nos acampamentos, 17.761 em núcleos provisórios, 6.277 em núcleos estáveis e 12.256 pessoas na zona rural: “os habitantes dos acampamentos formavam 43,5% da população total do território (64.314), ou ainda, retirando-se desta cifra a população da zona rural, 53,8%” (Ribeiro, 1998: 32). Além desse impacto, os nativos do Planalto, em certa medida, viram-se iguados a todos

os outros, sob uma nova denominação, a de ‘candangos’. Como aponta Holston (1993), a construção da capital fez surgir uma série de denominações e re-significações em torno das imagens de bandeirantes, pioneiros e candangos: “assim, os pioneiros declararam-se candangos, e os candangos são declarados pioneiros e a epítome do moderno bandeirante. Do trabalhador sem qualificação ao presidente da Novacap, a palavra se generalizou como um termo de prestígio para incluir todos os envolvidos na construção. Durante os anos de construção, tal processo de transformação semântica foi promovido tanto pelas elites nacionais quanto pelas locais (isto é, os ‘pioneiros’), que começaram a se incluir na denotação do termo” (Holston, 1993: 212). Os pioneiros e a ‘elite local’, mencionados por Holston, referem-se, de fato, ao grupo recrutado pelo governo entre 1956 e 1960, ‘primeiros funcionários, profissionais, comerciantes, agricultores’, em contraste com os operários da construção. Ou seja, nessa nova terminologia, os diacríticos – inclusive o de ‘local’ – são todos reformulados com o evento da nova capital.

Um caso expressivo sobre essas questões e suas implicações, inclusive de ordem subjetiva, é apresentado no documentário dirigido por Nancy Alessio Magalhães, *Memórias de Cá e de Lá – Paranoá/ DF*¹⁰⁹. O vídeo trabalha as memórias do encontro entre nativos do Planalto e trabalhadores vindos de outras regiões brasileiras, à época da construção da Barragem do Paranoá, no Distrito Federal. No contexto desse encontro, o lugar de morada dos nativos passou a ser chamado de ‘vila dos goianos’/ ‘vila goiana’ pelos trabalhadores, por sua vez, nomeados como ‘pessoal da barragem’. Um dos depoimentos registrados no vídeo é o de Dona Carmelita Santana de Paiva Alves, nascida em Planaltina, em 1952. Aos dois anos de idade, mudou-se com seus pais para as terras do avô, atualmente área próxima à barragem. Abaixo, a reprodução de um trecho de seu depoimento, apresentado no

¹⁰⁹ Com direção geral de Nancy Alessio Magalhães, e realizado pelo Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade e Memória do Centro-Oeste (NECOIM/CEAM/ UnB) e pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA/ SCE/GDF), 1998.

documentário, em que comenta sobre sua origem e identidade, a partir do novo contexto da capital:

“Eu não vim de lugar nenhum. Eu nasci e estou aqui desde antes de Brasília. Minha família... A gente ficou assim, nem é... não sabe o que a gente é. Se a gente é mesmo goiano, se é... se é candango. Eu tenho isso comigo, parece como se eu tivesse me perdido, de estranho...”

Apesar de a depoente, Dona Carmelita, não ter, a princípio, nenhuma relação direta com os escritores, seus textos e Academias, tampouco se apresentar como representante de elites locais dos municípios, sua fala e o sentimento de estranheza mencionado aproxima-se da imagem do ‘espectro da raça extinta’, no texto de Dilermando Meireles. Ambas parecem dizer do *momento estranho*, ‘re-locação do lar e do mundo’, que confunde o familiar e o estranho, aponta o que deveria permanecer oculto, mas foi revelado (Bhabha, 1998:29). E o que foi revelado? Dentre tantas respostas possíveis, uma delas pode estar na descoberta dessa lógica outra, não da reciprocidade, mas do Estado-Nação, remetida ao direito de exercer o poder soberano sobre todo o território. Descoberta, também, da subalternidade do local em relação ao nacional.

Nesses relatos, Brasília não é mais um projeto pelo qual se luta, mas um acontecimento irreversível, instaurador de uma nova modalidade de ação histórica – um evento crítico (Das, 1998). Novas pessoas que a cidade traz (sejam magistrados ou trabalhadores) embaralham posições e marcas identitárias, provocam curiosidade, revolta ou medo. Ainda um trecho do depoimento de Dona Carmelita comenta novas direções e diferenças abertas no encontro desses Outros:

“A gente tinha medo. Eu pelo menos, eu tinha medo. A gente não era acostumado; as pessoas chegavam pelos fundos, né... Todo mundo lá chegava pela porta da frente, tudo que queria, era assim. E eles chegavam pelos fundos, eles vinham pelo rio; quando a gente pensava que não, estava o quintal cheio de homem...”

Vindos de direções inesperadas, entrando *pela porta dos fundos*, confundindo posições: alude-se a movimentos que, em certa medida, fazem desaparecer a vítima do sacrifício. Como no relato acima, as pessoas que chegaram com a nova capital participaram de encontros criadores de novos posicionamentos, a partir dos quais representações sobre o espaço, sobre ser ‘goiano’ ou ser ‘candango’ foram re-significadas, em um novo contexto. Entre essas representações, há um conjunto de imagens relativas aos nativos de Goiás que gostaria de introduzir na discussão, contrapondo-as à imagem dos *sacrificantes*.

Piadas podem ser um veículo expressivo na criação/reprodução de estereótipos, delineamento de identidades contrastivas, e para a revelação das tensões e constrangimentos da *intimidade cultural*. Esse conceito é cunhado por Herzfeld (1997), relacionando-o ao estudo de um processo que denomina de poética social. Nesse processo, se faz *uso* de “significantes constantes”, os estereótipos, elementos constituintes de uma expressão simbólica que mascara a natureza cambiante dos significados. A poética social coloca em evidência a relação entre *retórica* (como expressão que transborda o verbal) e *ação*, e sua análise permite o mapeamento da operação de agência social na criação de relações sociais. Por meio desse instrumento, evidenciam-se dinâmicas de poder que lançam mão de símbolos compartilhados, usados e interpretados diferentemente de acordo com os interesses, os recursos e os desejos dos distintos atores. A esse terreno comum, muitas vezes tenso e embaraçoso, Herzfeld chama de *intimidade cultural*, estudada por ele no contexto do Estado-Nação.

Quem vive em Brasília ou em outras localidades do Distrito Federal aprende rapidamente que piadas locais, preferencialmente, são sobre ‘goianos’. Nelas, o caráter sublinhado nas representações construídas é a do sujeito tosco, pouco inteligente, bruto; o ‘boiano’. Representações sobre um sujeito ‘bárbaro’ são enunciadas por outro sujeito que, provavelmente inspirado pelo discurso hegemônico sobre a capital modernista, quer marcar um contraste identificado-se com a imagem de ‘civilizado’. A piada em contra-resposta diz

que os brasilienses são ‘goianos do quadrado’ – uma referência à inscrição do DF no mapa de Goiás, cuja imagem envolve a capital.

Essa tensão e as representações depreciativas sobre Goiás e goianos, no Distrito Federal, não são mencionadas, explicitamente, em nenhum dos textos analisados. De fato, parece ser um aspecto das relações entre os habitantes de Brasília/DF e os do estado e municípios de Goiás que encontra pouca enunciação formal, como por meio da escrita. Sua enunciação privilegiada parece estar, realmente, no domínio das piadas e expressões jocosas.

Considerando-se as narrativas e imagens criadas a partir dos municípios, o fato de a escrita, formalização do registro da memória coletiva, não explicitar essa tensão, talvez acuse uma dificuldade em se lidar com o fato. A tão esperada Brasília, pela qual se sacrificaram terras, modos de vida e identidades, não trouxe o reconhecimento da participação dos municípios na efetivação de seu projeto – o discurso hegemônico sobre a capital continua situando-a no vazio. Em certa medida, a dicotomia capital-interior repete-se; a capital, próxima fisicamente, mantém a distância estrutural. Não bastassem esses fatos, os *sacrificantes* mais próximos espacialmente são depreciados, por meio de piadas. Ora, se a escrita, nos textos estudados, narra a centralidade dos municípios, formaliza memórias protagonizadas por vultos ilustres, descendentes de bandeirantes, desbravadores do sertão para a construção de uma nação, de fato, não registrar aqueles dados parece ser a opção escolhida, diante de episódios que configuram uma versão depreciativa da própria história.

Durante algumas das entrevistas com os escritores, sobretudo os ligados aos municípios goianos, levantei esse quadro. Ao contrário da ausência na escrita, a questão foi reconhecida e sobre ela mantive alguns diálogos. Em alguns deles, apareceu a dor, a revolta íntima. O fragmento abaixo surgiu durante o depoimento de uma escritora com longa experiência na área de educação, e um currículo respeitável tanto pelo saber notório quanto

por sua titulação acadêmica. Quando jovem, trabalhou na primeira escola classe de Brasília, experiência lembrada junto aos nomes de Anísio Teixeira e do INEP, e ao orgulho de participar da construção de Brasília¹¹⁰. Em certo momento da entrevista, perguntei-lhe sobre a relação entre goianos e os que chegavam para a construção da capital. Na resposta, ela trouxe também a referência a sua trajetória de educadora:

“** A gente foi muito humilhado. Até falavam: goiana? Ela que vai dar orientação? Goiana? (...)

A – Por que será?

** – Não sei... os paulistas... eles queriam mandar. Quando o [menção a uma pessoa de origem goiana] era muito competente, começou a tomar e foi para frente, eles ficaram com raiva, eles queriam mandar, os paulistas e os gaúchos (...) Queriam mandar na educação. Os paulistas achavam que eles eram os tais, e os gaúchos também... (...)

Agora já dão valor às autoridades goianas que estão aqui. Mas no começo, eles não queriam que a gente fizesse... eles queriam mandar em tudo. Humilhavam muito a gente, muito. Ficou a marca na gente – GO, GO.... A gente podia ser capaz, ser tudo, mas eles só falavam GO, GO (...) de grosso... goiano grosso, goiano bobo. E eu ficava olhando, toda a minha comunidade (...). Falava: não é; tem gente muito mais... Uns conhecidos ficavam no alojamento da Novacap – tanta gente mal educada, grosseira, e depois falam de goiano...”

A imagem depreciada do goiano revelada durante as entrevistas também foi dimensionada em termos do próprio passar do tempo. Em alguns dos depoimentos houve referência ao fato de se passar a viver em Brasília; a terem visto os filhos nascer ou crescer na cidade; a terem construído casas, trajetórias profissionais e a haver-se ‘misturado com outras pessoas’ e novos modos de viver. Em outros relatos, afirma-se que as outras pessoas envolvidas na ‘mistura’, quase sempre identificadas pela sua origem regional, acostumaram-se ao meio, ao interior, criaram raízes:

¹¹⁰ Anísio Teixeira, educador brasileiro, nasceu na Bahia, em 1900 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1971. Em 1946-1947, exerceu as funções de conselheiro de ensino superior da UNESCO. Em 1951, exerceu o cargo de secretário-geral da Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior -CAPES, e depois, de 1952 a 1964, o de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos -INEP, criando o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os centros regionais de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco e, na CAPES, os centros nacionais de treinamento pós-graduação. Foi Membro do Conselho Federal de Educação (1962) e reitor da Universidade de Brasília (1963-1964), tendo recebido a medalha de honra por serviços relevantes da Universidade de Columbia. Cf. <http://www.prossiga.br/anisioteixeira/>

A – O senhor acha que... para quem está em Brasília, e não tem um vínculo, uma relação com os municípios que estão em volta de Brasília, o senhor acha que existe um olhar assim pejorativo sobre....?

** – Ah, não tem dúvida, não tem dúvida. Eu acho que sim. E... Brasília, é complicado, né... porque é uma mistura muito grande... Quer dizer, o mineiro mesmo que mora aqui, esse não, quer dizer, esse é acostumado com esse tipo de interior, gosta disso. Mas o carioca, por exemplo, o paulista que não é... o paulista de interior sim, porque esse é bem matutão também, o paulista... Mas, o da capital, o carioca, principalmente o carioca, é muito metido. Até hoje, eles continuam sendo... (...)

Mas, eu acho que hoje, hoje eu acho que até eles conseguiram enraizar aqui, não sei, ou a convivência que houve...”

Nesses dois depoimentos, há menções relevantes sobre os motivos dos conflitos. No primeiro, claramente é posto o tema da disputa de poder, ‘querer mandar’. No segundo, a tensão é referida a dois mundos diferentes: o sujeito do interior, e o da capital. A animosidade acontece não entre pessoas que vem do interior – o mineiro, o paulista ‘matutão’, acostumados a ‘esse tipo de interior’. A tensão e o olhar pejorativo são associados particularmente aos cariocas, vindos do antigo Distrito Federal, Rio de Janeiro, ou da capital paulista.

O fato de esse tipo de lembrança, que remete ao conflito, não ter grande expressão nos textos consultados, provavelmente se deve também à participação e implicação dos próprios escritores em um novo contexto social, caracterizado justamente pela ‘mistura’ de pessoas vindas de diferentes regiões do país. Como aponta Pollak (1989: 15), o “trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”, e nesse sentido, não registrar formalmente essa memória pode ser uma escolha diante das possibilidades de comunicação, de fazer-se entender, nos encontros e diferenças colocados pelo cotidiano, na dimensão rotineira da vida.

Porém, isso não implica necessariamente esquecimento ou desaparecimento de certos padrões de relações. Há pouco tempo comentava sobre minha pesquisa com uma

amiga, vinda de família goiana, e nascida em Brasília na década de 70. Na conversa, ela recordou de sua infância e de sua avó, que morava em Planaltina, num antigo casarão. Lembrava da cidade, de quando a família recebia os foliões da Festa do Divino; de suas visitas à avó, em que aprendia pontos de crochê. Falou sobre as terras em Brasília que, antes, eram de fazendas em Planaltina; e também se lembrou de como ouvia, na infância, sobre a elegância das mulheres de Luziânia. Ao discutirmos alguns dos pontos tratados pela tese, ela relatou o fato de que, durante a infância e a adolescência, não se sentia à vontade de falar sobre sua origem familiar em Brasília, entre seus colegas de um colégio de classe média. Por quê? Porque tinha o sentimento de que, entre eles, havia uma imagem depreciativa a respeito de Planaltina. Para eles, o nome dizia de algo que era *menos*, enquanto ela sabia o quão *mais* o lugar significava para ela, sua família, e outros que testemunharam e participaram, em Goiás, da construção de Brasília.

Esses casos, em que se reclama da desvalorização do goiano, fazendo-se notar a existência de uma alteridade e de conflitos, podem ser relidos por meio de outras lutas por reconhecimento no contexto da democracia política, manifestas na formalização dos conflitos, por exemplo, pela via eleitoral. Nesse sentido, são tecidas algumas considerações a respeito do fenômeno político que levou ao poder do Distrito Federal um nativo do município de Luziânia, em Goiás, e também sobre o projeto de criação do Estado do Planalto.

De fato, considerando-se os aspectos explorados nas narrativas, e o discurso acerca das relações entre municípios e capital federal, é inevitável fazer uma reflexão, mesmo que breve, sobre a presença incisiva, na política contemporânea no Distrito Federal, de Joaquim Roriz, atual Governador do DF. Uma das razões de se enfatizar o tema refere-se ao fato de o Governador ser natural de Luziânia, e ter seu nome associado a uma das famílias tradicionais do município. Os fenômenos político e eleitoral ao seu redor são complexos, e certamente envolvem uma série de questões e perspectivas que não devem ser aqui tratadas.

A reflexão proposta volta-se à relação entre sua presença contundente no panorama político-eleitoral, a algumas das marcas ao redor de sua figura política, e ao discurso estruturado por meio dos textos que tem, no município, um *locus* de enunciação.

A autonomia política do Distrito Federal, por meio da eleição direta, somente foi instituída com a Constituição Federal de 1988¹¹¹. Desde essa época, a presença política de Joaquim Roriz tem se colocado de modo incisivo: mais de 10 anos como governador durante os 15 anos de autonomia política do Distrito Federal. Em 1988, ocupou pela primeira vez o cargo, como governador indicado. Ao final de 1990, na primeira eleição do Distrito Federal, foi eleito governador para o período de 1991 a 1994. Nas eleições de 1994, o eleito foi o pernambucano e ex-reitor da Universidade de Brasília Cristóvam Buarque, que governou durante o período de 1995 a 1998. Nas eleições de 1998, Roriz derrotou Cristóvam Buarque e foi novamente eleito como governador, tomando posse em 1999. Ao final de 2002, foi reeleito para o seu terceiro mandato pela via direta¹¹².

Há dois aspectos particulares a envolver sua figura política que gostaria de levantar. Um deles refere-se às polêmicas que marcam suas gestões, associadas, sobretudo, às políticas de distribuição de lotes, a ocupação irregular de terras públicas, e sua capitalização como recurso político¹¹³. Outro ponto refere-se às imagens caricatas formadas em torno da

¹¹¹ A partir de então, passa-se a eleger pelo voto direto governador e vice-governador, três senadores, oito deputados federais e vinte e quatro deputados distritais. In Couto (2001: 292-293)

¹¹² Em 1990, Joaquim Roriz foi eleito pelo Partido Trabalhista Renovador (PTR); nos outros anos, elegeu-se pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Cristóvam Buarque elegeu-se pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Cf. Teixeira (2002: 41)

¹¹³ Em relação à política de assentamento, Teixeira comenta: “A política de assentamento consiste em concessões de pequenos lotes semi-urbanizados (120m²) nas cidades satélites, destinadas a moradores de invasões e inquilinos de baixa renda (menos de três salários mínimos). É uma política habitacional que suscita acalorados debates, principalmente em torno de quatro pontos polêmicos: os moradores receberiam os lotes, mas a infra-estrutura urbana seria muito precária, assemelhando-se a favelas; os critérios de distribuição teriam fins eleitoreiros; a distribuição de lotes teria agravado o processo desordenado de migrações para o DF; não haveria uma política de ampliação das oportunidades de trabalho capaz de absorver o aumento da mão-de-obra. Assim, a política de assentamentos reafirma e agrava a representação do DF dividido entre, de um lado, os moradores do Plano Piloto, que a responsabilizaram por estar criando um cinturão de pobreza em torno de Brasília, e, de outro, os moradores das cidades satélites, beneficiados pelas doações ou em condições de vir a sê-lo – embora as cidades-satélites não sejam de modo algum homogêneas”, in Teixeira (2002: 47)

figura de Roriz: a do coronel do interior, populista e com problemas no uso culto da língua portuguesa. Em épocas de campanha eleitoral, sua imagem catalisou, de certo modo, os estereótipos depreciativos em torno do nativo do estado de Goiás. Os conflitos abertos do contexto das eleições ofereceram um cenário de visibilidade pública de tensões que, em outros tempos, permaneceriam no campo da intimidade cultural.

Retomando a imagem do sacrifício na teoria nativa depreendida dos textos, os dois traços associados à figura do governador – a polêmica sobre a posse da terra no Distrito Federal, e sua caricatura baseada na imagem depreciativa sobre goianos – encontram, na lógica construída pelas narrativas, sem muita dificuldade, um lugar de sentido quase messiânico.

De certo modo, sua figura representa, no Distrito Federal e na capital modernista, a *autoridade goiana*. Lembrando-se que essa expressão, presente em um dos depoimentos acima mencionados, foi enunciada por uma das entrevistadas, quando se discutia a relação entre os goianos e as pessoas vindas de outros estados, chegadas à época da construção de Brasília. Ela falava sobre como, naquele tempo, a capacidade dos nativos foi subestimada; lembrava, todavia, que agora já se dava valor às autoridades goianas. A figura de Joaquim Roriz, nesse sentido, é uma espécie de recuperação do valor perdido – ou nunca reconhecido – do papel do *sacrificante*.

O outro aspecto de sua figura política refere-se às polêmicas em torno de sua atuação no tocante às terras do Distrito Federal – sobretudo à distribuição de lotes, à ocupação irregular de terras, e à capitalização política desse recurso. Ora, nas narrativas que acionam a imagem do sacrifício, terra do município associa-se à *vítima sangrada*, incorporada como terras da União. Se, acompanhando a lógica das narrativas, o sacrifício for interpretado como uma espécie de contrato, o não cumprimento de uma das partes (o sonho dourado da interiorização do desenvolvimento, por exemplo) talvez forneça uma

explicação sobre a persistência quase devota de seus eleitores; uma espécie de resgate, uma restituição simbólica.

É importante notar, nessa reflexão, um modo de relacionamento com a terra que se repete, presente nas polêmicas contemporâneas sobre a terra no Distrito Federal, e presentes na imagem do sacrifício dos municípios pela capital. Nos dois casos, a terra é um veículo de poder simbólico e político, numa relação entre pólos assimétricos. A figura e o fato político ligados a Joaquim Roriz permitem a compreensão de um nexos entre o ‘antes de Brasília’ e o ‘tempo de Brasília’.

A noção de ‘tempo de Brasília’, formulada por A. Borges (2003), enriquece tal interpretação, trazendo outros dados e perspectivas. Sua etnografia trabalha a relação entre o tema do ‘lugar para morar’ e a noção local de política no Recanto das Emas, cidade-satélite do Distrito Federal¹¹⁴. Concentrando o campo etnográfico no período do Governo Roriz de 1999-2002, seu enfoque sobre a questão habitacional no DF trata, entre outras coisas, do sistema de valores envolvidos em políticas e práticas governamentais, vividos e acionados tanto por moradores do Recanto das Emas, como por burocratas e funcionários do governo: os modelos de pontuação utilizados na distribuição de terras públicas para o uso privado.

Borges acompanha a mudança desses cálculos, relativos ao ‘quantum de merecimento’ nos programas de distribuição de lotes, ao longo de diferentes governos, assim como a tradução desses cálculos por moradores do Recanto. O ‘tempo de Brasília’ surge como expressão nativa, relativa à concepção “segundo a qual, cada morador do Distrito Federal, conforme os anos vividos na capital, sustenta um direito a ter um lote (...) Essa concepção, é claro, informa e é informada pelo poder político local que, desde os

¹¹⁴ O Recanto das Emas é uma região administrativa do DF, criada em 1993, “para atender o programa de assentamento do GDF (Governo do Distrito Federal), que visava retirar as favelas que se formavam nas áreas urbanas”, segundo o sítio do GDF (cf. Borges 2002: 23).

primórdios de Brasília (e.g. Ribeiro, 1980) adota esta modalidade de troca do patrimônio público com o próprio público (a população que chega)” (2003:33). Porém, não se reduzindo a uma tradução dos modelos da engenharia social, o ‘tempo de Brasília’ produz uma transformação nos sujeitos sociais, e a conformação de uma comunidade de crença¹¹⁵, em que:

“tanto os órgãos do governo, quanto Sandra [moradora do Recanto] julgam que o tempo de vida em Brasília unge as pessoas com qualidades excepcionais que, na medida certa, as transformam em merecedoras de um certo benefício – sendo o lote o Dom supremo. É assim que uma certa hierarquia se produz cotidianamente, aliada ao âmbito e às ações estatais, ordenando os moradores do Distrito Federal a partir do seu ‘tempo de Brasília’” (A. Borges 2003: 161).

Essa reflexão sobre o ‘tempo de Brasília’ é pertinente aqui, por mostrar em operação, no contexto das interações entre moradores do Recanto das Emas e representantes do Governo do Distrito Federal, princípios similares aos encontrados nas narrativas ligadas aos municípios, sobretudo em relação às representações sobre a terra, e à legitimidade sobre sua posse no contexto instaurado por Brasília. Assim, nos dois casos a questão da ancestralidade é fundamental; no caso dos ‘antigos moradores do Planalto’, a legitimidade é remetida à ‘presença secular’; no caso das pessoas à espera do lote, e dos benefícios de programas assistenciais no Distrito Federal, a legitimidade começa a ser alcançada com o mínimo de cinco anos de moradia¹¹⁶.

Retomando as imagens da teoria nativa relativa ao ‘sacrifício dos municípios’, a terra e um modo de viver particular, associado ao passado, podem ser interpretados como vítimas, no sentido de Hubert & Mauss (2000): por sofrerem uma ‘destruição’, e por funcionarem como intermediários na comunicação entre a esfera local e a estatal,

¹¹⁵ “Mais do que um conceito relativo a algo cronológico, o ‘tempo de Brasília’ refere-se à conformação daquilo que procurei chamar, inspirada em Peirce, de ‘comunidade de crença’. Ao longo de cinco anos ou mais, depositada em vários locais do Distrito Federal, milhares de pessoas aguardam por essa metamorfose. Sem perceber, as pessoas passam a ter seu ‘tempo de Brasília’ (Borges, 2003: 223-224).

¹¹⁶ Além da consideração do tempo, Borges aponta também outros critérios relevantes para os cálculos: número de filhos, presença de idosos e deficientes, situação do matrimônio; idade do solicitante, entre outros. Ver Borges (2002: 227).

estabelecendo-se um ‘contrato’. Por meio da troca, esse contrato traria progresso e desenvolvimento. No entanto, continuando a interpretação, a reciprocidade foi quebrada – o desenvolvimento e o progresso não chegaram, tampouco houve o reconhecimento da participação e da dádiva dos municípios. Ora, a quebra do sistema de reciprocidade, na lógica da dádiva, remete a uma palavra: guerra. Nesse sentido, as eleições, como momento ritualizado de conflitos políticos, podem ser lidas, no caso de Joaquim Roriz, como lugar em que se manifesta a memória da obrigação não cumprida. A prática da distribuição de lotes, nesse sentido, parece também dizer de um ‘o passado que não passou’, não deixando morrer a memória da perda e da quebra do contrato do tempo de antes de Brasília. A apropriação dessa memória e da dor que parece trazer em muitas pessoas tornam-se, elas próprias, um recurso eficaz de poder político.

Nesse exercício de interpretar acontecimentos exteriores às narrativas sobre os municípios, seguindo porém a lógica sugerida pela análise dos textos, fez-se notar uma releitura do sacrifício. Isto é, ele pode ser compreendido não mais nos termos da reciprocidade e da quebra da lógica da dádiva, mas na linguagem da modernidade política, isto é, como luta que faz uso das expectativas da modernidade, nos termos do discurso pelo reconhecimento da alteridade e da disputa eleitoral.

Outra questão referida ao debate político contemporâneo permite que se recuperem as discussões sobre o Entorno, particularmente sobre as tensões entre diferentes *locus* de enunciação, remetidos aos poderes locais e à soberania do Estado-Nação. O problema é observado também do ponto de vista da classificação e ordenação do espaço, no caso, do espaço federativo.

Refiro-me à discussão, pautada na imprensa no primeiro semestre de 2003, sobre a criação de um novo Estado – *o Estado do Planalto Central*. O tema ganhou visibilidade por ter

entrado em tramitação no Senado uma emenda constitucional (EC 56/96) propondo a criação do Estado do Planalto Central.

Um dos artigos que explora o tema, publicado no *Correio Braziliense* por ocasião do aniversário de Brasília, em 21 de abril de 2003, tem o título “Capital Quarentona”, e traz ao seu final, o entusiasmo pela criação do novo Estado. Seu autor, Sully Alves de Souza, escreve sobre a capital como uma ‘ainda jovem senhora que tem o que contar e algumas coisas a resolver’. Os problemas a resolver, mote do artigo, remetem ao caráter de Brasília como ‘capital política’, e ao problema da localização de Brasília, “que nunca teve limites definidos em lei. Deduz-se que ela está contida no Distrito Federal, mas uns entendem que ela se confunde com o próprio Distrito Federal, enquanto outros acham que ela é apenas a cidade sede da capital da República e que outras cidades são suas satélites”¹¹⁷. O referente espacial impreciso, como se vê, não é somente atributo do nome Entorno.

O artigo sobre a ‘capital quarentona’, de 2003, trabalha com elementos presentes, em certa medida, nos artigos do 1991 sobre a criação da ‘Secretaria do Entorno’ (ver quadro II), como por exemplo, o contraste entre Entorno e Brasília/ Plano Piloto, e a posição de cidades-satélites. Desenha o seguinte panorama: “O extraordinário desenvolvimento do Entorno de Brasília e o tombamento do Plano Piloto pela Unesco estão produzindo resultados interessantes, tanto nas satélites quanto no Plano: Taguatinga e Ceilândia, por exemplo, estão reclamando autonomia com a desejada transformação em municípios”. Sobre o ‘Plano Piloto’, o autor levanta preocupações sobre as áreas tombadas, e o ordenamento da ocupação do solo no Distrito Federal. As palavras finais do artigo e as propostas de solução apontam para transformação de Brasília em ‘cidade autônoma’, como

¹¹⁷ A esse respeito, Couto (2001: 292-293) aponta: “A Constituição de 1967 definia o Distrito Federal como a Capital da União (artigo 2º). Nenhum comando explicitava Brasília. A atual consagra como capital federal no artigo 18, parágrafo primeiro: “Brasília é a Capital Federal”. Esse comando retomou expressão da primeira Constituição da República: Capital Federal. Associa-se assim a Brasília sentido de perenidade como cidade-capital. A expressão Distrito Federal, isoladamente, envolve delimitação territorial mais ampla. São atribuídas ao Distrito Federal as mesmas competências legislativas dos estados e municípios”, vedada a divisão em Municípios.

Buenos Aires, e a criação do Estado do Planalto, segundo a fórmula da Emenda Constitucional 56/96.

Em comparação aos artigos de 1991 (capítulo II), é interessante notar que alguns dos traços lá associados à noção de perigo (o Entorno e os desejos de autonomia, por exemplo) são agora re-significados positivamente, no discurso em prol do novo Estado.

De acordo com o projeto em discussão, o novo Distrito Federal seria formado pelo Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, parte do Paranoá, Candangolândia e Guará. As demais cidades do DF iriam juntar-se a 26 municípios de Goiás, e três de Minas Gerais, formando o Estado do Planalto Central, cuja sede seria em Taguatinga. Sugestivamente, o título de uma das reportagens sobre o tema é: “Estado no Entorno”.¹¹⁸

Em junho de 2002, foi publicado no *Diário do Senado*, o Projeto de Decreto Legislativo (no. 298 de 2002), convocando plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e Goiás, sobre a criação do Estado do Planalto. A justificativa para o plebiscito (ver anexo) aciona alguns elementos presentes em discursos sobre o Entorno, e nos argumentos levantados para contextualizar sua criação do ponto de vista do Estado-Nação (capítulo II). Entretanto, no caso do projeto do novo Estado, se é feito uso do discurso do Estado-Nação, reconhecendo-se sua soberania, ele é também redirecionado para a enunciação de interesses locais. Desse modo, se a justificativa inicia-se com a menção à “grave situação em que se encontra hoje a capital federal”, finaliza-se apontando a necessidade de melhoria das condições de vida das cidades que integrariam o novo estado. O Distrito Federal é referido como ‘capital da república’ e ‘patrimônio da humanidade’. São feitas referências às pressões demográficas sobre o Distrito Federal, e sua função como ente federativo que abriga o Governo Federal. A justificativa menciona a questão dos recursos, arrecadação

¹¹⁸ <http://www.cidadesdobrasil.com.br/bastidores/bastidores32.htm>. A respeito da criação do Estado do Planalto, também foram publicados artigos no Correio Braziliense, em 20/05/2003.

tributária, e as pressões sociais colocadas pelos municípios do “chamado entorno, pertencentes, na verdade, aos Estados de Goiás e Minas Gerais”, que não estariam dando a prioridade aos problemas dessas ‘cidades’. Como no caso do artigo que defende o projeto, também a justificativa do plebiscito apresenta o Estado do Planalto como solução para a tensão entre os dois pólos, Brasília e Entorno.

Retomando as discussões precedentes, o exame de tais dados oferece um entendimento pertinente sobre o projeto do novo Estado. O ‘antigo’ nome do Planalto talvez re-inscreva, do ponto de vista do conflito político, o interesse pela recuperação de um território. No caso da enunciação formulada a partir dos antigos municípios, na leitura de uma teoria nativa tratar-se-ia não somente de autonomia política, mas de restituição de poderes locais.

Por outro lado, o projeto do novo estado acentua também a questão da classificação dentro de um sistema de representações, no caso, o do espaço federativo. Considerando-se o significado de margem atribuído atualmente ao Entorno, desde o ponto de vista simbólico, pode-se interpretar a re-inserção do nome Planalto como elemento que introduz, da perspectiva do Estado-Nação, um lugar de enunciação referente não mais à margem, à indeterminação, mas à estrutura. O projeto em prol do estado também pressupõe a integração dentro da organização político-administrativa do país não do modo singular atual – ser parte do Distrito Federal, lugar único e excepcional -, mas de participar dessa organização enquanto unidade comum e inclusiva da federação. A participação reivindicada pressupõe não a singularidade, mas um lugar na pluralidade dos estados e da precisão de limites, ou seja, dos espaços estruturados pelo Estado-Nação como unidades federativas. Como se fora desse espaço não houvesse condições de legitimidade. Talvez por isso, o nome de um dos artigos disponíveis seja ‘Estado no Entorno’ e não ‘do Entorno’.

O problema que a reflexão do Entorno parece colocar, junto com os fatos políticos mencionados, está na forte vinculação entre o reconhecimento de diferenças e direitos de

participação política, e sua conversão quase necessária às categorias territoriais com direitos no âmbito da federação. O Entorno, nesse sentido, é expressão dos paradoxos que essa vinculação cria, representados de outro modo também na enunciação percebida a partir dos municípios, na expressão da luta pelo reconhecimento da diferença, e na tentativa de legitimar particularidades locais nos espaços estruturados da Nação.

BIBLIOGRAFIA

1. DOCUMENTAÇÃO CONSULTADA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. (1999). *A Força do Entorno*. Brasília: CLDF.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN (1980). *Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília*. Brasília: CODEPLAN; SEG. 12 volumes.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN (1992). *Entorno do Distrito Federal: programa estratégico de desenvolvimento*. Brasília: CODEPLAN; Ed. Comunicação Popular Ltda.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN (1996) *Perfil da Economia do Distrito Federal e do Entorno*. Secretaria da Indústria e Comércio, Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. Brasília: CODEPLAN.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL – CODEPLAN (1998). *Distribuição da população e indicadores demográficos da região de influência do Distrito Federal/ Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. Núcleo de Estudos Populacionais*. Brasília: CODEPLAN

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Habitação. (2000) *Anuário Estatístico do Distrito Federal – 2000* Brasília, ano 20, no. XIX.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. “O Entorno de Goiânia” in *Zoneamento Ecológico-Econômico ZEE – Área do Aglomerado Urbano de Goiânia* Disponível em http://www.mma.gov.br/por/sds/zee/go/3/3_2_2_2.html

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Secretária Especial de Políticas Regionais. (1998) *Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE*. DEPIN/CGAI Brasília.

2. OBRAS REFERENCIAIS

ACADEMIA PLANALTINENSE DE LETRAS.

(1999) *Sonhos e Saudades na Abertura do III Milênio – Segunda antologia literária da Academia Planaltinense de Letras*. Brasília.

(2002) *Palavras, Sentimento e Paz: terceira antologia da Academia Planaltinense de Letras*/ organização: Xiko Mendes. Planaltina, DF: Roma Gráfica e Editora.

ACADEMIA PIRENOPOLINA DE LETRAS, ARTES E MÚSICA. *Meya Ponte – Revista da Academia de Letras, Artes e Música*. 2002, Ano V, nos. 14 e 15.

ANTUNES, Elias

(1998). *A Longa Estrada sob o Sol*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. Prêmio Bolsa de Publicações Cora Coralina.

ARAÚJO, Edésio Machado de

(2001) “Fragmentos do Substrato Cultural do Planalto” in Pimentel, Antônio (org). (2001) *História do Planalto*. Coletânea. Volume II. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora.

BATISTA, Coraci da Silva Neiva.

(2001). *Vivências e Contrastes*. Minas Gerais: DPI Editora.

BERTRAM, Paulo

(1999). *Breve História do Noroeste Mineiro e do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Funatura. Ibama. Fundação Boticário. The Nature Conservancy, mimeo.

(2000). *História da Terra e do Homem no Planalto Central*. Brasília: Verano.

BOTELHO, Maria Conceição Adjecto (Dondona).

(1997) *Amenizemos a Vida e outros textos*. Brasília: Sapiens Editora.

BRASIL, Americano do

(1980). *Pela História de Goiás*. Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, [1918/20]

(1961). *Súmula de história de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, [1932].

BRAZ, Brasileiro.

(1977). *São Francisco nos Caminhos da História*. Belo Horizonte: Editora Lemi S.A.

CASTRO, Mário.

(1986) *A Realidade Pioneira*. Brasília: Thesaurus.

(1992). *Paixão de Cristo em Planaltina – Ceia, Horto, Julgamento e Via Crucis*. Brasília: Thesaurus Editora.

CONTRIM, Márcio (1996). “Reencontro com a História” in Meireles, Dilermando e Pimentel, Antonio (org.) (1996). *História do Planalto – Coletânea*.

CURADO, Ramir (1997).

Corumbá de Goiás: Estudos Sociais. Brasília: Editora Ser.

DURÃES, Oscar Reis

(1996). *Raízes e Culturas de Buritis no Sertão Urucuiano*. Brasília: Linha Gráfica Editora.

GILBERTO, Joaquim.

(1973). “Evangelino Meireles no Tempo e no Espaço”, in Meireles, José Dilermando (1973). *Evangelino Meireles – Vida e Obra. Conferências*. p. 36-43.

(1960). “Brasília e o Novo Fenômeno Demográfico da Interlândia” in Meireles, José Dilermando (1960). *Apologia de Brasília*, pp. 41-56.

GENTILI, José Carlos.

(2000). *Patrimônio da Capela – Estórias da Fazenda da Antinha. Reminiscências de Santo Antonio dos Montes Claros*. Brasília.

GONÇALVES, Maria Torres.

(1990) *Saga – Hunay de ontem e Unai de hoje*. Belo Horizonte: Editora Arte Quintal.

JACINTHO, Olympio.

(1979). *Esboço Histórico de Formosa*. Brasília: Editora Independência. [1931].

GUIMARÃES, Hosanah Campos.

(1996). “Planaltina – sua origem, sua história e sua gente” in Meireles, José Dilermando e Pimentel, Antonio (org.) (1996). *História do Planalto – Coletânea*.

LIMA, Manuel de Jesus.

(1988). *A Guerra de Juquinha e Outras Guerras*. Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, Prêmio Bolsa de Publicações Cora Coralina, 1998.

LÔBO, Olinda da Rocha

(2000) *Primeira Antologia dos Poetas e Escritores Formosenses 1879 a 2000*. Brasília: Gráfica do Exército.

MATTA-MACHADO, Bernardo

(1991). *História do Sertão do Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte - Imprensa Oficial.

MEIRELES, José Dilermando Meireles

(1960) (org.) *Apologia de Brasília*. Luziânia: Prefeitura Municipal.

(1972). “Um estudo sobre o domínio das terras do Planalto Central do Brasil”. *Revista de Informação Legislativa*, julho a setembro de 1972, pp. 59-77

(1973) (org.) *Evangelino Meireles – Vida e Obra. Conferências*. Mimeo.

(1978) *Deste Planalto Central... O Histórico e o Pitoresco*. Luziania, Goiás: Jorluz Editora.

(1982) “O Problema Fundiário no Distrito Federal: enfoque histórico e jurídico”. In: *Revista de Informação Legislativa*, v. 19, no. 74, pp. 301-306, abr.- jun. 1982

(1993). *A Morte Trágica de Americano do Brasil*. Brasília: Verano Editora.

MEIRELES, José Dilermando e PIMENTEL, Antônio

(org). (1996) *História do Planalto: Coletânea*. Volume I. Academia de Letras e Artes do Planalto. Luziânia: [s.n.]

MELLO ÁLVARES, Joseph de.

(1979) *Histórias de Santa Luzia – Luziânia*. Brasília: Gráfica e Editora Independência.

MENDES, Xiko.

(1995) *O Mito da Interiorização através de Brasília*. Brasília: ASEFE – Editora Regional

(2002) *Formoso de Minas no Final do Século XX – 130 anos!* Formoso/MG: Prefeitura Municipal de Formoso.

NEIVA MIRANDA, Terezinha de Jesus

(1992). *Passado que não Passou*. Edição do autor.

(1995) *Divagando*. Edição do autor.

PAULA, Hermes de

(1957). *Montes Claros – Sua História, Sua gente e Seus Costumes*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico IBGE (Montes Claros – MG)

PINA, Pompeu Christovam de.

(1996). “Pirenópolis – sua história, sua gente, seus costumes e tradições” in Meireles, José Dilermando e Pimentel, Antonio (org).(1996), *História do Planalto: Coletânea*. Academia de Letras e Artes do Planalto. Luziânia, pp. 219-229.

PIMENTEL, Antônio

(1992). *Fragmentos Antológicos dos Autodidatas de Santa Luzia, s.ed.*

(1994). *Pela Vila de Santa Luzia ou Fragmentos de um Passado*. Gráfica e Editora Independência, s/l.

(1996). *O Autodidata Maior – Vida, obra e genealogia*. Gráfica e Editora Independência, s.l.

(2000). *Trama de Pensão*. Athalaia Gráfica e Editora.

(2001) (org). *História do Planalto: Coletânea*. Volume II. Academia de Letras e Artes do Planalto. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora.

OLIVEIRA MELLO, Antônio de.

(1994) *De Volta ao Sertão*(Afonso Arinos e o Regionalismo Brasileiro). Paracatu: Edições Buritis.

(1998) *Minas Opiniões. E as suas?* Paracatu: Academia de Letras do Noroeste de Minas.

ROCHA, Lincoln Magalhães da Rocha

(1985). *Luziânia, vanguarda e berço. Academia de Letras e Artes do Planalto*. Brasília, Gráfica Valci Editora.

ROSA, Guimarães.

(1979) *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

SOUSA, Tarzã Leão

(1998). *Aboios*. Paracatu: Mansarda dos Leões Editores.

SOUZA, Marcos Spagnuolo.

(1999). *Vidas Vividas em Paracatu*. Paracatu:[s.n.].

SILVA, Dinair Andrade.

(1982). *Um Intelectual e a História: Antônio Americano do Brasil*. Brasília, s.ed.

TELES, José Mendonça

(2000). *Dicionário do Escritor Goiano*. Goiânia: Kelpes.

VASCONCELOS, Adirson

(1988). *As Cidades Satélites de Brasília*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

VALADARES, Napoleão

(1982) *Os Personagens de Grande Sertão:Veredas*. Brasília: André Quicé Editor.

(1990) *Urucuia*. Brasília: Thesaurus, Prêmio Petrobrás.

(1993). *Dicionário de Escritores de Brasília*. Brasília: A.Quicé Editor.

VIGGIANO, Alan

(1996). “Alarico Torres Verano” in Meireles, José Dilermando e Pimentel, Antônio (org).

(1996) *História do Planalto: Coletânea*. Volume I, pp. 149-155.

(1978). *O Itinerário de Riobaldo Tatarana*. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, Brasília: INL.

3. BIBLIOGRAFIA ANALÍTICA

AMADO, Janaína.(1990). “História e Região: reconhecendo e construindo espaços” in Silva, Marcos A. (org) *República em Migalhas – História Regional e Local*. São Paulo: Editora Marco Zero.

ANDERSON, Benedict (1989). *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Editora Ática.

AHEARN, Laura M. (2001) “Language and Agency”. *Annual Reviews of Anthropology*. 2001. 30: 109-37.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar (s.d.) *Entre a Rede Urbana e a Cidade Região: O que há de novo no centro goiano?*

Disponível em http://www.setec.gov.br/artigos_publicacoes/artigo026.htm

ARRUDA, José J. e **TENGARRINHA**, José Manuel. (1999) *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: EDUSC.

ASHCROFT, Bill; **GRIFFITHS**, Gareth & **TIFFIN**, Helen (1998) *Key Concepts in Post-Colonial Studies*. London and New York: Routledge.

AUSTIN, J. L.(1975). *How to do things with words*. Harvard University Press.

BENJAMIM, Walter. (1994). “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” in *Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense.

_____(2000). *Rua de Mão Única – Obras Escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense.

BERTRAN, Paulo. (1988).*Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste de Brasil*. Brasília: Codeplan, Goiás: UCG, 1988.

BHABHA, Homi (1998). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BORGES, Antonádia. (2002). “Tanto azul, quanto vermelho: sentidos e apropriações de um evento político no Distrito Federal” in Heredia, Beatriz; Teixeira, Carla C.; Barreira, Irllys, A.F.. (2002). *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

_____(2003). *Tempo de Brasília – etnografando lugares-eventos da política*. Tese de doutorado. PPGAS, DAN. Universidade de Brasília.

BORGES, Pedro Célio (1998). *Ruralismo, Síndrome de Periferia e Estado (Mitos políticos e identidade regional em Goiás)*. Tese de doutorado. PPG em Sociologia. Brasília.

BORJAS, Manuel Chávez (1995). *Comunidade de Memória – Memória metafórica de uma localidade en el sertão brasileiro*. Tese de Doutorado. PPGAS/DAN. Universidade de Brasília.

BOSI, Eclea (1998). *Memória e Sociedade – Lembrança dos Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre (2001). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1995). “Do sertão à cidade: quantos territórios!” in Brandão, C. e Mesquita, Z.(organizadores) *Territórios do Cotidiano - uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. pp. 155-177

_____ (1998). *Memória Sertão: Cenários, Cenas, Pessoas e Gestos nos Sertões de João Guimarães Rosa e de Manoelzão*. Uberaba: Ed. UNIUBE.

CERTEAU, Michel de (1994). *A invenção do cotidiano: I. Artes do Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger (1998). *A Ordem dos Livros*. Brasília: Editora UnB, 1998.

CHAVES, Christine de Alencar (1996). *Eleições em Buritis: A pessoa política*. Série Antropologia. Brasília: Departamento de Antropologia/ UnB. No. 206.

CLIFFORD, James & **MARCUS**, George E. (org) (1986). *Writing Culture – The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley, CA: University of California Press

CLIFFORD, James (1998). *A Experiência Etnográfica – Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____ (2000) “Culturas Viajantes” in Arantes, A. A.(org), *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus Editora, pp. 50-79.

CORRÊA, Roberto Lobato (1997). *Trajétoias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CORREIA, Cloude de Souza. (2002). *Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/ Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília.

COSTA, João Batista de Almeida (2003). *Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência*. Tese de Doutorado. PPGAS – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília

COUTO, Ronaldo Costa (2001). *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Editora Record.

DAMATTA, Roberto da (1993). “A obra literária como etnografia: notas sobre as relações entre literatura e antropologia” in *Conta de Mentiroso – Sete Ensaio de Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 35 – 58.

DAS, Vena (1998). *Critical Events – An Anthropological Perspective on Contemporary India*.

DOUGLAS, Mary (1976). *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976

DEBES, Celio. (1999) “Panorama histórico-cultural da Academia Paulista de Letras 1980-1986”, ” in *Academia Paulista de Letras: 90 anos*. São Paulo: Academia Paulista de Letras: Imprensa Oficial do Estado.

DELEUZE, Gilles & **GUATTARI**, Félix (1995). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Volume 1. Rio de Janeiro: Edições 34.

DURKHEIM, E. & **MAUSS**, M. (2001). “Algumas formas primitivas de classificação” in Mauss, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, pp.399-455.

EL FAR, Alessandra.(2000) “A Presença dos Ausentes: A tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários” in *Estudos Históricos* 25, 2000, pp. 119-134.
_____ (2000a). *A Encenação da Imortalidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ELLIS, Myriam (1999). “Gênese e Renascimento da Academia Paulista de Letras” in *Academia Paulista de Letras: 90 anos*. São Paulo: Academia Paulista de Letras: Imprensa Oficial do Estado.

ENDERS, Armelle (2000). “O Plutarco Brasileiro – A produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado”. In *Estudos Históricos*, no. 25, pp.41-62.

FERNANDES, Duval e **CORDEIRO**, Lucilene Dias. (s.d) *Notas sobre o Entorno do Distrito Federal. Núcleo de Estudos Populacionais*. CODEPLAN/ PRONEX/UNICAMP.

FOUCAULT, Michel (1996). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

FREIRE, Américo (2002). “Fortalezas Republicanas: Ensaio sobre a formação do Distrito Federal nos Estados Unidos e no Brasil” in Oliveira, Lucia Lippi (org). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 176-193.

GEERTZ, Clifford (1988). *Works and Lives – The Anthropologist as Author*. Stanford, California: Stanford University Press.

GIDDENS, Anthony (1988). *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

GOFFMAN, Erving (1983). “The Interaction Order” in *American Sociological Review*, vol. 48 (February: 1-7).

- GRIMAL, Pierre** (1997). *Dicionário da Mitologia Greca e Romana*. Bertrand Brasil
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado**. (1998) “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no.1, pp. 5-27
- HERZFELD, Michael** (1997). *Cultural Intimacy. Social Poetics in the Nation-State*. New York: Routledge.
- HABERMAS, Jürgen** (2002). *A Inclusão do Outro – Estudos de Teoria Política*. São Paulo: Edições Loyola.
- HOLSTON, James** (1993). *A Cidade Modernista – Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HUBERT, H & MAUSS, M** (2001). “Ensaio sobre a Natureza e a Função do Sacrifício” in Mauss, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, pp.141-227.
- JACINTO, Andréa B. M.** (1998). *Afluentes de Memória – Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. IFCH, Universidade Estadual de Campinas.
- KOFES, Suely** (2001). *Uma Trajetória, Em narrativas*. Campinas, Mercado das Letras.
- LAPLANTINE, François** (1999) “Antropologia e Literatura” in *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense. Pp. 174-181.
- LEENHARDT, Jacques**. (2001) “A invocação do terceiro espaço” in *Cult – Revista Brasileira de Literatura*, ano IV. Abril de 2001, Lemos Editoria
- LEPENIS, Wolf** (1996). *As Três Culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- LÉVI-STRAUSS, Claude**. (1986). *Minhas Palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LIMA, Nísia Trindade**. (1999). *Um sertão chamado Brasil*. Rio de Janeiro: Editora REVAN/ IUPERJ.
- MAGNOLI, Demétrio**. (1997). *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna.
- MAINGUENEAU, Dominique**. (1998). *Termos-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Ed.UFMG.
- MAUSS, Marcel** (1974). “Ensaio sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas” in *Sociologia e Antropologia*. Vol. II. São Paulo: EPU. Pp.37- 178.

- MIRAGAYA** , Julio (2000). “A Região de Brasília- Goiânia: formação, problemas e potencialidades” in *Revista da Conjuntura*. Brasília: Corecon/DF, Sindecon/DF, ano II, no. 5, jan/março 2000; pp. 10 –26
- PAVIANI**, Aldo (1998). “A construção injusta do Espaço Urbano” in Paviani, A. (org). *A conquista da cidade*. Brasília: Editora da UnB, pp.115-142.
- POLLAK**, Michael (1989). “Memória, Esquecimento e Silêncio” in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15.
- QUEIROZ**, Maria Isaura Pereira de. (1973). “O sitiante tradicional e a percepção do espaço” in *O Campesinato Brasileiro – Ensaio sobre Civilização e Grupos Rústicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. Pp. 48-71.
- _____ (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- RAPCHAN**, Eliane Sebeika (2000). *Negros e Africanos em Minas Gerais: construções e narrativas folclóricas*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, IFCH. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- RAPPORT**, Nigel (1994). *The prose and the passion – Anthropology, literature and the writing of E.M. Foster*. Manchester: Manchester University Press.
- RIBEIRO**, Gustavo Lins (1998). “Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia” in Paviani, A. (org). *A conquista da cidade*. Brasília: Editora da Unb, pp. 25-53.
- _____ (1999). “Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas Cidades-Satélites” in Woortmann, Ellen; Guidi, Maria Lais; Moreira, Maria Regina P.(org) *Respeito à Diferença: Uma introdução à Antropologia*. Brasília: Cespe. Pp.79-88.
- RODRIGUES**, Neuma Brilhante (2001). *Do amor da pátria, do amor das letras: as origens da nação na revista do IHGB*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade de Brasília.
- ROSA**, Renata Melo (2001). “Todorova, Maria. Imagining the Balkans” in Campos – *Revista de Antropologia Social*. UFPR, ano 01, pp. 231-235.
- SAID**, Edward (1995). *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2001). *O Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAHLINS**, Marshall. (1985). *Historical Metaphors and Mythical Realities*. The University of Michigan Press.
- SENA**, Custódia Selma (2000). *Os dois Brasis: Um estudo do dualismo nas interpretações do Brasil*. PPGAS/ DAN. Tese de doutorado. Universidade de Brasília.

SILVA, Francisco José Lyra (1995). *Fala Taguatinga: função referencial de uma cidade no cotidiano e memória de seus habitantes (1958/1995)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade de Brasília.

SILVA, Luis Sergio Duarte (2000). “História dos Bairros de Goiânia” in *Relações Cidade-Campo: Fronteiras*. Goiânia: Editora UFG.

SILVANO, Filomena (2001). *Antropologia do Espaço – Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

SOBRAL, José Manuel (1999). “Da Casa à Nação: Passado, Memória, Identidade” in *Etnográfica – Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Vol. III (1), pp. 71-89.

SPALDING, Tassilo O. (1965). *Dicionário da Mitologia Greco-Latina*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia.

SUÁREZ, Mireya (1990). *Everlasting Golden Sertões: The study of a productive process in the Brazilian Central Plateau*. Dissertation for the Degree of Doctor of Philosophy. Cornell University.

_____ (2002). “Caribe-Sul: Uma Fronteira Interna”. *Seminário Fronteiras: Culturas e Identidades Caribenhas*. Mimeo.

TEIXEIRA, Carla (2002). “Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o caso Cristóvam Buarque no Distrito Federal”, in Heredia, B.; Teixeira, C.; Barreira, I. (2002). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, pp. 39-61

TODOROVA, Maria (1997). *Imagining the Balkans*. Oxford: Oxford University Press.

VASCONCELOS, Adirson (1998). *As Cidades Satélites de Brasília*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

VELOSO, Marisa e **MADEIRA**, Angélica (1999). *Leituras Brasileiras – Itinerários no Pensamento Social e na Literatura*. São Paulo: Paz e Terra.

VESENTINI, José William (2001). *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Editora Ática.

VIDAL E SOUZA, Candice. (1997). *A Pátria Geográfica – Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997

VILHENA, Rodolfo Luís (1997). *Projeto e Missão – o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/ FGV.

ZARUR, George de Ciqueira (org) (2000). *Região e Nação na América Latina*. Brasília: Editora UnB.

ZATZ, Inês Gonzaga (1996). *Catireiros e Candangos: A construção da identidade no encontro do passado e do presente em Planaltina - DF*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/DAN. Universidade de Brasília.

4. JORNAIS

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília (DF)

25 de fevereiro de 2001, Caderno “Coisas da Vida”.

23 de setembro de 2000, “Especial: Entorno – Os desafios do Crescimento”.

29 de julho de 2002, “Projeto Especial: Entorno – União para crescer com qualidade”.

20 de maio de 2003, “Divisão: uma nova Brasília”.

A FOLHA DO ENTORNO. Região Metropolitana do DF.

março de 2002.

FOLHA DO NOROESTE. Paracatu (MG).

Mai de 2002

FOLHA REGIONAL. Formosa/ Goiás/ Entorno do DF e Nordeste Goiano.

junho de 2002

JORNAL DE BRASÍLIA. Brasília (DF)

10 de agosto de 1997, “O Entorno do DF bate recorde de crescimento populacional”.

JORNAL O MOVIMENTO. Paracatu (MG)

21 a 31 de maio de 2000.

1º a 15 de junho de 2000.

JORNAL DO POVO. Luziânia (GO)

março de 2002

JORNAL O POPULAR. Goiânia (GO)

25 de maio de 2001

ARTIGOS ASSINADOS EM JORNAIS

ADRIANO, Osório. “Secretaria do Entorno”. *Jornal de Brasília*. Brasília, 12 de abril de 1991.

ARRUDA, José Roberto. “Minas, Goiás e Brasília”. *Jornal de Brasília*. Brasília, 27 de abril de 1991.

GUIMARÃES, Salviano. “O Entorno no Contexto Nacional”. *Correio Braziliense*. Brasília, 19 de fevereiro de 1991.

NOVAES, Washington. “O fim das fronteiras”. *Jornal de Brasília*. Brasília, 28 de abril de 1991.

RIBEIRO, João Bosco. “Projeto Nacional”. *Jornal de Brasília*. Brasília, 27 de abril de 1991.

RIBEIRO, Mendes. “Entorno de Brasília”. *Jornal de Brasília*. Brasília, 19 de abril de 1991.

RORIZ, Joaquim. “A Secretaria do Entorno”. *Correio Braziliense*. Brasília, 19 de março de 1991.

_____ “O último muro”. *Jornal de Brasília*. Brasília, 02 de abril de 1991.

SILVA, Maurílio. “Entorno: questão crucial”. *Correio Braziliense*. Brasília, 31 de janeiro de 1991.

SOUZA, Sully Alves de. “A Capital Quarentona”. *Correio Braziliense*. Brasília, 21 de abril de 2003.

SUMPF, André Gustavo. “Uma situação embaraçosa”. *Correio Braziliense*. Brasília, 23 de abril de 1991.

5. DICIONÁRIOS

Enciclopédia e Dicionário Ilustrado Koogan/ Houaiss. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 1994.

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1975.

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Abril Cultural. 1971.

6. OUTRAS FONTES

CD - *Sertão Ponteador. Memórias Musicais do Entorno do DF*. Viola Correia. GDF/SCE/FCDF [1998]

Video Documentário

Memórias de Cá e de Lá – Paranoá/ DF (1998). Direção Geral: Nancy Alessio Magalhães. Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade e Memória do Centro-Oeste (NECOIM/CEAM/UnB); Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA/SCE/GDF).

Sítios na Internet

Academia de Letras do Noroeste de Minas

<http://www.ada.com.br/academia/>

Caderno Goiano de Doutrina

www.serrano.neves.com.br/cdg/011201/13a27.htm

<http://www.prossiga.br/anisoteixeira/>

Revista Cidades do Brasil - “Estado no Entorno”

Disponível em <http://www.cidadesdobrasil.com.br/bastidores/bastidores32.htm>

ANEXOS

Anexo 1

Tabela - População residente por sexo e situação de domicílio, população residente de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizada e taxa de alfabetização segundo os municípios

Muniípios	População residente, sexo e situação do domicílio					População residente de 10 anos ou mais de idade		
	Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Total	Alfa- betizada	Taxa de alfa- betização (%)
Goiás	5.003.228	2.492.438	2.510.790	4.396.645	606.583	4.033.691	3.598.044	89.2
Luziânia	141.082	70.789	70.293	130.165	10.917	106.351	94.832	89.2
Formosa	78.651	39.338	39.313	69.285	9.366	61.595	54.199	88.0
Pirenópolis	21.245	11.049	10.196	12.475	8.770	17.138	14.469	84.4
Minas	17.891.494	8.851.587	9.039.907	14.671.828	3.219.666	14.597.420	13.012.173	89.1
Arinos	17.709	9.276	8.433	10.137	7.572	13.637	11.084	81.3
Buritis	20.396	10.506	9.890	13.868	6.528	15.801	12.963	82.0
Paracatu	75.216	38.053	37.163	63.014	12.202	58.392	52.110	89.2
Unaí	70.033	35.888	34.145	55.549	14.484	56.391	49.967	88.6
Formoso	6.522	3.400	3.122	3.409	3.113	4.977	3.771	75.

Fonte: Censo Demográfico 2000.

Anexo 2

Membros, Patronos e breve histórico das
Academias de Letras e Artes do Planalto (ALAP)
Academia de Letras do Noroeste de Minas (ALMN)

1) Academia de Letras e Artes do Planalto

“Instalada no Casarão do Centro Cultural José Dilermando Meireles, a Academia de Letras e Artes do Planalto foi fundada em 13 de dezembro de 1976, visando apoiar a cultura da região e assegurar o passado cultural da cidade, através da produção, levantamento e conservação do patrimônio cultural da cidade, através da produção, levantamento e conservação do patrimônio cultural e artístico da língua, da literatura, das artes e das tradições tanto no município quanto na região do Brasil Central. É, então, abrigo dos imortais das artes e das letras que tiveram grande destaque no Planalto Central, os quais nela estão retratados em óleo sobre tela - quadros assinados pelo artista plástico Aluísio Santana” in <http://www.luziania.com.br>

“Academia de Letras e Artes do Planalto
Rua Santíssimo Sacramento, 32 - Luziânia - GO - 72.800-000 Telefone: (0xx61)621-1

DIRETORIA -

Presidente: TERESINHA DE JESUS R. MACHADO
Vice Presidente: EVERARDS MOTA E MATOS
1º Secretário: LÉCIO RESENDE DA SILVA
2º Secretário: JOSÉ ADIRSON VASCONCELOS
1º Tesoureiro: JESUS BENEDITO DE MELO
2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO M. DE ARAÚJO
Diretor Cultural: ANTÔNIO PIMENTEL
Diretor de Biblioteca: D. J. DE OLIVEIRA
Chefe de Cerimonial: TEREZY FLEURY DE GODOY

Conselho Fiscal: HÉLIO RORIZ

JOSÉ ÁLFIO DA SILVA
FRANCISCO MENNA BARRETO REIS
Suplentes: LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
OLINDA ROCHA LOBO
ALAN VIGGIANO”

MEMBROS DA ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DO PLANALTO

- 01 José Mendonça Teles
Patrono: Antônio Bueno de Azevedo
- 02 Hélio Roriz
Patrono: Juscelino Kubitschek de Oliveira
- 03 Antônio Pimentel
Patrono: Joseph de Mello Alvares
- 04 Wilter Campos Coelho
Patrono: Evangelino Meireles
- 05 José Carlos Gentili
Patrono: Antônio Americano do Brasil
- 06 Lécio Resende da Silva
Patrono: Pe. João Teixeira Álvares
- 07 Antônio Carlos Elizalde Osório
Patrono: Herculano de Campos Meireles
- 08 Francisco da Conceição Menna Barreto Reis
Patrono: Josué da Costa Meireles
- 09 Orlando Roriz
Patrono: Moisés José da Silva
- 10 Edésio Machado de Araújo
Patrono: Ramiro de Campos Meireles
- 11 Lucineide Lima e Silva
Patrono: Plácido de Paiva
- 12 Renato de Macedo Carvalho
Patrono: Antônio Março de Araújo
- 13 Dirso José de Oliveira
Patrono: José de Goiás Brasil
- 14 Jesus Benedito de Melo
Patrono: Antônio Joaquim de Araújo Melo
- 15 Natanael Caetano Fernandes
Patrono: Luiz Cruls
- 16 Luiz Einar Neri Solano
Patrono: Baltazar dos Reis
- 17 Terezy Fleury de Godoy
Patrono: Joaquim Machado de Araújo
- 18 Olinda Rocha Lobo
Patrono: Marciano Aguiar
- 19 José Álfio da Silva
Patrono: Olympio Jacinto
- 20 Teresinha de Jesus Roriz Machado
Patrono: Bernardo Stocker
- 21 Néviton Carneiro Lobo
Patrono: Kisleu Dias Maciel
- 22 José Adirson de Vasconcelos
Patrono: Elvira de Grammont
- 23 Marco Antônio Martins de Araújo
Patrono: Bernardo Sayão de Carvalho Araújo
- 24 Cecílio Sepulveda M. Teixeira
Patrono: Urbano do Couto Menezes
- 25 Everards Mota e Matos
Patrono: Auguste Saint Hilaire
- 26 Alan Viggiano
Patrono: Alarico Torres Verano
- 27 Belkiss Spencieri Carneiro de Mendonça
Patrono: Maria Angélica da Costa Brandão
- 28 Lincoln Magalhães da Rocha
Patrono: Clóvis Roberto Esselin
- 29 Mário Luiz Juvenal da Silva
Patrono: Germano Roriz
- 30 Paulo Bertran Wirth Chaibub
Patrono: Joaquim Câmara Filho.

2) Academia de Letras do Noroeste de Minas

“Em 25 de julho de 1996 foi fundada, com a participação de escritores, intelectuais e pessoas ligadas às artes e à cultura, a Academia de Letras do Noroeste de Minas. A iniciativa da Sra. Cláudia Santana, à época na direção da Fundação Municipal Casa de Cultura, gestão Manoel Borges de Oliveira, veio preencher um vazio na região, que não contava com uma instituição dedicada exclusivamente ao reconhecimento dos escritores e ao apoio aos novos valores literários.

Inicialmente, em agosto, na sede da ALNM - que funcionava provisoriamente na Casa de Cultura -, foi fundada a primeira diretoria com a difícil tarefa de organizar o estatuto, pesquisar sobre vultos da cultura paracatuense e do Noroeste de Minas que seriam indicados preferencialmente como patronos das 40 cadeiras e iniciar a indicação dos membros efetivos e sócios correspondentes. Assim se constituiu a primeira diretoria:

Dália Maria Neiva Moreira Sales – Presidente
Florival de Assis Ferreira - Vice-Presidente
Maria José Gonçalves Santos - 1ª Secretária
Coraci da Silva Neiva Batista - 2ª Secretária
João Fonteles Calmon - Tesoureiro.

Os trabalhos de organização estatutária e jurídica da ALNM foram concluídos no tempo previsto. Em sessão solene realizada em 18 de outubro de 1997, ocorreu a instalação oficial, posse dos acadêmicos e eleição e posse da nova diretoria. Naquela data coube a Oliveira Mello pronunciar a conferência intitulada "A cultura do Noroeste de Minas". No memorável encontro, houve apresentações musicais do Coral Stella Maris e a presença dos escritores da região.

Diversos frutos do esforço dos acadêmicos em trabalhos de voluntariado vêm fortalecendo a ALNM. Em 1998 foi assinado um acordo de parceria com a Casa do Educador mantida pela prefeitura. A Academia passa a compartilhar do espaço cedido à Rua do Ávila, 84. Em contrapartida, oferece cursos para professores, pacotes de livros para as escolas, participa de atividades culturais e artísticas da Escola Afonso Arinos, mantém intercâmbio com outras Academias, organiza exposições e mostras culturais. É a sua forma de atuar sem academicismo, despertar valores humanos, divulgar o belo e a arte.

A Sra. Coraci da Silva Neiva Batista preside a instituição, estando no seu segundo mandato. Atualmente, dedica-se à organização da ALNM, realizando projetos para a montagem de uma biblioteca e aquisição de móveis e equipamentos. Obteve a continuação do apoio da prefeitura, com a cessão de funcionários para o atendimento diário. Já conseguiu a declaração de utilidade pública municipal e tramita na Assembléia Legislativa o processo para a declaração de utilidade pública estadual.

Até o momento, **são membros efetivos da ALNM:**

Antônio de Oliveira Mello, Marciano Borges, Sérgio Ulhoa Dani, Xiko Mendes, Ildeu Pereira da Silva, Teresinha de Jesus Neiva, Benedita Gouveia Damasceno, Teresinha Machado Guimarães Caixeta, Carmem Brochado Costa, Maria Torres Gonçalves, Eugênio

Santana, Álvaro Álvares da Silva Campos, Dom Leonardo, Lavoisier Albernáz, Oscar Reis Durães, Dr. José Adjuto Filho, Senador Lauro Campos, Murilo Caldas, Florival Ferreira, Rubens Mariano, Tarzan Leão de Souza, Altir de Souza Maia, Leila Bijos, Antônio Pimentel, Dália Maria Neiva Salles, Maria José Gonçalves Santos, Areoaldo de Paula, Guilherme Jorge da Silva e Coraci Neiva Batista. A Sra. Zenóbia Vilela Loureiro (cadeira Guimarães Rosa) deixou irreparável lacuna no quadro, em decorrência da sua morte em 12/05/99. Foi grande incentivadora da Academia de Letras e em sua homenagem a atual sede é denominada "Silogeu Paracatuense, Casa Zenóbia Vilela Loureiro". Deixou publicados os livros Paracatu, um passeio no tempo, E o flamboyant floriu, O Sobradinho e Bitu e Sarapatel.

São patronos das cadeiras da ALNM:

Alyrio Carneiro, Nestório de Paula Ribeiro, Agenor Torres, Josino da Silva Neiva, Afonso Arinos de Mello Franco, Virgílio Martins de Mello Franco, Francisco de Mello Franco, Afrânio de Mello Franco, Padre Domingos Simões da Cunha, Olímpio Gonzaga, Gastão Salazar Pessoa, Maria Conceição Adjuto Botelho, Carlos Álvares da Silva Campos, Frei Sebastião da Silva Neiva, Branca Adjuto Botelho, Beatriz Adjuto Botelho, Cecílio José Carneiro, Pero Adjuto Botelho, Franklin Botelho, Pedro Salazar Moscoso, Gastão de Deus Victor Rodrigues, Geraldo Serrano Neves, Cora Coralina, Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa. Mário Palmerio, Monteiro Lobato, Alceu Amoroso Lima, João Guimarães Rosa, Rubem Braga, Carlos Drummond Andrade, Osvaldo França Júnior, Darci Ribeiro, Braziliano Braz, Bernardo Elis, Domingos Pimentel Barbosa, Antônio Teodoro da Silva Neiva e Dr. Sérgio Ulhoa. Outros nomes estão inscritos para integrar esta lista.

Este é um pequeno relato da trajetória da Academia de Letras do Noroeste de Minas. Escrever a história da sua caminhada é estar disposto a realizar um trabalho voluntário, paciente, corajoso, determinado, sem pretensões à projeção pessoal. É visar o culto à memória do passado, sem perder de vista a necessidade de levar aos jovens as informações de tantos vultos que com o seu trabalho dignificaram a nossa terra.

Fonte: arquivos da Academia de Letras do Noroeste de Minas

Organização das informações: Maria José Gonçalves Santos”

In: <http://www.ada.com.br/academia/>

Anexo 3

Junho de 2002

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Sábado 15 12111

Inobstante o pleno cumprimento de tais atribuições pelo DNIT, preocupa-nos o fato de algumas obras de engenharia rodoviária contratadas pelo Poder Público exibirem, muito cedo, sinais de desgaste intenso, pouco provável de ocorrer caso a execução tivesse seguido rigorosamente as especificações técnicas e os procedimentos indicados. Sabendo-se, por exemplo, que a vida útil estimada para o pavimento é de 10 anos, o processo de degradação nesse período não poderia extrapolar os níveis determinados pelas características do tráfego que utiliza a rodovia e pelas condições climáticas a que está exposta.

Dai porque pretendemos ver incorporado às relações do DNIT com as suas contratadas um novo mecanismo, baseado na responsabilização da empresa executora de obra rodoviária por eventuais problemas de manutenção surgidos nos primeiros anos que se seguirem à conclusão dos trabalhos, ressalvado o desgaste natural ou o decorrente de má utilização da rodovia.

Trata-se, assim, de uma espécie de "garantia" do serviço que a União contrata com terceiros para a execução de obras na parcela da malha rodoviária federal sob sua responsabilidade. Cientes da obrigação de manter a rodovia livre de problemas que não possam ser atribuídos à ação dos fatores anteriormente apontados, pode-se esperar dos contratados um grau de comprometimento maior com a qualidade do serviço que executarem.

Numa situação de escassez de recursos, a medida beneficiaria diretamente o Poder Público – com a perspectiva de otimização dos investimentos realizados na malha federal – e, por extensão, toda a sociedade, de cujas contribuições advêm os recursos investidos. Por sua vez, usuários de rodovias federais passariam a contar com uma malha viária em melhor estado de conservação, o que significa mais segurança e conforto, redução dos tempos de viagem e desoneração dos custos de transporte por eles suportados. Por último, ganharia também a engenharia nacional. Com as empresas levadas a buscar o constante aperfeiçoamento das técnicas e dos recursos empregados na atividade, suas conquistas logo se traduziriam em progressiva redução das necessidades de manutenção que lhes caberia atender, em virtude da obrigação instituída pelo projeto.

Pelo exposto, confiamos no apoio dos membros do Congresso Nacional à proposição que apresentamos.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2002. – Senador Lauro Campos.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 83. Na contratação de programas, projetos e obras decorrentes do exercício direto das atribuições previstas nos incisos IV e V do art. 82, o DNIT deverá zelar pelo cumprimento das boas normas de concorrência, fazendo com que os procedimentos de divulgação de editais, julgamento das licitações e celebração dos contratos se processem em fiel obediência aos preceitos da legislação vigente, revelando transparência e fomentando a competição, em defesa do interesse público.

Parágrafo único. O DNIT fiscalizará o cumprimento das condições contratuais, quanto às especificações técnicas, aos preços e seus reajustamentos, aos prazos e cronogramas, para o controle da qualidade, dos custos e do retorno econômico dos investimentos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 298 DE 2002

Convoca plebiscitos nos Estados de Minas Gerais e de Goiás.

Art. 1º Os Tribunais Eleitorais Regionais de Minas Gerais e de Goiás realizarão, em todos os seus Municípios, no prazo de seis meses a

contar da promulgação deste Decreto Legislativo, plebiscito sobre a criação do Estado do Planalto Central, a ser constituído pelo desmembramento da área onde atualmente se situam os Municípios de Buritis, Formoso e Unaí, do Estado de Minas Gerais, e dos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alvorada do Norte,

Buritinópolis, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Corumbá de Goiás, Cristalina,

Damianópolis, Flores de Goiás, Formosa, Luziânia, Mambá, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São João da Aliança, Simolândia, Sítio d'Abadia, Valparaíso de Goiás e Vila Boa de Goiás, do Estado de Goiás.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções aos Tribunais Regionais Eleitorais de Minas Gerais e de Goiás para a organização, realização, apuração, fiscalização e proclamação do resultado do plebiscito.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Ninguém desconhece a grave situação em que se encontra hoje a Capital Federal, inicialmente criada para comportar um número muito menor de habitantes do que o contingente populacional que hoje comporta. Isso veio a acarretar acentuada perda da qualidade de vida, desemprego, insegurança, e muitos outros fatores que conduzem a maior parte de seus habitantes a um padrão de sobrevivência insatisfatório, muito aquém do desejável.

Não há como não vincular essa crescente perda de qualidade de vida ao fato de que o Distrito Federal, ente federativo cuja razão de ser, principalmente, é abrigar o Governo Federal, portanto, sem a viabilidade econômico-financeira que seria de se esperar de um estado-membro, acaba por atender, mesmo sem a competência para tal, os municípios do chamado entorno, pertencentes, na verdade, aos Estados de Goiás e Minas Gerais. Estes Estados, entretanto, não dedicam às cidades do entorno a devida prioridade, parecendo considerar que as mesmas estão vinculadas ao DF. Isso é negativo tanto para a população da Capital quanto para a população das referidas cidades, que hoje padecem de graves problemas sociais.

Sabe-se que, além de o Distrito Federal figurar na Federação como Capital da República, encerra a condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, o que impossibilita o desenvolvimento de meios de sustentação próprios, dependendo dos recursos do Governo Central. Mas, paradoxalmente, grandes fluxos migratórios foram atraídos para a Região, gerando crescimento urbano desordenado e caótico, de difícil administração, o que gerou carências de escolas, hospitais, saneamento básico e outras necessidades de atendimento à coletividade. Importa sempre lembrar a ausência de indústrias e de produção agrícola

na região no DF, dada a sua natureza peculiar, o que acarreta baixa arrecadação tributária. Como a vida dos municípios do entorno se faz toda praticamente em Brasília, consideramos urgente a solução do problema que, a nosso ver, pode ser alcançado com a criação de um Estado que abrigue essas cidades, dando-lhes a assistência de que necessitam para a melhoria de suas condições de vida, fato que beneficiará, também, a população do Distrito Federal.

Certos de que nossa proposta vem ao encontro do bem estar da coletividade por ela visada, e crendo que aprimorará a condição do Distrito Federal na sua vocação de sede do Governo Central, esperamos de nossos ilustres Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2002. – Senador **Francisco Escórcio** – **Nabor Júnior** – **Ari Stadler** – **Adir Gentil** – **Carlos Patrocínio** – **Geraldo Cândido** – **Valmir Amara** – **Antonio Carlos Junior** – **Wellington** – **Wellington** – **Luiz Otávio** – **Fernando Ribeiro** – **Casildo Maldaner** – **Chico Sartori** – **Carlos Wilson** – **Edison Lobão** – **Leomar Quintanilha** – **Ney Suassuna** – **José Agripino** – **Romero Jucá** – **Benício Sampaio** – **Reginaldo Duarte** – **Freitas Neto** – **Juvêncio da Fonseca** – **Carlos Bezerra** – **Renan Calheiros** – **Artur da Távola** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Sebastião Rocha** – **Paulo Souto** – **Paulo Hartung**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ribeiro) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Ribeiro) – Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Emília Fernandes e Ademir Andrade enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, se existe um aspecto do **ethos** nacional – isto é, de nosso ânimo moral – que mudou claramente, nestes tempos de virada de século, é o do entendimento que os brasileiros têm das questões de honestidade e decoro. Essa mudança é mais evidente naquilo que se refere aos padrões de comportamento cobrados a pessoas que ocupam posições de visibilidade, seja nos negócios, seja, sobretudo, na política.

Há nem tanto tempo assim, o "malandro" era o herói nacional por excelência, valorizado pela cultura

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.